

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO

Rubia Wildner Cardozo

**A ORDEM PRONOMINAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO ATUAL: UMA
ANÁLISE VIA TEORIA DA OTIMIDADE**

Porto Alegre, março de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO

Rubia Wildner Cardozo

**A ORDEM PRONOMINAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE
VIA TEORIA DA OTIMIDADE**

Dissertação de Mestrado em Teoria e Análise Linguística apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Dr. Gabriel de Ávila Othero
Orientador

Porto Alegre, março de 2014

CIP - Catalogação na Publicação

Cardozo, Rubia Wildner

A ordem pronominal do português brasileiro atual:
uma análise via Teoria da Otimidade / Rubia Wildner
Cardozo. -- 2014.
149 f.

Orientador: Gabriel de Ávila Othero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. português brasileiro. 2. colocação pronominal.
3. Teoria da Otimidade. I. Othero, Gabriel de Ávila,
orient. II. Título.

Dedicado aos meus pais, aos meus irmãos e ao meu marido

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi possível graças à colaboração de algumas pessoas muito importantes. Gostaria de agradecer àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Gabriel de Ávila Othero, por ter aceitado nortear meu trabalho e, juntamente comigo, dedicar-se a ele. Sem este grande professor, nada disso teria acontecido.

Gostaria, também, de agradecer

Aos professores da banca, por terem aceitado avaliar este trabalho, com o propósito de melhorá-lo.

À minha família, meus pais, Norci Wildner e Dirceu da Rosa Cardozo, e irmãos, Aline Wildner Rodrigues, Daniel Wildner Cardozo e Gabriel Wildner Cardozo, especialmente à minha mãe, que sempre me incentivou a estudar e que sempre acreditou que eu chegaria aqui.

Ao meu marido, André Luís Melo Casara, pelo companheirismo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, pelos debates preciosos que me foram proporcionados em aula e por terem partilhado comigo um pouco do seu conhecimento.

À Professora Valeria Monaretto, por suas aulas sobre Teoria da Variação e por ter sempre respondido prontamente aos meus *e-mails*, quando pedia material a ela.

Aos meus queridos professores de graduação da PUCRS, por terem despertado em mim a vontade de continuar a vida acadêmica e por terem me ensinado a amar o curso.

Aos meus colegas de mestrado, em especial à Alessandra Santos Solé, pelas discussões riquíssimas e pelo convívio durante o curso.

Aos meus alunos das Turmas C e E da disciplina de Estudos Linguísticos I, em que realizei meu estágio de docência, por terem sido tão compreensivos, por terem feito com que eu me dedicasse e aprendesse muito antes, durante e depois das aulas e, acima de tudo, por terem me feito reacreditar na nossa profissão.

Aos meus amigos, pelo carinho.

À Daniela da Roza Martin, excelente profissional e amiga querida, sempre disposta a ajudar e a dividir conhecimento.

À Enoe Cristina Amorim Rodrigues, que, mesmo longe, torceu e vibrou comigo a cada etapa vencida.

À Joana Natália Dias, por ter me tirado, de vez em quando, da loucura do dia a dia e por ter me incentivado quando tudo parecia perdido.

À Mônica Rigo Ayres, pelas discussões sobre pronomes às quintas-feiras.

À Capes, pela bolsa durante o segundo ano de mestrado.

A todas as pessoas que acreditaram em mim, muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo acerca da ordem pronominal do português brasileiro (PB) atual. O objetivo da pesquisa é investigar as razões para a mudança de ênclise para próclise, atestada em meados do século XIX, e o uso do pronome tônico em função de objeto direto, observado no PB atual, que, pela nossa hipótese, é a estratégia empregada na tentativa de se recuperar a ordem SVO, perdida quando, em meados do século XIX, a próclise se tornou categórica. Fizemos um levantamento bibliográfico a respeito da ordem pronominal em momentos anteriores da língua a fim de entender o momento atual pelo qual o PB está passando. A reunião de todos esses trabalhos nos possibilitou explicar, via Teoria da Otimidade (OT), (i) as causas que levaram o português antigo (PA) a admitir, primeiramente, a ênclise; (ii) a mudança da ênclise para a próclise em uma fase posterior ao PA; e (iii) a coexistência de próclise e pronome tônico, no caso dos pronomes *eu*, *tu*, *nós*, *me*, *te*, *nos*, e a prevalência do pronome tônico, nos casos de *você(s)*, *ele(a/s)* e *a gente* no PB atual. A OT nos forneceu embasamento para investigar as restrições que atuaram no PA e que estão atuando no PB atual, a hierarquia das restrições e a mudança nessa hierarquia, que foi essencial na explicação das alterações no quadro pronominal que nos propusemos a estudar. Averiguamos que as restrições presentes na gramática do PA – e em fase posterior, quando ocorre a mudança da ordem pronominal – não dão conta de explicar o que vem acontecendo com o PB na atualidade. Por isso, acreditamos, uma nova restrição – ***PRONOPOD** – desempenha hoje papel fundamental na colocação pronominal do PB. Empregando essa nova restrição às análises, chegamos à hierarquia de restrições do PB atual e constatamos que, no que tange aos pronomes de fato, quando o foco recai sobre o objeto, há uma oscilação de duas gramáticas ainda flutuantes. Também concluímos que a implementação do pronome pleno como objeto tenha se dado, primeiramente, com o pronome *ele* e, posteriormente, se espalhado pelo quadro pronominal.

PALAVRAS-CHAVE: gramática; português brasileiro; Teoria da Otimidade; clíticos; colocação pronominal.

ABSTRACT

This dissertation presents a study on pronoun placement of actual Brazilian Portuguese (BP). Its aim is investigate the reasons for the changing from enclisis to proclisis, occurred in mid-nineteenth century, and the use of the lexical pronoun in object position, observed in the actual BP, which, by our analysis, is the strategy used in the attempt to recover the SVO order, lost when proclisis became categorical. We did a bibliographic survey about the pronoun placement in previous moments of language in order to understand the current moment the BP is passing by. The joining of all these studies allowed us to explain, via Optimality Theory (OT), (i) the causes that led the former Portuguese (FP) to admit firstly enclisis, (ii) the change from enclisis to proclisis in FP at a later stage, and (iii) the coexistence of proclisis and lexical pronoun, in the case of the pronouns *eu*, *tu*, *nós*, *me*, *te*, *nos*, and the prevalence of lexical pronoun, in the cases of *você(s)*, *ele(a/s)* and *a gente* in the current BP. OT provided the basis for investigating the constraints that acted in FP and that are acting in the PB, the hierarchy of restrictions and the changing in this hierarchy, which was essential in explaining the changes in the pronominal framework that we proposed to study here. We noticed that the restrictions present in the FP – and at a later stage, when the change of pronoun order occurs – did not explain what is happening to the PB today. Therefore, we believe, a new constraint – ***PRONOPOD** – plays today a key role in pronoun placement in BP. Using this new restriction in the analysis, we come to the hierarchy of constraints of the current BP and we found that, with respect to real pronouns, when the focus is on the object, there is an oscillation between two floating grammars. We also concluded that the implementation of the lexical pronoun as the object has been given, first, with the pronoun *ele*, and later spread to the other pronouns.

KEYWORDS: grammar; Brazilian Portuguese; Optimality Theory; clitics; pronoun placement.

SUMÁRIO

Lista de quadros.....	I
Lista de tabelas	II
Lista de <i>tableaux</i>	III
Lista de siglas e abreviaturas	V
Lista de símbolos.....	VII
Introdução	1
Objetivos.....	5
Objetivos gerais	5
Objetivos específicos	5
Hipóteses.....	6
Procedimentos metodológicos.....	6
Capítulo 1: Os pronomes do português	7
1.1 A ordem pronominal do PB	11
1.1.1 Diacronia.....	11
1.1.2 Sincronia	29
1.2 Os clíticos no PB: breve relato sobre sua origem, seu estatuto e seu lugar na hierarquia prosódica.....	31
1.2.1 Breve relato sobre a origem dos clíticos	31
1.2.2 Os clíticos no PB, seu estatuto e seu lugar na hierarquia prosódica	32
1.3 O desaparecimento dos clíticos pronominais e o uso do pronome tônico em função de objeto.....	43
1.3.1 O desaparecimento dos clíticos pronominais.....	44
1.3.2 O pronome tônico como objeto direto	55
1.3.2.1 O caso dos pronomes <i>você</i> e <i>a gente</i>	55
1.3.2.2 O caso do pronome <i>ele</i>	60
Capítulo 2: Teoria da Otimidade	63
2.1 Instrumentos básicos da Teoria da Otimidade: GEN, EVAL, CON.....	64
2.1.1 Gerador (GEN).....	65
2.1.2 Evaluator (EVAL).....	66
2.1.3 Conjunto de restrições violáveis (CON) e hierarquização.....	67
2.2 Representação	68
2.3 Premissas básicas da OT	71

2.3.1 Universalidade	71
2.3.2 Violabilidade	71
2.3.3 Hierarquização	71
2.3.4 Inclusividade	72
2.3.5 Paralelismo	72
2.4 Arquitetura básica da OT	73
2.5 A Teoria da Otimidade aplicada à sintaxe	74
Capítulo 3: Análise da ordem pronominal do PB via Teoria da Otimidade.....	80
3.1 Análises dos pronomes do PB via OT	84
3.1.1 Próclise x ênclise.....	84
3.1.2 Próclise x pronome pleno.....	92
3.1.2.1 Foco no objeto.....	93
a) Pronomes de fato (<i>eu, tu, nós, me, te, nos</i>)	93
b) Pronomes com características nominais (<i>você, ele, a gente, vocês, eles</i>).....	104
3.1.2.2 Foco no sujeito	106
a) Pronomes de fato (<i>eu, tu, nós, me, te, nos</i>)	107
b) Pronomes com características nominais (<i>você, ele, a gente, vocês, eles</i>).....	109
Conclusão	114
Referências	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Possíveis mudanças no PB	26
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pronomes pessoais retos	7
Tabela 2: Ênclise com gerúndio	12
Tabela 3: Ênclise com infinitivo impessoal.....	13
Tabela 4: Ênclise com imperativo afirmativo.....	13
Tabela 5: Ocorrência vs. não ocorrência de clítico em locução verbal	14
Tabela 6: Próclise e ênclise em verbos simples de sentença raiz em períodos de 50 anos.....	15
Tabela 7: Posição do clítico segundo o tipo de grupo verbal	17
Tabela 8: Posição do clítico em infinitivos por período de 50 anos.....	18
Tabela 9: Próclise e ênclise em gerúndios por período de 50 anos	18
Tabela 10: Posição do clítico em gerúndios não precedidos de elementos “atratores” por período de 50 anos.....	19
Tabela 11: Posição do clítico em relação à negação em períodos de 50 anos.....	20
Tabela 12: Posição do clítico em relação a advérbios pré-verbais	21
Tabela 13: Paradigmas verbais do PE e do PB.....	24
Tabela 14: As desinências pessoais do PB	25
Tabela 15: Colocação dos clíticos no português europeu	28
Tabela 16: Colocação dos clíticos no PB segundo Pagotto (1992: 69).....	28
Tabela 17: Uso do pronome lexical segundo a estrutura sintática da frase e a escolaridade dos informantes.....	45
Tabela 18: Distribuição dos dados computados segundo a variante usada	47
Tabela 19: Distribuição das variantes usadas segundo a estrutura sintática da frase	49
Tabela 20: Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto	50

LISTA DE TABLEAUX

<i>Tableau I</i>	64
<i>Tableau II</i>	69
<i>Tableau III</i>	69
<i>Tableau IV</i>	69
<i>Tableau V</i>	70
<i>Tableau 1</i>	86
<i>Tableau 2</i>	87
<i>Tableau 3</i>	88
<i>Tableau 4</i>	89
<i>Tableau 5</i>	89
<i>Tableau 6</i>	89
<i>Tableau 7</i>	89
<i>Tableau 8</i>	89
<i>Tableau 9</i>	90
<i>Tableau 10</i>	90
<i>Tableau 11</i>	91
<i>Tableau 12</i>	91
<i>Tableau 13</i>	91
<i>Tableau 14</i>	91
<i>Tableau 15</i>	94
<i>Tableau 16</i>	94
<i>Tableau 17</i>	95
<i>Tableau 18</i>	95
<i>Tableau 19</i>	95
<i>Tableau 20</i>	96
<i>Tableau 21</i>	96
<i>Tableau 22</i>	96
<i>Tableau 23</i>	97
<i>Tableau 24</i>	97
<i>Tableau 25</i>	97
<i>Tableau 26</i>	98
<i>Tableau 27</i>	98

<i>Tableau 28</i>	98
<i>Tableau 29</i>	99
<i>Tableau 30</i>	99
<i>Tableau 31</i>	99
<i>Tableau 32</i>	100
<i>Tableau 33</i>	101
<i>Tableau 34</i>	101
<i>Tableau 35</i>	101
<i>Tableau 36</i>	102
<i>Tableau 37</i>	102
<i>Tableau 38</i>	102
<i>Tableau 39</i>	104
<i>Tableau 40</i>	105
<i>Tableau 41</i>	105
<i>Tableau 42</i>	108
<i>Tableau 43</i>	108
<i>Tableau 44</i>	108
<i>Tableau 45</i>	110
<i>Tableau 46</i>	110
<i>Tableau 47</i>	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGR/Agr: *Agreement* (concordância)

AgrOP: *Agreement Object Phrase* (sintagma de concordância do objeto)

C1: candidato 1

C2: candidato 2

Cl: clítico

CON: Conjunto de restrições violáveis

DP: *Determiner Phrase* (sintagma determinante)

e: *empty* (vazio)

estrutura-S/ES: estrutura de superfície

EVAL: Evaluator

GEN: Generator

L1: língua materna

L2: língua adicional/língua estrangeira

met.: metade

NEG: negação

NP: *Noun Phrase* (sintagma nominal)

OD: objeto direto

OI: objeto indireto

OT: Optimality Theory (Teoria da Otimidade)

PA: português antigo

PB: português brasileiro

PE: português europeu

PM: português moçambicano

pred.: predicativo

prep.: preposição

QU: elementos interrogativos

quant.: quantidade

S: *Sentence* (sentença)

séc.: século

SN: sintagma nominal

[SNe]: objeto nulo

SOV: ordem sujeito-objeto-verbo

Spec: *Specifier* (especificador)

SVO: ordem sujeito-verbo-objeto

t: *trace* (traço/vestigio)

V: *Verb* (verbo)

VP: *Verbal Phrase* (sintagma verbal)

VSO: ordem verbo-sujeito-objeto

LISTA DE SÍMBOLOS

U enunciado

I frase entoacional

ϕ frase fonológica

C grupo clítico

ω palavra fonológica

Σ pé

σ sílaba

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, busca-se investigar a ordem dos pronomes pessoais do português brasileiro (doravante PB) atual, mais especificamente os pronomes que desempenham de objeto direto do verbo.

Pretendemos, com este trabalho, explicar, em uma perspectiva sincrônica, a ordem dos pronomes pessoais do PB, descrevendo as regras de colocação pronominal que subjazem à gramática do PB no que diz respeito aos pronomes que funcionam como complemento verbal. Estudaremos as condições gramaticais que levam certos pronomes acusativos a figurarem predominantemente em posição pré-verbal (clíticos), enquanto outros, que, segundo a gramática normativa, deveriam ser empregados apenas em função nominativa, estão ganhando espaço na língua em função acusativa, aparecendo somente em posição pós-verbal (tônicos). Para nossas análises e explicações, usaremos a Teoria da Otimidade (Prince e Smolensky 1993; McCarthy e Prince 1993).

Para esta investigação, consultaremos dissertações e teses, além de artigos científicos que já tenham retratado assuntos similares, como Duarte (1989), Cyrino (1990a, 1990b, 1996, 1994, 1997), Galves (1989, 1990, 1991, 1993, 1996), Nunes (1996), Pagotto (1992, 1996), Vigário (2001), Vieira (2002), Brisolara (2008), entre outros.

Focaremos nos pronomes em função de objeto direto do verbo em orações simples, ora colocando o foco no objeto, ora colocando o foco no sujeito, como mostram os exemplos a seguir:

A: Quem a Maria viu ontem? (foco no objeto)

B: A Maria viu ele¹.

A: Quem viu o João ontem? (foco no sujeito)

B: A Maria viu ele.

É importante enfatizar que, já que a presente dissertação estuda o PB falado, na maioria das vezes a informalidade se fará presente, acarretando (cremos) um maior aparecimento de pronomes proclíticos e de pronomes lexicais em função acusativa

¹ Neste trabalho, o foco informacional das orações será sublinhado.

(especialmente no caso de 3ª pessoa). Faremos um levantamento bibliográfico a respeito da ordem pronominal em momentos anteriores da língua a fim de entender o momento atual pelo qual o PB está passando. Pretendemos estudar a origem de alguns pronomes e suas peculiaridades para tentar explicitar os casos em que os pronomes tônicos estão sendo empregados em função de objeto direto, deixando-se de lado a possibilidade de próclise. A reunião de todos esses trabalhos nos possibilitará, cremos, explicar, no Capítulo 3, via OT, as causas que levaram: (i) o português antigo (PA) a admitir, primeiramente, a ênclise; (ii) a mudança da ênclise para a próclise; e (iii) a coexistência de próclise e pronome tônico, no caso dos pronomes *eu*, *tu*, *nós*, *me*, *te*, *nos*, e a prevalência do pronome tônico, nos casos de *você(s)*, *ele(a/s)* e *a gente*.

A OT nos fornecerá embasamento para investigar as restrições que atuaram no PA e que estão atuando no PB atual, a hierarquia das restrições e a mudança nessa hierarquia, que pode ser a chave para a explicação das alterações no quadro pronominal que se propõe aqui estudar. Objetivamos averiguar se as restrições que davam conta de explicar o PA dão conta de explicar a mudança da ordem pronominal e o que vem acontecendo com o PB na atualidade.

Sabe-se que os pronomes pessoais do PB podem ser empregados antecedendo o verbo, seguindo o verbo ou, ainda, no meio do verbo (casos de mesóclise, quando o verbo se encontra no futuro do presente ou pretérito, usado apenas na escrita formal). Alguns precisam manter uma ordem fixa, caso contrário tornam a frase agramatical ou, no mínimo, estranha (por exemplo, a frase ?“Ele viu *eu*”, a princípio, é estranha para alguns falantes do PB, em que se emprega o pronome *eu*, que geralmente exerce a função de sujeito na frase, em função de objeto). Alguns autores, como Pereira (1981), Pagotto (1996), Galves (2001), Vieira (2002, 2003), Brisolara (2008), Castillo (2010) e Perini (2010), afirmam que o padrão do PB atual é a próclise, sendo a ênclise preferida apenas no português europeu (PE). Alguns estudos, como Cyrino (1990a *apud* Cyrino 1996)², apontam que, anteriormente, o padrão do PB era a ênclise. Contudo, esse padrão mudou, dando preferência ao pronome antes do verbo no PB atual, o que, conforme alguns autores, como Galves (2001), permite dizer que o PB e o PE são línguas distintas. A mesóclise não entra nessa discussão, já que é praticamente inexistente em PB. Conforme Vieira (2003), essa colocação intraverbal está em desuso na modalidade oral do PB. Até mesmo um gramático tradicional como Cegalla (2008) afirma que esse

² CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. O objeto nulo no português do Brasil: uma investigação diacrônica, ms., Unicamp, 1990a.

caso de colocação pronominal se dá em contextos extremamente formais, apenas na escrita, não englobando a fala: “A mesóclise é colocação da língua culta; não se usa na fala popular nem na conversação informal” (Cegalla, 2008, p. 366).

Esta pesquisa procura, desse modo, mostrar a mudança que vem ocorrendo no quadro pronominal do PB. Em um determinado momento de sua história (até o século XIX), o PB apresentava como regra pronominal a ênclise (até a metade do século XIX), mantendo a ordem SVO. Em um momento posterior (a partir da segunda metade do século XIX), a regra passou a ser a próclise, acarretando uma mudança na ordem do sistema, que passou de SVO para SOV, nos casos em que um pronome era usado como objeto do verbo. Em um terceiro momento, no PB atual, o sistema parece estar tentando recuperar a ordem SVO. É possível afirmar isso observando frases como “A Maria viu *ele*” no PB oral, que equivale a “A Maria viu-*o*” e “A Maria *o* viu”, em momentos anteriores da língua. Para que a ordem SVO volte a ser realizada, há dois caminhos possíveis: ou o PB volta a usar a ênclise (ex.: “A Maria viu-*o*”); ou substitui-se o clítico e usa-se, em seu lugar, o pronome tônico em função de objeto (ex.: “A Maria viu *ele*”). Investigaremos também qual a estratégia adotada pelo PB para retomar a ordem SVO. A hipótese é a de que os clíticos estão caindo em desuso (cf. Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros) e o pronome tônico em função de objeto é a estratégia usada para suprir essa perda, fazendo com que o PB volte a ter a ordem SVO. Para embasar e explicar essa hipótese, faremos análises via OT.

Atualmente, no PB, há três estratégias de distribuição de pronomes na função de objeto:

- a) Pronome proclítico (cf. Nunes 1996, Pagotto 1996, Galves 2001, Vieira 2002, 2003, Brisolara 2008, Castillo 2010, Perini 2010, entre outros);
- b) Pronome tônico (cf. Kato 2002, Castilho 2010, Perini 2010, Othero 2012, entre outros);
- c) Pronome nulo (cf. Galves 1989, Cyrino 1990a, 1990b, 1994, 1996, Corrêa 1991, entre outros).

Ao que tudo indica, o PB está adotando a estratégia (b) para o pronome em função de objeto, o que retomaria sua ordem SVO, diferentemente do PE, que usa o pronome enclítico como regra, mantendo, também, a ordem canônica do português. Logo, nota-se que a colocação dos pronomes pessoais no PB está mudando, permitindo

que alguns pronomes, que antes mantinham posição pré-determinada, possam se movimentar dentro da estrutura sintática, gerando frases gramaticais (é o caso do pronome *ele* na frase “Eu vi *ele*”, que geralmente exerce a função de sujeito, e não de objeto).

Essas construções, anteriormente citadas, com os pronomes *eu* e *ele*, em um primeiro momento, estariam incorretas tomando por base o que diz a gramática normativa, como, por exemplo, Cunha e Cintra (2007), que afirmam que a construção com pronome tônico em função de objeto deve ser hoje evitada, pois em ambas as frases temos pronomes de caso nominativo fazendo as vezes de pronome acusativo, o que, em alguns casos, gera estranheza por parte de alguns falantes e até preconceito por parte de outros. Porém, são construções possíveis e gramaticais dentro do PB falado em muitas regiões.

Tendo em vista a corrente mudança de posição dos pronomes pessoais dentro do PB, faz-se necessário um estudo detalhado da ordem dos pronomes do PB na atualidade, levando em consideração a relação entre foco, sintaxe e prosódia.

Adotamos aqui, também, a proposta de Nunes (1996), que afirma que os clíticos acusativos de 3ª pessoas estão desaparecendo do PB. Para o autor, esse fato é devido à mudança na direção de cliticização do PB, que fez com que as crianças nascidas à época dessa mudança (início do século XIX) não adquirissem os clíticos de 3ª pessoa em sua gramática. Tais clíticos são, dessa maneira, introduzidos pelo estudo formal na escola, como apontam alguns estudos, como os de Omena (1978), Tarallo (1983), Duarte (1989), Corrêa (1991) e Nunes (1996). A mencionada mudança na direção da cliticização em PB gerou duas consequências: a substituição dos clíticos de 3ª pessoa pelo objeto nulo (nesse sentido, os estudos de Cyrino 1990a, 1990b, 1994, 1996, 1997, 2000, 2006, entre outros) e a substituição de tais clíticos pelo pronome tônico correspondente (cf. Kato 2002, Castilho 2010, Perini 2010, Othero 2012). Logo, seguindo essa vertente, a inversão na direção de cliticização é a origem de o pronome lexical estar sendo usado como pronome acusativo.

Segundo Omena (1978), Tarallo (1983), Duarte (1996) e Nunes (1996), os clíticos acusativos de 3ª pessoa não fazem parte do vernáculo, sendo o seu uso condicionado ao aprendizado escolar, ao grau de instrução do falante, à escrita e ao estilo formal. Para Nunes (1996) e Mattos e Silva (2004), a manutenção dos clíticos acusativos de 3ª pessoa do PB atual deve-se à ação normativa da escola.

Nota-se que muitos estudos já foram feitos abordando a questão do objeto nulo. Porém, não há muitos trabalhos acerca do pronome lexical como pronome acusativo, uma das maneiras de suprir o desaparecimento dos clíticos no PB. Sendo assim, este estudo se faz necessário, tendo em vista que objetiva principalmente investigar esse mecanismo de substituição dos clíticos acusativos de terceira pessoa.

A presente pesquisa está estruturada em 5 partes. Na primeira parte (Introdução), apresentamos o tema desta dissertação, os objetivos e a metodologia, bem como a própria divisão do trabalho e os procedimentos metodológicos. A segunda parte (Capítulo 1) apresenta uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, abordando os pronomes nas perspectivas diacrônica e sincrônica, relacionando sua estrutura e prosódia. A terceira parte (Capítulo 2) é dedicada aos fundamentos da teoria aqui usada para as análises dos pronomes do PB, qual seja, a OT. Na quarta parte (Capítulo 3), apresentamos as análises dos pronomes pessoais do PB falado via OT, tendo sempre em mente e como base a nossa intuição do falante nativo. A quinta e última parte (Conclusão) trata das conclusões a que chegamos por meio das análises feitas no decorrer da pesquisa. Nesse capítulo, também retomamos as ideias principais contidas nesta dissertação, enfatizando a questão dos pronomes do PB. Por último, seguem-se as referências utilizadas neste trabalho.

OBJETIVOS

Objetivos gerais:

Esta dissertação tem por objetivos gerais:

- a) Investigar a ordem pronominal do português, especialmente o PB atual falado no Sul do Brasil;
- b) Estudar a relação entre sintaxe, prosódia e foco no que tange à colocação pronominal do PB.

Objetivos específicos:

Nesta pesquisa, buscamos, especificamente:

- a) Descrever, via OT, as regras de colocação pronominal que subjazem à gramática do PB no que diz respeito aos pronomes que funcionam como complemento verbal;
- b) Estudar as condições gramaticais que levam certos pronomes acusativos a figurarem predominantemente em posição proclítica;
- c) Esclarecer e verificar as causas do desaparecimento dos clíticos pronominais do PB;
- d) Averiguar a inovação da implementação do pronome tônico em função acusativa.

HIPÓTESES

Nossas hipóteses são as seguintes:

- a) Os clíticos acusativos estão desaparecendo do PB, conforme apontado por Nunes (1996);
- b) Houve uma mudança na direção de cliticização do PB, conforme Nunes (1996), sendo a direção do PB da esquerda para a direita, enquanto no PA e no PE a direção é da direita para a esquerda;
- c) O PB está tentando recuperar sua ordem SVO, daí o uso de pronome tônico em função acusativa;
- d) A inovação do pronome pleno como objeto direto começou com os pronomes de 3ª pessoa, estendendo-se, posteriormente, ao resto do quadro pronominal;
- e) As restrições da hierarquia estão sendo reorganizadas, daí a mudança na ordem pronominal do PB.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para proceder à investigação que aqui se propõe, pesquisaremos trabalhos que tenham como foco também os pronomes do PB, como dissertações de Mestrado e teses de Doutorado (como Pagotto 1992, Cyrino 1994, 1997, Vigário 2001, Vieira 2002, Brisolara 2008, entre outros), além de artigos científicos que abordem o tema, fazendo, assim, uma revisão bibliográfica a respeito do assunto. Nas análises, levaremos em consideração nossa intuição de falante nativo.

CAPÍTULO 1: OS PRONOMES DO PORTUGUÊS

Este capítulo é dedicado à revisão de literatura sobre a ordem pronominal do PB, abordando os pronomes em função de objeto direto nas perspectivas diacrônica e sincrônica, relacionando sua estrutura e sua prosódia. Primeiramente, estudaremos esses pronomes em momentos anteriores da língua a fim de entendermos o momento atual pelo qual o PB está passando.

Conforme a gramática tradicional, os pronomes (pessoais)³ da língua portuguesa são divididos em retos – *eu, tu, ele/ela* (singular), *nós, vós, eles/elas* (plural) – e oblíquos – *me, te, se, o/a, lhe* (singular), *nos, vos, os/as, lhes, se* (plural). Os retos exercem, a rigor, a função de sujeito na oração, enquanto os oblíquos exercem a função de objeto (Bechara, 2009).

Tabela 1: Pronomes pessoais retos

PRONOMES PESSOAIS RETOS		PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS	
		átomos (sem prep.)	tônicos (c/ prep.)
Singular:	1. ^a pessoa: eu	me	Mim
	2. ^a pessoa: tu	te	ti
	3. ^a pessoa: ele, ela	lhe, o, a, se	ele, ela, si
Plural:	1. ^a pessoa: nós	nos	nós
	2. ^a pessoa: vós	vos	vós
	3. ^a pessoa: eles, elas	lhes, os, as, se	eles, elas, si

Adaptado de Bechara (2009, p. 164)

Os pronomes do português podem ser empregados antecedendo o verbo, seguindo o verbo ou, ainda, no meio do verbo (casos de mesóclise, quando o verbo se encontra no futuro do presente ou pretérito, usado apenas na escrita formal)⁴. Alguns

³ Segundo Moura Neves (2000), “o **pronome pessoal** tem uma natureza **fórica**, isto é, ele é um elemento que tem como traço categorial a capacidade de fazer **referência pessoal**” (Moura Neves, 2000, p. 449 – grifos no original).

⁴ No que tange à ordem pronominal, temos próclise, ênclise e mesóclise. Segundo Cunha e Cintra (2007), próclise é a vinculação de uma palavra à palavra seguinte, a cujo acento se subordina. A ênclise é a situação de uma palavra que depende do acento tônico da palavra anterior, com a qual forma um todo fonético. Já no futuro do presente e no futuro do pretérito, conforme os autores, o pronome não pode ser enclítico. Ocorre, então, a mesóclise, sua colocação no interior do verbo. Segundo os autores, essa colocação justifica-se por terem sido dois tempos formados pela justaposição do infinitivo do verbo

precisam manter uma ordem fixa, caso contrário tornam a frase agramatical ou, no mínimo, estranha (por exemplo, a frase ?“Ele viu *eu*”⁵, a princípio, é estranha para alguns falantes do PB, em que se emprega o pronome *eu*, que geralmente exerce a função de sujeito na frase, em função de objeto⁶). Alguns autores, como Pagotto (1996), Galves (2001), Vieira (2002, 2003), Mattos e Silva (2004), Brisolara (2008), Castillo (2010) e Perini (2010), afirmam que o padrão do PB atual é a próclise, sendo a ênclise preferida apenas no PE. Alguns estudos, como o de Cyrino (1990a), apontam que, anteriormente, o padrão do PB era a ênclise. Contudo, esse padrão mudou, dando preferência ao pronome antes do verbo no PB atual, o que, conforme alguns autores, como Galves (2001) e Mattos e Silva (2004), permite dizer que o PB e o PE são línguas distintas nesse aspecto⁷. A mesóclise não entra nessa discussão, já que é praticamente inexistente em PB; essa colocação intraverbal está em desuso na modalidade oral do PB – como apontam diversos estudos (ver Vieira 2003, por exemplo).

Cegalla (2008) reporta regras para próclise e ênclise.

A próclise será de rigor:

- Quando antes do verbo houver palavras que possam atrair o pronome átono, são elas:

a) as de sentido negativo (não, ninguém); b) os pronomes relativos (quem, nos); c) as conjunções subordinativas (Não os quis, embora *lhe servissem*); d) certos advérbios (sempre, já); e) pronomes indefinidos (tudo, nada, pouco); f) nas orações optativas cujo sujeito estiver anteposto ao verbo (Deus *o guarde*); g) nas orações exclamativas iniciadas por palavras ou expressão exclamativa (Como *te iludes!*); h) nas orações interrogativas iniciadas por uma palavra interrogativa (Quando *me visitas?*).

Adaptado de Cegalla (2008, p. 364-365 – grifos no original)

Os pronomes estarão em ênclise quando:

- Nos períodos iniciados pelo verbo (que não seja o futuro), pois, na língua culta, não se abre frase com pronome oblíquo (*Afastaram-se rapidamente do local*);

principal e das formas reduzidas, respectivamente, do presente e do imperfeito do indicativo do verbo *haver* (por exemplo, vender-(h)ei = vendê-lo-ei).

⁵ Usamos o ponto de interrogação (?) antes da frase para indicar que ela não é a opção mais natural, mas é aceitável, em determinados contextos.

⁶ Como afirmado por Moura Neves (2000), “algumas formas, como **EU** e **TU** são, em princípio, restritas à função de **sujeito**” (Moura Neves, 2000, p. 452 – grifos no original).

⁷ Mattos e Silva (2004) afirma que o sistema pronominal do PB distancia-se do PE, criando “problemas de complexo de insegurança linguística” que atingem os que, no processo de escolarização, são “corrigidos” pelo padrão da gramática normativo-prescritiva lusitanizante.

Observação: *Iniciar a frase com o pronome oblíquo átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita, quando se deseja reproduzir a fala dos personagens.*

- Nas orações reduzidas de gerúndio, quando nelas não houver palavras atrativas (A sucuri enroscou-se na vítima, *estrangulando-a*);

Observação: Se o gerúndio vier antecedido da preposição expletiva “em”, ou modificado por um advérbio, usar-se-á a próclise (“Em *se tratando* de um caso urgente, nada o retinha em casa”).

- Nas orações imperativas afirmativas (Procure suas colegas e *convide-as*);

- Junto a infinitivo não flexionado, precedido da preposição “a”, em se tratando dos pronomes “o, a, os, as” (“Todos corriam *a ouvi-lo*”);

- Vindo o infinitivo impessoal regido da preposição “para”, quase sempre é indiferente a colocação do pronome oblíquo antes ou depois do verbo, mesmo com a presença do advérbio “não” (“Corri para *defendê-lo*”; “corri para *o defender*”).

Adaptado de Cegalla (2008, p. 366-368 – grifos no original)

Podemos observar que, como o próprio autor nota, as regras retromencionadas se aplicam à norma culta, ocorrendo a próclise na conversação despreocupada e em situações informais. Já que a presente dissertação estuda o PB falado, na maioria das vezes a informalidade se fará presente, acarretando (cremos) um maior aparecimento de pronomes proclíticos e de pronomes lexicais em função de objeto (especialmente no caso de 3ª pessoa).

Frases como (1) a (4) estão, dessa maneira, em perfeita sintonia com o que é afirmado na gramática tradicional:

- (1) Eu vi a Maria.
- (2) Eu *a* vi.
- (3) A Maria viu o Pedro e o João.
- (4) A Maria *os* viu.

Ao observarmos a língua em situações reais de fala, entretanto, percebemos que nem sempre ela ocorre da maneira que a gramática normativa prescreve. Frases com clíticos (especialmente os de terceira pessoa – *o, a, os, as*) são raramente usadas na linguagem oral no PB; em alguns contextos, o pronome reto, que, a princípio, poderia apenas ser empregado como sujeito da oração, atua como objeto direto. Frases como (5) a (8) são pronunciadas durante uma conversa ao invés de (1) a (4) com os pronomes clíticos.

- (5) Eu vi a Maria.
- (6) Eu vi *ela*.

(7) A Maria viu o Pedro e o João.

(8) A Maria viu *eles*.

Dependendo dos contextos, como quando queremos dar ênfase ao pronome, os pronomes retos também podem ser usados, como em: (9) A: “Quem a Maria viu no cinema ontem?” (10) B: “A Maria viu eu/ele/nós no cinema ontem” (faremos análises no Capítulo 3 para mostrar como esses pronomes atuam em contextos em que são foco).

Estudos (mencionados a seguir) mostram que, atualmente, no PB, há três estratégias para se usar o pronome na função de objeto:

a) Pronome proclítico (cf. Nunes 1996, Pagotto 1992, 1996, Galves 2001, Vieira 2002, 2003, Brisolara 2008, Castillo 2010, Perini 2010, entre outros), como em A: “Quem viu o João ontem?” B: “A Maria o viu”;

b) Pronome tônico (cf. Kato 2002, Castilho 2010, Perini 2010, Othero 2012, entre outros), como em A: “Quem viu o João ontem?” B: “A Maria viu *ele*”;

c) Pronome nulo (cf. Galves 1989, Cyrino 1990a, 1990b, 1994, 1996, 1997, Corrêa 1991, entre outros), como em A: “Quem viu o João ontem?” B: “A Maria viu (e)”.

Para entendermos a ordem pronominal atual do PB e como ocorreu a mudança na posição dos pronomes, precisamos retomar estudos feitos na área dos pronomes, nos quais os autores se debruçam sobre o tema tanto sob enfoque diacrônico, em que são analisados dados dos séculos anteriores, como os estudos de Tarallo (1983), Duarte (1989), Cyrino (1990a, 1990b, 1994, 1996, 1997), Pagotto (1992, 1996), Nunes (1996), Galves (2001), Kato (2002), Vieira (2002, 2003), Brisolara (2008), entre outros, quanto por meio de uma perspectiva sincrônica, como os trabalhos de Luft (1978), Pereira (1981), Galves (1990), Pagotto (1992, 1996), Nunes (1996), Vieira (2003), entre outros. Também é necessário que conheçamos um pouco da origem e do estatuto dos clíticos do PB. A seguir, apresentamos as pesquisas desses autores. Frisamos que, neste trabalho, focamos nosso estudo nos dados do PB, tentando, sempre que possível, fazer um paralelo com o PE.

1.1 A ordem pronominal do PB

1.1.1 Diacronia

Segundo Tarallo (1983 *apud* Cyrino 1996), entre as grandes mudanças sintáticas ocorridas no final do século XX, uma das mais acentuadas foi a reorganização do sistema pronominal do PB que teve como consequências mais importantes a implantação de objetos nulos e de sujeito lexical mais frequente. Percebemos que já em 1983 se observava essa mudança, que, desde então, vem despertando o interesse de alguns autores (como veremos a seguir). Tendo em vista a importância do tema e o interesse que suscita, esta subseção é dedicada ao estudo das mudanças sintáticas no que tange aos pronomes pessoais do PB.

Atualmente, vários autores (Pereira 1981, Pagotto 1992, 1996, Galves 2001, Vieira 2002, 2003, Brisolara 2008, Castillo 2010, Perini 2010, entre outros) afirmam ser a próclise a opção preferida no PB, sendo a ênclise o padrão apenas do PE. Pereira (1981 *apud* Simões 2010) assume que a próclise é quase categórica no PB falado, sendo a ênclise típica de situações de alta formalidade. Para Simões (2010), enquanto no PB é possível próclise em início de sentença, no PE a ênclise é obrigatória, posição esta também de Castilho (2010), para quem, referindo-se aos tempos modernos, o PE é predominantemente enclítico, ao passo que o PB é predominantemente proclítico.

Castilho (2010) alerta que a direção na cliticização fonológica não é a mesma no PE e no PB. No PE, ela é enclítica, havendo movimento da direita para a esquerda (como em “Quem-*me* vê?”; “Vamo-*nos* encontrar”). Já no PB a direção na cliticização fonológica é proclítica, tendo movimento da esquerda para a direita (como em “Já *te*-vi”; “Vamos *nos*-encontrar”), o que nos permite iniciar sentenças com o clítico. O autor ainda alude ao fato de que, ao longo da história do português, “observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos, predominando inicialmente a ênclise, até o século XIV, começando então o domínio da próclise, até o século XVI” (Castilho, 2010, p. 483).

No PE, portanto, não se pode começar orações com clíticos, pois estes “precisam de material fonológico que os preceda” (Oliveira, 2007, p. 7). Já no PB não há essa restrição, podendo-se iniciar o período com o clítico, mesmo sem material fonológico anterior em que o pronome átono se apoie (como em “Me dá isto”, no PB; e “Dá-me isto” no PE).

Entretanto, nem sempre o padrão do PB foi a próclise (cf. Cyrino 1990a, 1990b, 1994, 1996, 1997; Pagotto 1992, 1996, entre outros). Em estágios anteriores, a ênclise se fazia quase categórica, até mesmo por o PB descender do PE, mantendo, em um primeiro momento, sua ordem. Pagotto (1998) se manifesta a esse respeito, sustentando que, mesmo com a independência política do Brasil em relação a Portugal, os padrões portugueses são imitados em uma espécie de dependência cultural.

Ao longo dos séculos, porém, o padrão enclítico foi desaparecendo gradativamente. Vejamos, pois, o que apontam alguns trabalhos a esse respeito.

Cyrino (1990b *apud* Cyrino 1996)⁸ estuda a mudança da posição dos clíticos no PB usando peças brasileiras (séculos XVIII, XIX e XX), que, segundo a autora, seriam a melhor representação do vernáculo. Nesse estudo, foram considerados 1.000 dados, separando-se 200 dados por metade de século. A autora observa a distribuição do clítico em PB quanto à sua colocação, através do tempo, mostrando que, no século XX, o clítico vinha sempre antes do segundo verbo da locução verbal (como em “Maria quis *me* ver”) e a ênclise era restrita ao pronome *o/a* quando havia um infinitivo (como em “Quero *vê-lo*”). Já no século XVIII, tinha-se ênclise em 100% dos casos com imperativo afirmativo (como em “Beba-*o*”), infinitivo impessoal (“*Vê-lo* te deixará contente”) e gerúndio (do tipo “Chegando em casa, ...”⁹). A próclise, segundo a autora, aparecia nos outros casos.

Tabela 2: Ênclise com gerúndio

1. ^a met. séc. XVIII	100%
1. ^a met. séc. XIX	100%
2. ^a met. séc. XIX	100%
1. ^a met. séc. XX	25%
2. ^a met. séc. XX a	66%
2. ^a met. séc. XX b	0%

⁸ CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?, ms., Unicamp, 1990b.

⁹ Exemplo retirado de Cyrino (1996, p. 167).

Tabela 3: Ênclise com infinitivo impessoal

1. ^a met. séc. XVIII	100%
1. ^a met. séc. XIX	100%
2. ^a met. séc. XIX	86%
1. ^a met. séc. XX	56%
2. ^a met. séc. XX a	25%
2. ^a met. séc. XX b	0%

Tabela 4: Ênclise com imperativo afirmativo

1. ^a met. séc. XVIII	100%
1. ^a met. séc. XIX	100%
2. ^a met. séc. XIX	86%
1. ^a met. séc. XX	62%
2. ^a met. séc. XX a	74%
2. ^a met. séc. XX b	0%

Adaptado de Cyrino (1996, p. 167-168)

Os resultados desse estudo mostraram, de acordo com Cyrino (1996), um decréscimo no uso da ênclise ao verbo principal ou ao verbo auxiliar, havendo um aumento no uso da próclise ao verbo principal. Uma das conclusões a que a autora chega é que a ênclise é progressivamente abandonada.

A autora observou que, para “esta mudança ocorrer, houve uma reanálise para a posição do clítico, a partir de sentenças matrizes (*root*) contendo locução verbal, onde a ênclise era possível ao verbo ‘auxiliar’” (Cyrino, 1996, p. 170-171). Ao ouvir sentenças como “João [vai-me] dar um livro”, segundo a autora, “a criança pode ter interpretado o pronome não como enclítico ao verbo ‘auxiliar’, mas como proclítico ao verbo principal”, “João vai [me dar] um livro” (Cyrino, 1996, p. 171). Tal estrutura começa a aparecer na primeira metade do século XIX (Cyrino, 1996).

Tabela 5: Ocorrência vs. não ocorrência de clítico em locução verbal

	Estruturas do tipo: “estou lhe vendo” “quero lhe falar” “tinha lhe escrito”	Estruturas do tipo: “estou-lhe vendo” “quero-lhe falar” “tinha-lhe escrito”
1. ^a met. séc. XVIII	não ocorrem	Ocorrem
1. ^a met. séc. XIX	ocorrem	Ocorrem
2. ^a met. séc. XIX	ocorrem	Ocorrem
1. ^a met. séc. XX	ocorrem	Ocorrem
2. ^a met. séc. XX	ocorrem	não ocorrem

Adaptado de Cyrino (1996, p. 171)

Outro autor que estuda os pronomes por um viés diacrônico é Pagotto. Em sua dissertação de mestrado, Pagotto (1992) analisa dados diacrônicos a partir do século XVI. Para o autor, estudar o fenômeno da posição dos clíticos diacronicamente é lidar com mudanças no componente morfológico da língua e na própria estrutura da sentença.

As hipóteses que Pagotto (1992) buscou investigar foram as seguintes:

a) [...] dadas as radicais diferenças entre o português brasileiro e o europeu modernos no que toca à colocação dos clíticos, deve ter havido um substancial processo de mudança, esperando-se no percurso padrões de distribuição dos clíticos bem diferentes dos atuais; b) [...] pela natureza morfológica dos clíticos e também por seu caráter sintático, as mudanças têm profunda ligação com regras que envolvem a evolução da morfologia da língua portuguesa, bem como são reflexos de mudanças operadas nas regras de movimento de certos constituintes dentro da sentença; c) [...] o processo de mudança tenha se dado de maneira lenta e gradual, uma vez que as diferenças entre o português brasileiro e o europeu são tão profundas que se espera que as divergências tenham se manifestado há bastante tempo atrás. (Pagotto, 1992, p. 9)

Na mencionada dissertação, investiga-se o comportamento da posição ocupada pelos clíticos em quatro situações fundamentais:

- a) em sentenças com um único verbo;
- b) em sentenças com grupos verbais¹⁰;
- c) em sentenças infinitivas e gerundivas;

¹⁰ O autor usa a denominação “‘grupos verbais’ para dar conta de construções com modais, verbos como **querer**, ou auxiliares como **ter**, uma vez que elas escondem fatos sintáticos de natureza diversa [...]” (Pagotto, 1992, p. 4, nota de rodapé 2 – grifo no original).

d) em sentenças com advérbios pré-verbais.

Nesse trabalho, o autor estudou a posição dos clíticos a partir do século XVI em um *corpus* composto de 1.436 dados extraídos de cartas e documentos oficiais. Pagotto (1992) constatou que, em sentenças com verbos simples, a próclise era a opção favorita até o século XVIII. Já no século XIX, a ênclise passou a predominar, e, somente no século XX, a próclise volta a ser a posição mais recorrente dos clíticos.

Tabela 6: Próclise e ênclise em verbos simples de sentença raiz em períodos de 50 anos

	Próclise	Ênclise	Total
XX2	26	22	48
	54%	46%	
XX1	10	24	34
	29%	71%	
XIX2	21	17	38
	55%	45%	
XIX1	8	1	9
	89%	11%	
XVIII2	39	7	46
	85%	15%	
XVIII1	34	6	40
	85%	15%	
XVII2	58	8	66
	88%	12%	
XVIII1	37	3	40
	92%	8%	
XVI2	46	9	55
	84%	16%	
XVII1	50	10	60
	83%	17%	
TOTAL	329	107	436
	75%	15%	100%

Adaptado de Pagotto (1992, p. 69)

Segundo Pagotto (1996), esses resultados surpreendem, pois, em primeiro lugar, se o PB atual é proclítico, “seria esperado que os resultados dos períodos mais recentes refletissem padrões mais próximos disso” (Pagotto, 1996, p. 189). No entanto, conforme o autor, não é o que acontece, já que a ênclise é mais frequente a partir do século XIX. Em segundo lugar, para o autor, se o PB resultou de diversas mudanças, não é de se esperar encontrar o português clássico tão semelhante ao PB atual. A hipótese do autor é a de que a mudança de fato ocorreu, mas só é visível à teoria gramatical que trate diferentemente a superfície e níveis mais profundos da sentença¹¹.

Para o autor, “a próclise é a posição natural do clítico” (Pagotto, 1996, p. 190). Se há próclise no português clássico e no PB e se se quer defender que houve mudança, há que se afirmar, segundo Pagotto (1996), que os processos que levam à próclise em um e em outro caso são distintos¹².

Nos grupos verbais¹³, seguindo Pagotto (1992), os clíticos eram sempre complemento do segundo verbo. Do século XVI ao XVIII, o clítico vinha quase categoricamente antes do primeiro verbo. Apenas a partir do século XX começa a aparecer a próclise ao verbo principal. Do século XIX em diante, cresceu o percentual de ênclise (Pagotto 1992).

¹¹ Pagotto (1996) diz que pretende “retirar possíveis hipóteses explicativas” de uma tal teoria. Em seu trabalho, o autor segue a corrente geométrica e afirma (cf. Rouveret 1989) que os trabalhos sobre os clíticos na Teoria Gerativa podem seguir tanto uma abordagem algébrica como uma abordagem geométrica. Não trataremos dessas distinções na presente dissertação.

¹² A sugestão do autor é que o português clássico possuía movimento do clítico e movimento do verbo. Com a mudança, o PB teria perdido esses movimentos, ou estariam eles bastante restritos. Esclarecemos que, no presente trabalho, não trataremos desses fenômenos de movimento, tendo em vista que no capítulo destinado às análises tais fatos não serão retomados.

¹³ Pagotto (1996) assume uma denominação genérica de “grupos verbais”, que envolve construções com dois verbos, podendo ser de três tipos: V + infinitivo; V + gerúndio; V + participípio.

Tabela 7: Posição do clítico segundo o tipo de grupo verbal¹⁴

		a	b	c	d	T
	I	4(11)	1(3)	18(50)	13(36)	36(100)
XX	G	1(8)	0	11(84)	1(8)	13(100)
	P	6(75)	0	2(25)	0	8(100)
	I	8(67)	2(17)	0	2(17)	12(100)
XIX	G	1(100)	0	0	0	1(100)
	P	16(89)	2(11)	0	0	18(100)
	I	50(85)	0	1(2)	8(14)	59(100)
XVIII	G	4(80)	0	1(20)	0	5(100)
	P	15(100)	0	0	0	15(100)
	I	37(97)	0	0	1(3)	38(100)
XVII	G	3(100)	0	0	0	3(100)
	P	27(100)	0	0	0	27(100)
	I	72(96)	2(3)	0	1(1)	75(100)
XVI	G	6(100)	0	0	0	6(100)
	P	11(100)	0	0	0	11(100)
TOTAL		261(80)	7(2)	33(10)	26(8)	327(100)

Adaptado de Pagotto (1992, p. 109)

Segundo Pagotto (1996), a Tabela 7 retrata “o caráter inovador do PB atual no que tange a [*sic*] variante *c* (próclise ao segundo verbo)” (Pagotto, 1996, p. 192). Também mostra, conforme o autor, que a regra de cliticização ao primeiro verbo se aplicava a todos os tipos de grupos verbais – infinitivo (I), gerúndio (G) e particípio (P).

Para o autor, outra forma de observar a ênclise é o caso das sentenças infinitivas e das gerundivas. Pagotto (1992) constata que do século XVI ao século XVIII ocorre pouca aplicação de próclise em infinitivos não preposicionados.

¹⁴ As variantes a, b, c e d são:

- a) próclise ao primeiro verbo (exemplos como “... afirm deque entrando povo, quesem estabelecimento *o* não que fazer...?”);
- b) ênclise ao primeiro verbo (exemplos como “Foi-*me* dado o livro”);
- c) próclise ao segundo verbo (exemplos como “Estamos *nos* deliciando com a presença da Sylvinha”);
- d) ênclise ao segundo verbo (exemplos como

Tabela 8: Posição do clítico em infinitivos por período de 50 anos

	Próclise	Ênclise	TOTAL
XX2	26(62)	16(38)	42(100)
XX1	6(29)	15(71)	21(100)
XIX2	8(24)	25(76)	33(100)
XIX1	3(43)	4(57)	7(100)
XVIII2	12(48)	13(52)	25(100)
XVIII1	24(49)	25(51)	49(100)
XVII2	10(53)	9(47)	19(100)
XVII1	7(100)	0	7(100)
XVI2	27(75)	9(23)	36(100)
XVII1	21(66)	11(34)	32(100)
TOTAL	144(53)	127(47)	271(100)

Adaptado de Pagotto (1992, p. 138)

Tabela 9: Próclise e ênclise em gerúndios por período de 50 anos

	Próclise	Ênclise	TOTAL
XX2	2(33)	4(67)	6(100)
XX1	1(11)	8(89)	9(100)
XIX2	3(11)	24(89)	27(100)
XIX1	0	7(100)	7(100)
XVIII2	0	10(100)	10(100)
XVIII1	1(4)	25(96)	26(100)
XVII2	1(7)	14(93)	15(100)
XVII1	0	9(100)	9(100)
XVI2	1(7)	14(93)	15(100)
XVII1	1(5)	20(95)	21(100)
TOTAL	10(7)	134(93)	144(100)

Adaptado de Pagotto (1992, p. 133)

De acordo com o autor, há nos dados uma forte tendência à ênclise mesmo no século XX. Percebe-se, na visão de Pagotto (1992), que a posição do clítico em gerúndios diverge radicalmente da dos verbos com tempo finito, no período entre os

séculos XVI e XVIII. O português deste período, afirma o autor, era bastante semelhante ao PB atual por ser muito frequente a próclise com tempo finito. Quanto aos gerúndios, a ênclise é majoritária, ocorrendo poucos casos de próclise. A dúvida que o autor coloca é se seriam estes casos de próclise motivados pela presença de “atratores”. A Tabela 10 a seguir esclarece esse ponto, apresentando os dados sem a presença desses elementos.

Tabela 10: Posição do clítico em gerúndios não precedidos de elementos “atratores” por período de 50 anos

	Próclise	Ênclise	TOTAL
XX2	2(33)	4(67)	6(100)
XX1	1(13)	7(88)	8(100)
XIX2	0	22(100)	22(100)
XIX1	0	6(100)	6(100)
XVIII2	0	10(100)	10(100)
XVIII1	0	25(100)	25(100)
XVII2	0	14(100)	14(100)
XVIII1	0	9(100)	9(100)
XVI2	0	13(100)	13(100)
XVII1	0	20(100)	20(100)
TOTAL	3(2)	130(98)	133(100)

Adaptado de Pagotto (1992, p. 134)

A Tabela 10 mostra, segundo o autor, o português clássico como um sistema sem variação na posição dos clíticos em gerúndios. Os casos de próclise no período, registrados na Tabela 9 (gerúndios), são situações em que o verbo está precedido de algum elemento “atrator”. Os dados do século XX apontam a mudança: “os 3 casos de próclise registrados no período são situações em que o verbo não está precedido de elementos ‘atratores’, refletindo, ainda que timidamente, o PB atual” (Pagotto, 1992, p. 134).

Tabela 11: Posição do clítico em relação à negação em períodos de 50 anos¹⁵

	a	b	T
XX2	0	4(100)	4(100)
XX1	2(25)	6(75)	8(100)
XIX2	0	9(100)	9(100)
XIX1	0	2(100)	2(100)
XVIII2	10(59)	7(41)	17(100)
XVIII1	6(75)	2(25)	8(100)
XVII2	7(70)	3(30)	10(100)
XVII1	2(40)	3(60)	9(100)
XVI2	6(60)	4(40)	10(100)
XVII	11(100)	0	11(100)
TOTAL	39(48)	44(52)	83(100)

Adaptado de Pagotto (1992, p. 125)

A Tabela 11 aponta, conforme Pagotto (1992), uma diferença nítida entre dois períodos.

De um lado, o período que vai do século XVI ao século XVIII apresenta um padrão em que a variante a (cl-NEG V) é sistematicamente superior à variante b (NEG cl-V); do outro lado temos os períodos seguintes em que a variante b (NEG cl-V) é praticamente categórica, refletindo o PB atual. (Pagotto, 1992, p. 125)

Chama a atenção também o fato de que, segundo o autor, a primeira metade do século XVI concentra a maior proporção da próclise à negação. Na visão do autor,

isto sugere que a anteposição do clítico a elementos pré-verbais neste período talvez seja o restinho de um processo que teria sido mais produtivo no português medieval. No caso da negação, parece que a anteposição do clítico foi processo que perdurou e era fenômeno previsto na gramática do período, haja vista os resultados, que dão sempre maioria para a variante a (cl-V V). (Pagotto, 1992, p. 125)

O autor também apresenta os resultados diacrônicos referentes a outros elementos pré-verbais.

¹⁵ Variáveis:

a) cl-ADV/NEG V;

b) ADV/NEG cl-V.

Tabela 12: Posição do clítico em relação a advérbios pré-verbais

	a	b	T
XX2	0	7(100)	7(100)
XX1	0	12(100)	12(100)
XIX2	0	6(100)	6(100)
XIX1	0	5(100)	5(100)
XVIII2	0	12(100)	12(100)
XVIII1	0	7(100)	7(100)
XVII2	0	16(100)	16(100)
XVII1	1(16)	5(84)	6(100)
XVI2	4(25)	12(75)	16(100)
XVI1	9(34)	18(66)	27(100)
TOTAL	14(12)	100(88)	114(100)

Adaptado de Pagotto (1992, p. 126)

A Tabela 12 mostra, conforme o autor, que no português a cliticização a advérbios pré-verbais é muito pouco produtiva, sendo que na primeira metade do século XVII é que ocorre o último caso. Os outros casos se concentram no século XVI, na primeira metade, principalmente. Segundo Pagotto (1992), esse fato nos leva a acreditar na anteposição do clítico a tais advérbios “como um processo que deve ter sido produtivo no português medieval, mas que perde a força no português clássico” (Pagotto, 1992, p. 126). Para o autor, comparando a Tabela 12 com a Tabela 10, observa-se uma nítida diferença entre a negação e estes advérbios:

A anteposição do clítico à negação é processo que [...] continua bem forte até o século XVIII e pode, assim, ser tomado como um fenômeno a ser incluído na gramática deste período, ao lado da próclise aos verbos simples e a próclise ao primeiro verbo de grupos verbais. Destes, o PB teria ficado apenas com a próclise aos verbos simples, generalizando-a. (Pagotto, 1992, p. 126)

O autor ainda afirma que, comparando-se essas duas tabelas (11 e 12), nota-se na primeira metade do século XVI a ocorrência categórica da anteposição do clítico à negação, coincidindo com o alto percentual de anteposição aos advérbios no mesmo período.

Para o autor, poderia se pensar que, no passado da língua, a negação e os outros advérbios deveriam ter na gramática o mesmo estatuto, admitindo-se a anteposição do clítico. Pagotto (1992) sugere que um processo de mudança deve ter ocorrido, opondo a negação aos outros advérbios. O autor constata que, no final do século XVIII,

a negação perdeu a propriedade de permitir a próclise a ela, assumindo o PB as suas feições (somente a título de curiosidade, muitos advérbios deixaram a sua posição pré-verbal e foram assentar-se à direita do verbo, como os intensificadores, locativos e os de modo [...]).¹⁶ (Pagotto, 1992, p. 127)

Quanto à questão da natureza dos pronomes clíticos, Pagotto (1996) retoma a ideia de Silva (1990 *apud* Pagotto 1996)¹⁷, para quem os clíticos do PB passaram por um processo de reanálise, mudando seu estatuto categorial. Se se admite que, com a mudança, aos clíticos restou uma posição estranha à sua natureza, presume Pagotto (1996) que ou eles deixam de existir, ou eles se adaptam ao novo *habitat*. Para o autor, considerando-se que algum clítico tenha saído do sistema pronominal, seria este o caso do pronome de 3ª pessoa, sendo que este é o pronome que mais apresenta traços de concordância. Os elementos que teriam sobrevivido no PB, segundo o autor, são os clíticos neutros em relação à concordância – *lhe, me, te*. É legítimo supor, na visão de Pagotto (1996), que essas mudanças colocaram a sobrevivência dos clíticos em jogo: os que não se adaptaram caíram em desuso. A dúvida que paira é sobre aqueles que se adaptaram: teriam eles vida longa? O autor assume que “não é possível ainda afirmar com segurança o resultado desse processo de seleção gramatical” (Pagotto, 1996, p. 203).

No que tange à origem da mudança do padrão enclítico para o padrão proclítico no PB, os autores têm entendimentos distintos.

No trabalho de Nunes (1996), afirma-se que os clíticos acusativos de 3ª pessoas estão desaparecendo do PB. O autor investiga, nesse trabalho, a origem do objeto nulo e dos pronomes tônicos em função de objeto. Para o autor, esse fato é devido à mudança na direção de cliticização do PB, que fez com que as crianças nascidas à época dessa mudança (início do século XIX) não adquirissem os clíticos de 3ª pessoa em sua gramática. Tais clíticos são, dessa maneira, introduzidos pelo estudo formal na escola. A

¹⁶ Para o autor, valeria a pena investigar mais o comportamento dos clíticos em relação à negação, já que “os manuais de gramática assinalam que a anteposição do clítico à negação se dá em contextos nos quais é precedida de outro elemento ‘atrator’” (Pagotto, 1992, p. 127).

¹⁷ SILVA, M. C. F. *Les clitiqes en portugais du Brésil: notes pour une etude*, ms., 1990.

mencionada mudança na direção da cliticização em PB, conforme o autor, gerou duas consequências: a substituição dos clíticos de terceira pessoa pelo objeto nulo (cf. Cyrino 1994, 1996, 2000, 2006) ou sua substituição pelos pronomes tônicos correspondentes *ele/ela* (cf. Kato 2002, Castilho 2010, Perini 2010, Othero 2012). Logo, a inversão na direção da cliticização é a origem de o pronome lexical estar sendo usado como pronome acusativo.

Galves (2001) também investiga a origem do objeto nulo e do pronome lexical em função de objeto. Diferentemente de Nunes (1996), a autora atribui o desaparecimento do clítico acusativo de 3ª pessoa e a modificação em processo no sistema pronominal – um maior preenchimento da posição sujeito com pronome e menor preenchimento da posição objeto – ao enfraquecimento da flexão verbal no PB atual. Como o PB passa a apresentar uma concordância fraca¹⁸, segundo a autora, o clítico acusativo de 3ª pessoa, por ser o que mais apresenta traços de concordância, deixa de ser legitimado. Segundo Galves (1996, 2001), a posição dos clíticos no PB atual estaria relacionada ao fenômeno do objeto direto nulo, e o enfraquecimento da concordância no PB e as mudanças na posição dos clíticos causaram uma reorganização lexical no sistema de pronomes: a oposição clítico *versus* não clítico cede lugar para a oposição morfológicamente marcada com caso (*me/te/se/lhe*) *versus* não morfológicamente marcada com caso (*eu/ele/você*). Os pronomes da segunda categoria podem, então, para a autora, aparecer em qualquer posição, inclusive na função de objeto. Na visão da autora, assim é legitimado o pronome lexical em função de objeto. Não obstante o pronome lexical possa figurar em função acusativa no PB, o mesmo não ocorre no PE, acarretando agramaticalidade.

A mudança na ordem pronominal do PB é explicada por Galves (1993) baseando-se na hipótese de que a gramática anterior não podia gerar tais fenômenos. Segundo a autora, pode-se interpretar esses fatos como decorrentes de uma mudança paramétrica, ou seja, um novo valor é atribuído a um parâmetro pelas crianças adquirindo a língua, dando origem a uma nova gramática. Para a autora, o parâmetro se relaciona com a “*natureza do morfema de concordância presente na flexão verbal*” (Galves, 1993, p. 388). A esse respeito, a autora ainda nota que o aumento da frequência

¹⁸ Galves (1993) define a noção de concordância “fraca” da seguinte maneira: “é fraca a concordância que não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático. É o que acontece no PB onde não se encontra na flexão verbal a oposição 1.ª, 2.ª e 3.ª pessoas, mas somente uma oposição binária, pessoa (1.ª)/não-pessoa (3.ª), articulada a uma oposição singular/plural. Isso corresponde a uma concordância fraca morfológicamente (ausência de 2.ª pessoa), e semanticamente (possibilidade de interpretar a terceira pessoa do singular como indeterminada)” (Galves, 1993, p. 395).

do objeto nulo e o surgimento do pronome lexical em função de objeto, refletindo a diminuição dos clíticos, constituem “um conjunto de fenômenos intimamente relacionados, que apontam para uma reorganização do sistema pronominal da língua” (Galves, 1993, p. 390).

Um verdadeiro sistema de clíticos, para a autora, implica concordância rica. Por isso, os clíticos estão caindo em desuso, já que o PB apresenta concordância pobre. A sobrevivência de alguns deles, esclarece Galves (2001), se deve ao fato de que foram reinterpretados como pronomes plenos (sintagmas).

A autora ainda compara o emprego do pronome lexical ao do objeto nulo:

É possível usar o pronome lexical pleno em posição de objeto [...] para deixar visíveis os traços pronominais que concordam com o antecedente. Essa peculiaridade também está relacionada com o funcionamento de língua de tópico, na qual não há restrições quanto à posição do pronome tônico – que nas outras línguas românicas só pode aparecer em posição de tema (ou regido por preposição), ou seja, como sujeito. Em português brasileiro, todas as posições sintáticas são susceptíveis de serem vinculadas pelo tópico. Espera-se, portanto, que o comportamento do pronome tônico seja paralelo ao da categoria vazia do objeto. (Galves, 2001, p. 53-54)

Para a autora, a perda geral da concordância nada mais é que a extensão às demais pessoas verbais do que ocorre com o pronome de 3ª pessoa do singular: “perda do caráter pronominal de flexão que terá que ser substituída sistematicamente pelo pronome lexical” (Galves, 2001, p. 57).

Quanto à posição do clítico no PB, a autora afirma que este não é somente proclítico, “mas também fortemente atraído [...] pelo verbo que lhe atribui sua função temática” (Galves, 2001, p. 135).

Na visão da autora, a perda da oposição *tu/você* gera os seguintes paradigmas verbais no PB e no PE:

Tabela 13: Paradigmas verbais do PE e do PB

PB		PE
	(eu) falo	
você fala		tu falas
ele fala		ele fala
	nós falamos	
	vocês/eles falam	

Adaptado de Galves (2001, p. 143)

No PB, a perda da distinção entre 2^a e 3^a pessoa reflete um sistema de concordância que pode caracterizar a pessoa como um traço sintático que comporta dois valores: + e -. A autora constata a oposição entre quatro desinências, que podem ser combinadas levando-se em consideração os valores positivo e negativo dos traços “pessoa” e “plural”.

Tabela 14: As desinências pessoais do PB

+pessoa/-plural	> -o
+pessoa/+plural	> -mos
-pessoa/+plural	> -m
-pessoa/-plural	> -0

Adaptado de Galves (2001, p. 143)

Por meio dessas tabelas, a autora afirma que se pode considerar esse sistema como subjacente a uma concordância “pobre” (ou “fraca”).

Sobre o emprego do pronome *ele* em função acusativa, a autora sugere que, nesse caso, há um mesmo item lexical representando o pronome forte e o pronome fraco. Como forte, corresponde a uma informação nova, ou seja, é foco – como em “Eu vi *ele* (e não *ela*)”¹⁹. Quando fraco, tem valor anafórico – por exemplo, como pronome lembrete²⁰ (como em “Essa competência *ela* é de natureza mental”²¹).

Cyrino (1990b *apud* Cyrino 1996) concorda com Galves (1989a, b) sobre a origem do objeto nulo e do pronome tônico em função de objeto, ou seja, devem-se ao fato do enfraquecimento da concordância em PB. A autora explica a mudança de acordo com o Quadro 1:

¹⁹ Exemplo de Galves (2001, p. 163).

²⁰ Tendo em vista que o tema da presente dissertação é o pronome lexical em função acusativa, não é nosso intuito aqui estudar o pronome lembrete.

²¹ Exemplo de Galves (2001, p. 164, retirado de Pontes 1981).

Quadro 1: Possíveis mudanças no PB

	Mudanças sintáticas
Século XVIII	- AGR torna-se “fraco”
1. ^a met. do séc. XIX	- ênclise é reanalisada em locuções verbais como próclise ao verbo mais baixo, i.e., (a) é reanalisada como (b): (a) João tinha-me visto. (b) João tinha me-visto.
2. ^a met. do séc. XIX	- a reanálise da categoria vazia em posição de objeto da variável para <i>pro</i> ²² ocorre através da existência de pronomes lexicais ocorrendo naquela posição. Ao mesmo tempo, o objeto nulo já poderia ser licenciado como <i>pro</i> , pois a estrutura do PB (Galves, 1989a,b) já o permitiria.
Século XX	- ênclise torna-se rara. - objeto nulo é sempre <i>pro</i> . - próclise é fenômeno geral.

Adaptado de Cyrino (1996, p. 172)

A hipótese de Cyrino (1990b *apud* Cyrino 1996) era de que a estrutura desencadeadora da reanálise seria a que apresenta o pronome tônico em função de objeto: a criança reanalisaria a categoria vazia como sendo *pro* a partir dessa estrutura. Porém, analisando o Quadro 1 e ao constatar que o *pro* já seria teoricamente possível no século anterior, a autora assume que “a ocorrência de pronomes lexicais seria mais uma consequência do que uma causa da reanálise” (Cyrino, 1996, p. 172).

²² O termo *pro*, segundo Crystal (2008[1980], p. 387), é usado na “Teoria da Regência e Ligação para um pronome nulo não anafórico (fonologicamente vazio); conhecido também como prozinho, para distingui-lo de PRO [...]. Geralmente associado com a posição de sujeito em sentenças finitas em línguas pro-drop, é identificado por meio de traços morfológicos presentes na sentença” (as traduções foram feitas por nós) (Trecho original: “A term used in GOVERNMENT-BINDING THEORY for a non-ANAPHORIC NULL (phonologically EMPTY) PRONOMINAL; known also as **little pro**, to distinguish it from ‘big PRO’ [...]. Usually associated with SUBJECT position in FINITE CLAUSES in PRO-DROP languages, it is identified through the MORPHOLOGICAL FEATURES present in the sentence”) (Crystal, 2008[1980], p. 387 – grifo no original). Apenas a título explicativo, línguas *pro-drop* (*pronoun dropping*) são aquelas que permitem que o sujeito seja omitido, sendo que o seu sistema dá conta de recuperá-lo. No caso do português, que é uma língua que apresenta o valor positivo para o parâmetro pro-drop, recupera-se o “sujeito nulo” por meio da flexão verbal – (Eu) estudei para a prova, por exemplo.

Cyrino (1990b *apud* Cyrino 1996) afirma que, no século XVIII, a concordância (AGR) se torna fraca no PB, ocasionando a perda da ênclise, e o objeto nulo deixa de ser analisado como variável e passa a ser analisado como pronominal. A hipótese da autora (1994) é a de que, se o clítico |- animado| é perdido em favorecimento de uma posição nula, o clítico “o” |+ animado| poderia também começar a desaparecer, e para que a referência a um antecedente |+ animado| fosse feita, o falante, por não ter mais o clítico *o* disponível, faria uso do pronome tônico *ele*.

Porém, mais tarde, Cyrino (1996) afirma que tal análise se mostrou inadequada. Para a autora, colocam-se algumas questões:

Se a criança reanalisa uma categoria do tipo variável como sendo *pro*, como podemos explicar as orações que ainda apresentam variável no PB atual (por exemplo, sentença com topicalização)? Em outras palavras, como restringir a reanálise da criança para *somente certas variáveis*?

Além disso, se AGR já estava “fraco” no século XVIII, e a mudança da ênclise para próclise somente ocorreria no século XIX, porque a reanálise ocorreria no século XIX, se a estrutura que permitiria *pro* já era teoricamente possível no século anterior? (Cyrino, 1996, p. 172)

Duarte (1989), Cyrino (1996, 1997), Galves (1996, 2001), Nunes (1996) e Pagotto (1996) convergem em um ponto: a mudança dos clíticos abrange dois aspectos:

- a) sua posição mudou – a próclise passou a ser tendência geral; e
- b) houve uma queda na sua ocorrência – esses elementos são cada vez menos frequentes na língua, principalmente o clítico de 3ª pessoa. (Cyrino 1996)

Como mencionado anteriormente, Castilho (2010) aponta que, ao longo da história do português, observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos.

Nos tempos modernos, conforme já foi mencionado, o PE é predominantemente enclítico, ao passo que o PB é predominantemente proclítico (Castilho 2010). Para o autor, “nas perífrases e nos tempos compostos, o PB favorece a colocação do pronome antes do verbo pleno na forma nominal, enquanto no PE a ênclise ocorre em relação ao verbo auxiliar” (Castilho, 2010, p. 484).

Algumas pesquisas (Salvi 1990, Pagotto 1992, 1993, Martins 1994) mostraram que “os nossos clíticos nunca foram tão bem-comportados assim, tendo-se apurado uma oscilação entre a ênclise e a próclise ao longo dos séculos, assim representável: ênclise > próclise > ênclise” (Castilho, 2010, p. 484). Essa oscilação, para o autor, mostra que a mudança linguística não tende a um fim.

Tabela 15: Colocação dos clíticos no português europeu

Colocação dos clíticos segundo Salvi (1990)									
	1267- 1348	1425- 1450	1510- 1520	1550- 1600	1655	1727	1746	1846	1878
Próclise	29%	50%	61%	100%	57%	81%	49%	10%	5%
Ênclise	71%	50%	39%	0%	43%	19%	51%	90%	95%
Colocação dos clíticos no português arcaico segundo Martins (1994)									
	1250- 99	1300- 49	1350- 99	1400- 49	1450- 00	1500-50			
Próclise	6,7%	18,8%	37,7%	71,4%	94,4%	100,0%			
Ênclise	93,3%	81,2%	62,2%	28,6%	5,6%	0%			

Adaptado de Castilho (2010, p. 484)

Tabela 16: Colocação dos clíticos no PB segundo Pagotto (1992: 69)

	1530	1551	1600	1650	1700	1751	1800	1851	1900	1951
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1550	1599	1650	1699	1750	1799	1850	1899	1950	1992
Próclis e	83%	84%	92%	88%	85%	85%	89%	55%	29%	46%
Ênclise	17%	16%	8%	12%	15%	15%	11%	45%	71%	54%

Adaptado de Castilho (2010, p. 485)

Ao comparar o resultado desses autores, Castilho (2010) constata que a virada proclítica do PE se situa no século XV e nas primeiras décadas do século XVI, quando começam a chegar os primeiros colonizadores portugueses ao Brasil. Ou seja, a “próclise brasileira” teria suas raízes no PE do século XV. O autor sintetiza os quatro fenômenos que teriam, simultaneamente, ocorrido na segunda metade do século XX: “(i) aparecimento da construção com objeto direto nulo, (ii) aparecimento da construção com objeto direto *ele*, (iii) mudança na direção de cliticização, e (iv) desaparecimento de *o*” (Castilho, 2010, p. 304).

O fenômeno apontado em (iii) já foi referido anteriormente. Os fenômenos em (i), (ii) e (iv) serão tratados em subseção adiante (1.3).

1.1.2 Sincronia

Autores como Luft (1978), Pereira (1981), Galves (1990), Pagotto (1992, 1996), Nunes (1996), Vieira (2002, 2003), entre outros, posicionam-se a respeito da ordem pronominal sob uma perspectiva sincrônica. Segundo esses autores, há evidências de que o PE e o PB arranjam seus clíticos pronominais de formas distintas, o primeiro usando o padrão de ênclise e o segundo, de próclise.

A colocação proclítica, para Luft (1987), é condicionada por “elementos de atração”, como, por exemplo, partículas QU e negações. Para o autor, a próclise, no início de frase, é um traço que está ligado à fala, imprime-lhe um tom coloquial ou descontraído, enquanto “a ênclise soa à cerimônia, linguagem objetiva, técnica, etc.” (Luft, 1987, p. 19).

Todavia, afirma Pagotto (1992) que, embora se tenha que a próclise é generalizada em PB no caso dos grupos verbais, há duas situações em que ela não é possível: a) com o clítico *o* (e suas flexões); e b) quando a construção é passiva.

Conforme Nunes (1996), os clíticos em PE são sempre enclíticos por causa de sua direção de cliticização, que é da direita para a esquerda, impedindo sentenças iniciadas por clíticos. Isso faz com que a sílaba dos clíticos de 3ª pessoa tenha seu *onset* licenciado (por exemplo, “vê-lo”; “compraram-no”). Esse processo, segundo o autor, ocorre apenas quando o clítico está fonologicamente apoiado em uma palavra que seja verbo.

Para Vieira (2003), a ordem não marcada²⁵ é a próclise. Os contextos que determinam a existência da ênclise no PB oral são os seguintes: os pronomes *o/a(s)* e *se*, este especialmente em estrutura de indeterminação/apassivação e em contextos sem a presença de um tradicional “operador de próclise”; e a fala de indivíduos com mais de 55 anos de idade²⁶.

A autora sugere, assim como a gramática tradicional, que a pausa após os advérbios inviabilizaria a próclise (como em “Ele, gentilmente, convidou-me para entrar”). O pronome passaria a encabeçar uma unidade entoacional, à semelhança do

²⁵ “Marcado” e “não marcado” se referem ao que é exceção e ao que é típico na língua, respectivamente.

²⁶ O trabalho de Vieira (2003) é embasado na sociolinguística variacionista. A autora aborda a ordem dos clíticos nas variedades brasileira, europeia e moçambicana do português, na modalidade oral, com base em dados que apresentam pronomes átonos em enunciados constituídos por lexias verbais simples. Nessa pesquisa, tem-se as seguintes variáveis: linguísticas: tipo de oração, presença de possível “atrator” na oração, distância entre o possível “atrator” e o grupo clítico-verbo, tempo e modo verbais, tipo de clítico, função do clítico/valor do *se*, modalidade frasal e tonicidade da forma verbal; e extralinguísticas: faixa etária e escolaridade.

contexto de início absoluto de oração. Ainda segundo Vieira (2003), quanto maior o número de sílabas intervenientes entre o possível operador de próclise²⁷ e o grupo clítico-verbo, menor é a tendência à realização da variante pré-verbal. Confirma-se, assim, que a distância atenua o efeito da “atração”. A autora mostrou, nesse estudo, que

os tempos do subjuntivo favorecem a próclise; os do indicativo apresentam comportamento variado, sendo o presente o mais neutro quanto à ordem dos clíticos, no sentido de registrar as tendências da variedade em questão; as formas nominais do verbo e o imperativo desfavorecem a variante pré-verbal, tendo o infinitivo o comportamento mais vacilante; [...] as orações “independentes” e as coordenadas sindéticas desfavorecem a próclise, enquanto as subordinadas desenvolvidas/clivadas a favorecem; as orações subordinadas reduzidas de infinitivo e de gerúndio também desfavorecem a variante pré-verbal, sendo as de infinitivo as que permitem maior variação quanto à ordem do clítico. (Vieira, 2003, p. 1348)

Sobre a distribuição dos clíticos na frase, Nunes (1996) observa que os clíticos de 3ª pessoa não obedecem à distribuição dos demais clíticos, posição com a qual Oliveira (2007) concorda, alertando que a posição dos clíticos muda segundo as pessoas: os clíticos de 3ª pessoa ocorrem predominantemente em ênclise e os de 1ª e 2ª pessoas ocorrem, via de regra, em próclise.

Mostramos, nesta subseção, como alguns autores tratam da ordem pronominal sob as perspectivas diacrônica e sincrônica. Vimos que os autores se posicionam diferentemente sobre o mesmo tema, o que enriquece a literatura a respeito. No entanto, devido à diversidade de argumentos, precisamos nos posicionar, e aqui defendemos (o que não é nenhuma novidade) que os clíticos estão desaparecendo do PB (conforme autores supramencionados) e hipotetizamos que o principal acontecimento que originou a queda desses pronomes foi a mudança na direção da cliticização fonológica (conforme apontado por Nunes 1996).

Isto posto, podemos, neste momento, nos voltar ao estudo dos clíticos e sua história.

²⁷ Em seu trabalho, a autora considera os seguintes operadores de próclise: Nenhum operador, SN sujeito nominal, SN sujeito pronome, conj. coordenativa, SAdv (aqui, etc.), SAdv (sempre, etc.), SAdv (mente/loc. adv.), elemento “denotativo”, preposição a, em, prep. para, de, sem, partícula de negação, conj. subordinativa, elemento que, pron./adv. relat. e QU-.

1.2 Os clíticos no PB: breve relato sobre sua origem, seu estatuto e seu lugar na hierarquia prosódica

Na subseção anterior, estudamos a ordem pronominal do PB diacrônica e sincronicamente. Vimos o que os autores afirmam a respeito da ordem dos clíticos pronominais no PB e pudemos refletir sobre os apontamentos estabelecidos por eles.

Pelo levantamento feito, observamos que a maioria das regras estabelecidas pelos gramáticos no que se refere à ordem pronominal se aplica somente em situações formais, não ocorrendo em uma conversação descuidada e em situações de informalidade (como havíamos previsto na Introdução deste trabalho). É relevante frisar que isto ocorre justamente por estarmos lidando com a linguagem oral, não monitorada, que, sabemos, é diferente da linguagem escrita, formal, em que ocorrem com mais frequência os clíticos.

Vistos esses aspectos, agora nos detemos na investigação desses pronomes átonos, buscando em diversos trabalhos uma breve explicação para seu estatuto, origem e história. Antes, é de extrema importância diferenciar os pronomes clíticos dos não clíticos.

De acordo com alguns gramáticos, como Cunha e Cintra (2007) e Cegalla (2008), quanto à acentuação, os pronomes oblíquos dividem-se em tônicos (*mim, ti, si, comigo, etc.*) e átonos (*me, te, se, lhe, o, a, os, as, nos e vos*).

Conforme Bechara (2009), vocábulos átonos se acham destituídos de seu acento vocabular. O vocábulo que mantém sua individualidade fonética é chamado de tônico.

Nesta subseção, focaremos nossa pesquisa nos pronomes átonos.

1.2.1 Breve relato sobre a origem dos clíticos

Os clíticos acusativos de 3ª pessoa no português derivam dos pronomes demonstrativos latinos *illum/illam/illud*; porém o português parece ter perdido o *onset* da sílaba do clítico, o que originou as formas superficiais *o(s), a(s)*. No entanto, o fato de essas formas se superficializarem em alguns contextos como *lo(s), la(s)* ou *no(s), na(s)*, segundo Nunes (1996), pode estar indicando que a sílaba desses clíticos tenha um *onset* subjacente.

Em sua tese de doutorado, Brisolara (2008) aborda brevemente a questão da origem dos clíticos, afirmando que os de 3ª pessoa e os determinantes das línguas

românicas parecem ter a mesma origem, a saber os demonstrativos acusativos *illum*, *illam*, *illud* do latim.

1.2.2 Os clíticos no PB, seu estatuto e seu lugar na hierarquia prosódica

Primeiramente, é preciso definir o que se entende por clítico e quais são os pronomes do PB que se encaixam nesta definição.

Para Crystal (2008[1980], p. 80), clítico “é um termo usado na gramática para se referir a uma forma que se assemelha a uma palavra, mas que não pode se sustentar em si mesma como um enunciado normal, sendo fonologicamente dependente de uma palavra vizinha (seu hospedeiro) em uma construção”²⁸.

Segundo Zwicky (1977), na maior parte das línguas do mundo, há elementos cujas características ora se assemelham às de afixo, ora se assemelham à palavra independente. Esses itens, em geral, são rotulados como clíticos. Segundo o autor, o termo “clítico” significa “que se apoia em algo” (*apud* Guzzo 2012), sendo, portanto, dependente de uma palavra adjacente (sua hospedeira). Tal dependência pode ser descrita com base em fatos fonológicos ou morfossintáticos. Contudo,

mesmo que o clítico pareça sempre se apoiar em uma palavra acentuada – fato fonológico – ou que tenha mobilidade restrita com relação a seu hospedeiro – fato morfossintático –, ele ainda apresenta independência maior quanto à palavra adjacente do que qualquer afixo. Sendo assim, o comportamento misto dos clíticos é um desafio tanto para sua definição quanto para seu estabelecimento na hierarquia prosódica. (Guzzo, 2012, p. 2)

É sabido que todos os elementos considerados clíticos se apoiam em uma palavra acentuada, mas existem várias outras características que os distanciam ou os aproximam de afixos e de palavras independentes. Entretanto, nem todos os clíticos apresentam as mesmas características, o que permite que o termo clítico abranja itens das mais diferentes formas e classes gramaticais (Guzzo 2012). A esse respeito, Zwicky (1994) argumenta que “clítico” é um termo “guarda-chuva” (Zwicky, 1994, p. 13), visto que este termo abrange elementos submetidos a uma vasta gama de fenômenos linguísticos e que apresentam propriedades mistas (Guzzo 2012).

²⁸ Trecho original: “ A term used in GRAMMAR to refer to a FORM which resembles a WORD, but cannot stand on its own as a normal UTTERANCE, being PHONOLOGICALLY dependent upon a neighbouring word (its **host**) in a CONSTRUCTION” (Crystal, 2008[1980], p. 80 – grifo no original).

Zwicky (1977) assume que há três classes de clíticos. A primeira classe se refere aos casos em que o clítico “age como uma variante de uma forma forte livre com o mesmo significado cognitivo e com aparência fonológica similar”²⁹ (Zwicky, 1977, p. 3). É o que acontece, por exemplo, “com alguns pronomes do francês, que se manifestam como fracos devido a restrições sintáticas (como *le* em *Je le vois*, ‘eu o vejo’, que, sendo objeto direto, torna-se dependente e assume a forma clítica)” (Guzzo, 2012, p. 4), ou com o pronome *cê* do PB (variante do tônico *você*), que pode estar em processo de cliticização, conforme sugerem estudos de Petersen (2008), Vitral & Ramos (2006) e Othero (2013). Contudo, Zwicky (1977) alerta que esses clíticos não são derivados das formas fortes; eles distribuem-se de maneiras diferentes na língua.

A segunda classe, conforme o autor, abriga os casos de morfemas livres, que, quando não acentuados, podem sofrer redução fonológica, já que são subordinados a uma palavra adjacente. Como exemplo, o autor cita o caso de pronomes oblíquos do inglês, como *him* e *her*, que podem ser reduzidos em alguns contextos – como em *He sees her* [hì síz hr] (ele a vê), quando resulta em *He see[zr]* [hí sizr]³⁰. O autor aponta, contudo, que, quando enfatizados ou isolados, esses clíticos não podem sofrer redução. Entre os clíticos considerados simples estão verbos auxiliares, pronomes pessoais, determinantes, preposições ou posposições, conjunções e algumas palavras adverbiais³¹ (Guzzo 2012).

Por sua vez, a terceira classe abrange, de acordo com o autor, os morfemas que, mesmo sempre inacentuados, apresentam considerável liberdade sintática, podendo ser associados a uma maior variedade de palavras e de categorias morfológicas. É o que ocorre no caso do enclítico “que” do latim, que pode se ligar a uma palavra, sintagma ou sentença, prendendo-se à primeira palavra da unidade – como em *Duāsque ibi legionēs cōnscrībit* (ele registra duas regiões lá) – e o caso do genitivo ‘s do inglês – como em *Germany’s defenses* (as defesas da Alemanha), apoiando-se em uma única palavra, e

²⁹ Trecho original: “Cases where an unaccented bound acts as a variant of a stressed free form with the same cognitive meaning and with similar phonological makeup” (Zwicky, 1977, p. 3).

³⁰ Para Zwicky (1977), existem os clíticos especiais e os clíticos simples (e a distinção entre eles nem sempre é clara). O caso destes é apresentado no exemplo, em que se pode observar que as formas cheias e as reduzidas ocorrem na mesma posição sintática, apresentando sintaxe e fonologia comuns, diferentemente dos clíticos especiais, que apresentam sintaxe especial e fonologia opaca (como o exemplo do primeiro tipo de clítico).

³¹ Zwicky (1977) ressalta, porém, que são regras de línguas particulares as responsáveis por determinar se esses elementos se comportam como clíticos ou não e, sendo de fato clíticos, seu modo de ligação com o hospedeiro.

The Queen of England's hat (o chapéu da Rainha da Inglaterra), apoiando-se em um sintagma³², desde que seja nominal.

Para Zwicky (1985), “a primeira observação relevante sobre o clítico é que ele forma uma unidade fonológica com uma palavra independente”³³ (Zwicky, 1985, p. 286), entretanto, conforme destaca, “algumas palavras não clíticas também formam unidades fonológicas com a palavra adjacente a elas, por exemplo, preposições do inglês com os NPs seguintes a eles”³⁴ (Zwicky, 1985, p. 286). Conforme o autor, a diferença entre “clítico + palavra” e “palavra + palavra” está no domínio, ou seja, esses elementos clíticos ou não clíticos formam com a palavra seguinte ou uma palavra fonológica ou uma frase fonológica.

No que tange à diferença entre clíticos e palavras independentes³⁵, o autor afirma que os clíticos assemelham-se mais a afixos do que a palavras, já que são prosodicamente dependentes, formam unidades com palavras vizinhas e, uma vez que não podem ocorrer isoladamente, tendem a combinar-se com palavras simples, além de não apresentarem complexidade morfológica. Essas características também são averiguadas nos pronomes átonos do PB³⁶.

Nespor e Vogel (1986) apontam que a maioria das abordagens fonológicas costumam classificar os clíticos ou como parte da palavra fonológica, considerando-os como afixos, ou como parte da frase fonológica, aproximando-os de palavras independentes. Todavia, as autoras afirmam que os clíticos não podem ser enquadrados em uma ou em outra categoria, visto que se comportam diferentemente de afixos e de palavras independentes. Logo, assumem a inclusão de outro nível na escala prosódica, o grupo clítico, localizado entre a palavra e a frase fonológica. Assim, conforme Guzzo (2012),

com a inclusão do grupo clítico na hierarquia prosódica, o clítico passaria a ser considerado palavra fonológica independente. Desse modo, para que a um elemento seja atribuído *status* de palavra fonológica, não é necessário que este possua acento (ainda que as autoras reconheçam que o acento seja de

³² Os clíticos pertencentes a essa classe são chamados por Zwicky (1977) de *bound words*.

³³ Trecho original: “The first relevant observation about the clitic is that it forms a phonological unit with an independent word” (Zwicky, 1985, p. 286).

³⁴ Trecho original: “[...] some non-clitic words also form phonological units with words adjacent to them, e.g. English preposition with the NP’s following them” (Zwicky, 1985, p. 286).

³⁵ O autor estabelece alguns testes para distinguir clíticos de palavras independentes. Porém, esta dissertação não tem o objetivo de testar a proposta de Zwicky (1985).

³⁶ Para Zwicky (1985), de maneira geral, os clíticos são dependentes acentualmente. Por conseguinte, o acento em uma das três sílabas e sem interferência do clítico é uma característica do PB, do PE, do espanhol e do catalão.

fato uma propriedade das palavras fonológicas equivalentes a palavras lexicais); para Nespor e Vogel (1986), uma palavra fonológica pode corresponder ao elemento terminal de uma árvore sintática, a um radical ou a um elemento identificado por critérios fonológicos ou morfológicos específicos ou com comportamento de palavra independente. (Guzzo, 2012, p. 4)

O comportamento misto dos clíticos é observado pelas autoras. Nespor e Vogel (1986) assumem, assim como Zwicky (1977), que os clíticos não se portam todos da mesma maneira: alguns apresentam comportamento de palavra independente, outros se comportam como afixos e ainda há aqueles que agem tanto como palavras quanto como afixos, dependendo da regra específica.

Um exemplo de clíticos semelhantes a palavras independentes é o caso dos pronomes do espanhol. Segundo as autoras, que retiram o exemplo de Zwicky (1977), argumenta-se pela independência do clítico com relação ao hospedeiro pelo fato de que, quando o clítico é adjungido ao hospedeiro, essa junção não implica que o primeiro se torne uma sílaba pretônica ou postônica do segundo. As autoras pontuam que, em língua espanhola, nesse caso, a união de enclíticos com um hospedeiro (como em *dándonoslos*, “dando-os a nós”) não influencia na localização do acento primário da palavra. Isso também pode ser observado no turco, que, segundo Zwicky (1977), mantém o acento primário na última sílaba mesmo quando a ela se acrescenta um enclítico (como em *aliyorlársa* “se eles tivessem pegado”, sendo *sa* o clítico que se acrescenta ao final da palavra)³⁷.

Nespor e Vogel (1986) citam exemplos do latim clássico (retirados de Zwicky 1977) que explicitam o caso dos clíticos que se portam como afixos. No momento da união do clítico com seu hospedeiro, o acento primário muda sua posição original, recaindo na sílaba que precede imediatamente o clítico (como em *vírum* “o homem”, *virúmque* “e o homem”).

Outra indicação do comportamento dos clíticos que sustenta sua inclusão na escala prosódica, segundo Nespor e Vogel (1986), é que essas partículas átonas, juntamente com o seu hospedeiro, podem ser submetidas a processos que ocorrem mais comumente em fronteira de palavras fonológicas. É o que acontece, conforme as autoras, no *raddoppiamento sintattico* do italiano, em que se estende a consoante inicial da segunda palavra que aparece na sequência palavra + palavra. Porém, alertam as autoras que essa regra não se aplica a qualquer sequência de duas palavras – algumas

³⁷ Para Zwicky (1977), pelo fato de os clíticos não exercerem influência na acentuação de seu hospedeiro, nos casos do espanhol e do turco, são considerados elementos externos à palavra.

condições fonológicas devem ser observadas. As condições variam conforme a variedade regional do italiano. As autoras trazem um exemplo da variedade falada na região toscana, em que a condição fonológica é que a primeira palavra deva apresentar acento primário na última vogal (como em *La scimmia aveva appena mangiato metà* [b:]ananá).

Vigário (2001 *apud* Brisolara 2008)³⁸ assume que os clíticos são diferentes dos afixos³⁹. Para defender esse pressuposto, a autora argumenta que os clíticos não afetam a mudança do acento; não se submetem a algumas regras as quais são aplicadas a afixos; e são manipulados por operações sintáticas. A autora esclarece, ainda, que, enquanto os afixos se ligam à palavra prosódica que domina a base morfológica no nível lexical, os clíticos se ligam ao seu hospedeiro prosódico no nível pós-lexical.

Para o PE,

a autora considera importante a ausência de acento, que é atestada pelo processo de redução vocálica. Em PE, o aparecimento das vogais [i] e [ɐ] (que não fazem parte do sistema subjacente da língua) dá indício de que a sílaba ou o elemento em questão não é acentuado. Assim, nessa variedade do português, monossílabos como *de, me, se, a, da, na*, entre outros, são clíticos, bem como aqueles com [u], como “do” e “no”, já que suas vogais sofrem redução. Além disso, a autora considera clíticos elementos dissilábicos como *para, porque* e *cada*, cujas duas vogais aparecem reduzidas na superfície. Assim, a classificação da autora leva em conta majoritariamente o fato de que os clíticos, por não serem acentuados, necessitam de um hospedeiro para se apoiar. (Guzzo, 2012, p. 3)

Conforme a classificação dessa autora, os clíticos podem ser monossilábicos ou dissilábicos. Vejamos:

Clíticos monossilábicos

a, de, por, com, em (preposições)
o(s), a(s) (artigos definidos)
me, te, se, lhe(s), nos, vos, o(s), a(s) (pronomes pessoais oblíquos)
e, mas, ou (conjunções)
que, se, de, em, por, a (complementizadores)
que (pron. relativo/interrogativo)
do(s)/da(s), no(s)/na(s), ao(s)/à(s) (preposições + artigos definidos)

Clíticos dissilábicos

para (preposição, conjunção)
pelo(s)/a(s) (preposição + artigo definido)
cada (quantificador, pronome)
porque (pronome relativo)

³⁸ VIGÁRIO, M. C. The prosodic word in European Portuguese. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

³⁹ Para Vigário (2001 *apud* Brisolara), assim como para Brisolara (2008), a formação do grupo clítico como uma palavra fonológica se dá por recursividade.

interrogativo, complemento)
Adaptado de Vigário (2001, p. 191-192 *apud* Brisolara 2008)

Para Galves e Abaurre (2002), “é possível considerar os clíticos pronominais como parte integrante da palavra, ou como elementos morfologicamente autônomos” (Galves e Abaurre, 2002, p. 1), e o acento do sintagma deve recair sobre uma sílaba que porte o acento primário da palavra. Em português, a proeminência mais forte está localizada à direita nos sintagmas.

Segundo as autoras, os clíticos fonológicos são invisíveis para a regra de acento. Galves e Abaurre (2002) ainda afirmam que se vincula aos clíticos a natureza fonologicamente considerada “fraca” pelo fato de eles serem, em sua maioria, monossilábicos e estarem sujeitos a reduções fonológicas. Entretanto, podem receber acento enfático em circunstâncias especiais.

O clítico sintático é também, na visão de Galves e Abaurre (2002), sempre um clítico fonológico, correspondendo a um item lexical sem acento primário que precisa se apoiar necessariamente em outra palavra. Todavia, “o inverso nem sempre é verdadeiro: nem todo clítico fonológico é um clítico sintático” (Galves e Abaurre, 2002, p. 10). As autoras trazem um exemplo dado por Rizzi (1987), em que o pronome sujeito *je/tu*, que não é um clítico sintático, ocupa na estrutura-S a posição do sintagma nominal sujeito. A cliticização fonológica é, na visão de Galves e Abaurre (2002), um fenômeno mais amplo, e não inteiramente condicionado pela sintaxe.

Na opinião de Camara Jr. (2009[1970]), seguindo-se apenas a divisão de Bloomfield, de formas livres e formas presas, não se consegue categorizar os clíticos, uma vez que não se comportam como palavras independentes nem como afixos. O autor, então, cria a noção de formas dependentes: não é livre, mesmo que separadas ortograficamente de outros itens lexicais por espaços em branco, por não se bastar isoladamente, e não é presa porque, entre ela e uma forma livre, podem-se intercalar uma ou mais formas livres, ou, quando isso não é possível, pode-se “mudar de posição em relação à forma presa a que está ligada, o que não ocorre absolutamente com uma forma presa” (como se observa em *se fala* e *fala-se*) (Camara Jr., 2010[1970], p. 70). Para o autor, a forma dependente é “o primeiro exemplo em português da falta de coincidência absoluta entre vocábulo fonológico e vocábulo formal” (Camara Jr., 2010[1970], p. 70). De acordo com Camara Jr. (2010[1970]), a forma dependente é um vocábulo formal parte de um vocábulo fonológico, ao qual está ligado pelo acento que domina várias sílabas átonas. Logo, o clítico e seu hospedeiro formariam uma única

palavra fonológica, uma vez que não há pausa na emissão de voz entre um elemento e outro⁴⁰. Camara Jr. (2010[1970]) pontua que os clíticos pronominais do português não têm *status* de vocábulo fonológico. Se proclíticos, “valem como sílabas pretônicas desse vocábulo [...]; se enclíticas, nada mais são que a sílaba postônica última desse vocábulo” (Camara Jr., 2010[1970], p. 63), opinião contrária à de Galves e Abaurre (2002), que postulam que os clíticos fonológicos são invisíveis para a regra de acento.

Os clíticos, para o autor, constituem sílabas de um vocábulo. A união de dois vocábulos mórficos (por exemplo, clítico + hospedeiro) é denominada “locução”. No caso de “fala-se” ou “se fala”, há uma locução formada por uma forma livre e uma forma dependente.

Para Bisol (2005b), os clíticos são formas dependentes que não possuem acento, embora fiquem entre espaços em branco, e se apoiam no acento da palavra precedente ou seguinte. São partículas átonas prosodizadas no pós-léxico junto com o hospedeiro, formando com este um constituinte prosódico. Segundo Bisol (2000), os clíticos se anexam diretamente a uma palavra fonológica sem integrá-la, formando a primeira categoria pós-lexical⁴¹.

Além disso, a autora sustenta que clíticos “são palavras funcionais que não pertencem a uma classe morfológica específica”⁴² (Bisol, 2005b, p. 164) e são ignorados por regras de informação morfológica. Para a autora, a atonicidade, a dependência a um outro elemento e o pertencimento a diferentes classes morfológicas são propriedades universais dos clíticos.

Bisol (2005b) apresenta os seguintes elementos como clíticos do português:

o, a, um, uma (artigos)
 de, em, sem, com, por, a entre, para (preposição)
 se, me, te, nos, o, a, lhe (pronome pessoal)
 e, mas, ou, se (conjunção)
 que, porque, cada (pronome ou conjunção)
 Adaptado de Bisol (2005b, p. 164)

⁴⁰ “É com esse argumento que o autor justifica casos de hipossegmentação da escrita como ‘olivro’ (em vez de ‘o livro’) e ‘sefala’ (em vez de ‘se fala’).” (Guzzo, 2012, p. 3)

⁴¹ Bisol (2000) chama o clítico e seu hospedeiro de grupo clítico ou palavra fonológica pós-lexical; “é um constituinte diretamente derivado da sintaxe que se distingue da palavra fonológica, tradicionalmente identificada pelo acento” (Bisol, 2000, p. 6).

⁴² Bisol (2000) alerta que é difícil classificar os clíticos como palavras independentes ou afixos. Para a autora, eles diferem da palavra independente por não receberem acento; não se assemelham a afixos flexionais, pois são formas livres; distinguem-se de afixos derivativos, porque são necessariamente periféricos.

No PB, ainda segundo a autora, a presença do clítico junto ao hospedeiro não muda a posição do acento⁴³, como também já observado por Vigário (2001 *apud* Brisolara 2008)⁴⁴. Para Bisol (2005b), não importa qual função sintática será desempenhada pelo clítico, mas sim a relação dominante-dominado estabelecida entre os dois (em termos de fraco e forte), o que afere ao clítico estatuto de constituinte prosódico.

Brisolara (2008) assevera que os clíticos têm natureza híbrida por apresentarem um comportamento parecido com o de uma palavra independente, “mas, ao contrário desta, precisam apoiar-se sintática e fonologicamente” (Brisolara, 2008, p. 12). Conforme a autora, os clíticos do português se diferenciam de afixos.

Do ponto de vista fonológico, para a autora, os clíticos são considerados formas dependentes pelo fato de não portarem acento, necessitando se apoiar em um elemento que seja tônico. Segundo Brisolara (2008),

os pronomes clíticos partilham com outras unidades lexicais, como preposições e artigos, a propriedade de serem átonos e, por isso, dependem de itens lexicais com acentuação própria, usualmente designados como seus hospedeiros. (Brisolara, 2008, p. 17)

A autora postula que proclíticos e enclíticos, no PB, não são adjungidos ao hospedeiro no componente lexical, visto que não interagem com regras deste nível. Para a autora, esses elementos se ligam ao verbo pós-lexicalmente, já que sofrem apenas regras fonológicas deste nível. Pelo fato de a sequência “clítico + hospedeiro” e “hospedeiro + clítico” apresentar um só acento – assim como palavras lexicais, mas, diferentemente destas palavras, sujeitar-se apenas a regras pós-lexicais –, Brisolara (2008), assim como Bisol (2005b), considera que o clítico é prosodizado pós-lexicalmente com a palavra fonológica com a qual, segundo Brisolara (2008) e Vigários (2001 *apud* Brisolara 2008), constitui uma palavra recursiva.

Em comparação ao PE, Brisolara (2008) assegura que, entre próclise e ênclise, a variante europeia apresenta comportamento assimétrico. Por sua vez, o PB, nesse quesito, apresenta simetria: “no PE, proclíticos são adjungidos ao hospedeiro, mas

⁴³ Segundo Bisol (2005b), esse fato é observado no espanhol por Zwicky (1977) e no italiano e no turco por Nespor e Vogel (1996).

⁴⁴ Vale ressaltar que as autoras discordam no que diz respeito ao posicionamento do clítico na hierarquia prosódica. Para Bisol (2005a), o grupo clítico se situa entre a palavra fonológica (ω) e a frase fonológica (ϕ). Já para Vigário (2001 *apud* Brisolara 2008), o grupo clítico não ocupa lugar na hierarquia prosódica.

enclíticos são incorporados a ele. Já no PB, os pronomes átonos, em ambas as posições, são adjungidos ao hospedeiro” (Brisolara, 2008, p. 155).

Em seu estudo, a autora constatou que, quando precedentes ao verbo, os clíticos pronominais do PB não se comportam como sílabas pretônicas, mas como átonas finais, visto que, independentemente de estarem em posição pré-verbal ou pós-verbal, os clíticos se submetem à regra de redução a três vogais que, no PB, aplica-se a vogais finais. Conforme Brisolara (2008), outra evidência diz respeito à regra de elisão de /a/, que não ocorre no interior de palavra lexical, mas ocorre no interior do grupo clítico, além da regra de harmonia vocálica, que atinge a palavra fonológica lexical, mas não o grupo clítico.

Segundo Anderson (2010), a caracterização clássica no que tange aos clíticos é fornecida por Zwicky e Pullum (1983), que diferenciam clíticos de afixos defendendo a análise do *-n't* do inglês como uma realização de uma categoria flexional de modais e outros verbos auxiliares em vez de clíticos:

- a) Clíticos têm um baixo grau de seleção no que diz respeito aos seus hospedeiros; já os afixos têm um grau alto de seleção.
- b) Palavras afixadas são mais propensas a exibirem lacunas acidentais ou paradigmáticas do que a combinação hospedeiro + clítico.
- c) Palavras afixadas são mais propensas a terem formas idiossincráticas do que a combinação hospedeiro + clítico.
- d) Palavras afixadas são mais propensas a terem semântica idiossincrática do que a combinação hospedeiro + clítico.
- e) Regras sintáticas podem afetar palavras afixadas, mas não grupos de hospedeiro + clítico.
- f) Clíticos, mas não afixos, podem ser anexados a material já contendo clíticos.⁴⁵ (Anderson, 2010, p. 5)

Conforme esse autor, esses pontos podem ser ilustrados pelos contrastes a seguir, entre auxiliares clíticos do inglês (*'s, is, has, 'd, would*) e o elemento que eles argumentam ser um afixo flexional, *n't* (“neg”):

- a) Os clíticos auxiliares podem se anexar a palavras de qualquer classe que vêm a cair à direita do constituinte precedente; *n't* pode somente ser adicionado a formas finitas de verbos modais e auxiliares.

⁴⁵ Trecho original: “a. Clitics have a low degree of selection with respect to their hosts; affixes a high degree of selection.

b. Affixed words are more likely to have accidental or paradigmatic gaps than host + clitic combinations.

c. Affixed words are more likely to have idiosyncratic shapes than host + clitic combinations.

d. Affixed words are more likely to have idiosyncratic semantics than host + clitic combinations.

e. Syntactic rules can affect affixed words, but not groups of host + clitic.

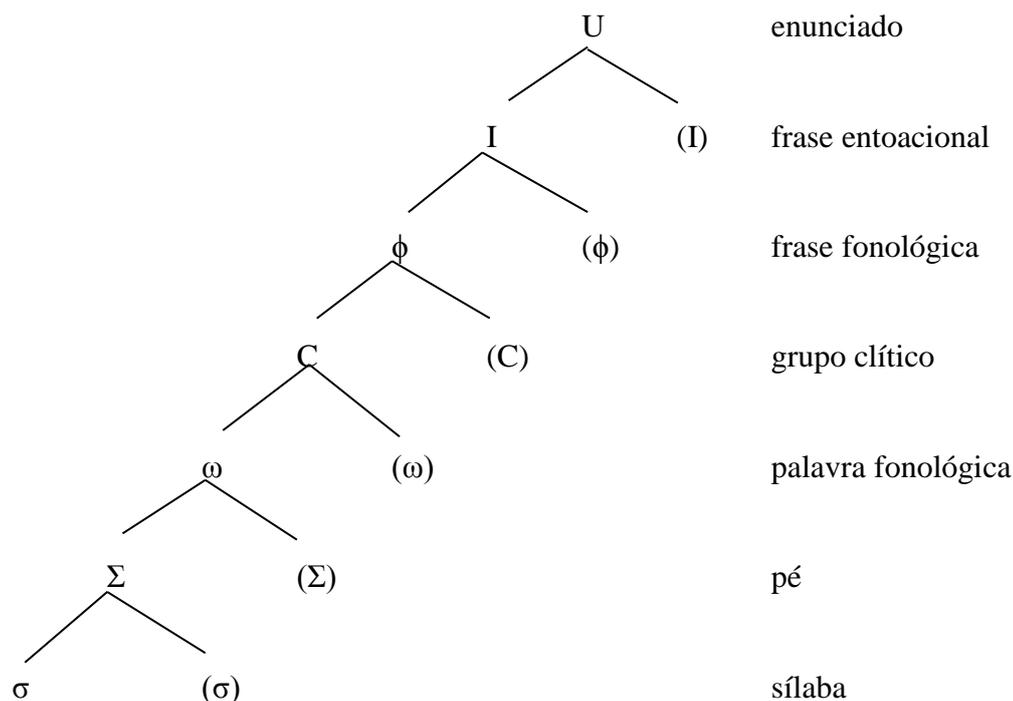
f. Clitics, but not affixes, can be attached to material already containing clitics.” (Anderson, 2010, p. 5)

- b) Combinações de auxiliares clíticos com material precedente são limitadas somente pelas possibilidades da sintaxe; algumas combinações de modais mais *n't* não existem (e.g., **mayn't*, **amn't*) enquanto uma (*ain't*) não corresponde à forma específica não negativa.
- c) Combinações de hospedeiro + auxiliar clítico são regidas pela fonologia regular do inglês como visto, por exemplo, em plurais regulares e formas de tempo passado com os finais /z/ e /d/; formas como *don't*, *won't*, *can't* e *shan't* mantêm relações idiossincráticas com suas contrapartes não negativas.
- d) Auxiliares clíticos fazem a mesma contribuição sintática e semântica à sentença que as formas cheias; auxiliares em *n't* podem ter semântica idiossincrática (assim, em *you mustn't go* a negação está dentro do escopo do modal, enquanto em *you can't go* o modal está no escopo de negação).
- e) Clíticos auxiliares não se movem junto com seus hospedeiro (então, a questão correspondente a *I think John's at the door* é *Who do you think's at the door?* e não **Who's do you think at the door?*) enquanto os auxiliares negados se movem como uma unidade (a questão correspondente a *I haven't any more bananas* é *Haven't you any more bananas?* e não **Have youn't any more bananas?*).
- f) Enquanto clíticos podem ser adicionados a outros clíticos (*I'd've done better if I could've*), *n't* não pode (então, *I wouldn't do that if I were you* não pode ser expresso como *I'dn't do that if I were you*).⁴⁶ (Anderson, 2010, p. 5-6)

As definições aqui tratadas convergem para o fato de que o clítico é um elemento inacentuado, fraco e dependente de uma palavra que porte acento, que lhe sirva de hospedeira (Guzzo 2012). Logo, por serem fracos e não acentuados, os clíticos são submetidos a processos de redução.

Alguns autores, como Nespor e Vogel (1986) e Bisol (2005a), defendem que os clíticos formam um grupo (grupo clítico) com as palavras em que se apoiam (hospedeiros), portando somente um acento. O grupo, segundo Bisol (2005a), está disposto na hierarquia prosódica, como mostra o diagrama arbóreo a seguir:

⁴⁶ Trecho original: “a. The clitic auxiliaries can attach to words of any class that happen to fall at the right edge of the preceding constituent; *n't* can only be added to finite forms of auxiliary and modal verbs.
b. Combinations of clitic auxiliaries with preceding material are limited only by the possibilities of the syntax; some combinations of modal plus *n't* do not exist (e.g. **mayn't*, **amn't*) while one (*ain't*) does not correspond to a specific non-negative form.
c. Combinations of host plus clitic auxiliary are governed by the regular phonology of English as seen for instance in regular plurals and past tense forms with the endings /z/ and /d/; forms such as *don't*, *won't*, *can't* and *shan't* bear idiosyncratic relations to their non-negative counterparts.
d. Clitic auxiliaries make the same syntactic and semantic contribution to a sentence as full forms; auxiliaries in *n't* can have idiosyncratic semantics (thus, in *you mustn't go* the negation is within the scope of the modal, while in *you can't go* the modal is in the scope of negation).
e. Clitic auxiliaries do not move together with their host (thus, a question corresponding to *I think John's at the door* is *Who do you think's at the door?* and not **Who's do you think at the door?*) while the negated auxiliaries move as a unit (the question corresponding to *I haven't any more bananas* is *Haven't you any more bananas?* and not **Have youn't any more bananas?*).
f. While clitics can be added to other clitics (*I'd've done better if I could've*), *n't* cannot (thus, *I wouldn't do that if I were you* cannot be expressed as **I'dn't do that if I were you*).” (Anderson, 2010, p. 5-6)



Adaptado de Bisol (2005a, p. 244)

Já outros autores, como Inkelas (1990), Selkirk (1978, 1996), Peperkamp (1997)⁴⁸, Vigário (2001 *apud* Brisolara 2008), Brisolara (2008), entre outros, sugerem que o grupo clítico não ocupa espaço na hierarquia prosódica.

Selkirk (1978, 1996) defende que a hierarquia prosódica é como segue:

Utt (utterance)

IP (intonational phrase)

PhP (phonological phrase)

PWd (prosodic word)

Ft (foot)

σ (syllable)

Adaptado de Selkirk (1996, p. 5)

⁴⁸ Peperkamp (1997 *apud* Brisolara 2008) assume que há fortes razões para que o grupo clítico não faça parte da escala prosódica. A primeira delas diz respeito à assimetria existente entre proclíticos e enclíticos no inglês, no alemão e no italiano, diante de determinadas regras. Para a autora, os argumentos em favor de C não são convincentes. Outra questão diz respeito às assimetrias existentes entre próclise e ênclise, que não seriam explicadas por uma abordagem que conceba C como um constituinte prosódico. Neste trabalho, não nos deteremos a explicar tais fenômenos.

Brisolara (2008) também adota a não inclusão dos clíticos à escala prosódica. A não existência do grupo clítico na hierarquia apresenta, conforme a autora, as seguintes vantagens, referentemente à relação “clítico-hospedeiro” nas línguas:

- as línguas podem ter diferentes representações prosódicas para a sequência “clítico + hospedeiro” e “hospedeiro + clítico”, [...] no PE, proclíticos são adjungidos ao hospedeiro, formando uma palavra recursiva; enquanto enclíticos são incorporados ao hospedeiro, constituindo uma palavra simples;
- clíticos podem formar com o hospedeiro uma palavra prosódica lexical, uma palavra prosódica pós-lexical, uma frase fonológica, etc., havendo maior liberdade para a sua representação;
- há maior liberdade na localização prosódica da sequência “clítico + hospedeiro” e “hospedeiro + clítico” na hierarquia prosódica. No PE e o PB, por exemplo, os clíticos têm como hospedeiros palavras fonológicas; mas, segundo Peperkamp (1997), no Hausa, os clíticos têm como hospedeiros frases fonológicas, e no Bantu, frases entonacionais. (Brisolara, 2008, p. 156-157)

Podemos observar que não há consenso em relação aos clíticos. Neste trabalho, não temos a intenção de nos posicionar a esse respeito. A intenção desta subseção é apenas mostrar a problemática em torno dos clíticos, sem o interesse de esgotar o tema.

Já que o assunto deste capítulo é primordialmente o clítico, vamos agora tratar do desaparecimento desses pronomes no PB, assunto da próxima subseção.

1.3 O desaparecimento dos clíticos pronominais e o uso do pronome tônico em função de objeto

Conforme foi visto na subseção anterior, não há consenso no que tange ao estatuto dos clíticos. Muitos autores têm opiniões divergentes sobre o assunto, e aqui não pretendemos nos posicionar a esse respeito, já que o estatuto dos clíticos não é o assunto principal desta dissertação.

Entretanto, assunto de grande importância neste momento se refere à queda dos clíticos no PB, muito estudada e apontada por autores como Tarallo (1983), Tarallo e Duarte (1988), Duarte (1989), Cyrino (1990a, 1990b, 1994, 1996, 1997), Galves (2001, 2003), Mattos e Silva (2001, 2004), Pagotto (1992, 1996), Nunes (1996), entre outros, sendo este o tema sobre o qual passamos a discutir.

1.3.1 O desaparecimento dos clíticos pronominais

Os clíticos em português têm sido muito estudados por diferentes autores nos últimos anos. Parece ser consensual que, atualmente, está havendo uma queda no seu uso em PB (cf. Tarallo 1983 *apud* Cyrino 1996, Tarallo e Duarte 1988, Duarte 1989, Cyrino 1990a, 1990b, 1994, 1996, Galves 2001, 2003, Mattos e Silva 2001, 2004, Pagotto 1992, 1996, Nunes 1996, entre outros). Com o seu desaparecimento, o objeto nulo é a opção escolhida para certos casos, e o pronome lexical para outros (cf. Galves e Abaurre 2002).

De acordo com Tarallo e Duarte (1988), no PB,

observa-se, quanto à representação do objeto direto co-referencial com um sintagma nominal mencionado no discurso (doravante objeto direto anafórico), sensível preferência pelo uso de sintagmas nominais lexicais, do pronome lexical *ele* e de uma categoria vazia objeto em detrimento do uso do clítico acusativo. (Tarallo e Duarte, 1988, p. 49)

Desse modo, respondendo a uma questão como (11) “Há quanto tempo você conhece a Maria”?, conforme os autores, poder-se-ia ter uma das seguintes respostas:

(11a) Eu conheço a Maria há muitos anos.

(11b) Eu conheço ela há muitos anos.

(11c) Eu conheço (e) há muitos anos.

(11d) Eu a conheço há muitos anos.

Adaptado de Tarallo e Duarte (1988, p. 49-50)

Dessas, a resposta em (11d), segundo esses autores, corresponde à estrutura cada vez menos frequente na fala.

Tarallo e Duarte (1988) apontam que os contextos linguísticos que estariam atuando na escolha e no uso de cada uma dessas formas variantes seriam a forma verbal e a estrutura sintática da oração, além do traço [+animado] do antecedente do objeto. Para eles, o clítico fica restrito a formas verbais simples do indicativo, a estruturas SVO e ao traço [+animado] do objeto. O pronome lexical, por sua vez, é condicionado por estruturas sintáticas complexas, com predicativo e objeto sentencial, associadas ao traço [+animado] do objeto. Já o traço [-animado] favorece a categoria vazia (exemplo em (11c)).

No que tange aos condicionamentos sociais em questão (escolaridade e faixa etária do falante), eles mostram que a categoria vazia é a estratégia mais usada, situando-se entre 60% e 67% do total de ocorrências. Por sua vez, o clítico acusativo, menos usado, oscila bastante: “desde a completa ausência na fala de jovens entre 15 e 17 anos, cursando o 1º grau, e falantes com mais de 46 anos, com 1º grau, até 6,4% de ocorrências na fala de informantes com mais de 46 anos, com 3º grau” (Tarallo e Duarte, 1988, p. 50). Já o uso do pronome lexical, que é de 23,5% na fala de informantes jovens com 1º grau, segundo os autores, diminui à medida que sobem faixa etária e escolaridade, chegando a 9,8% entre os informantes com 3º grau. O aparecimento de pronomes lexicais em posição objeto na fala de informantes com nível de escolaridade mais alto está condicionada, pelo que constata os autores, à complexidade da estrutura em que o objeto aparece.

Tabela 17: Uso do pronome lexical segundo a estrutura sintática da frase e a escolaridade dos informantes

Escolaridade	Estrutura					
	Complexa		Simples		Total	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
jovens (1º grau)	40	90,9	4	9,1	44	100,0
1º grau	73	84,9	13	15,1	86	100,0
2º grau	59	65,5	31	34,5	90	100,0
3º grau	19	38,8	30	61,2	49	100,0
Total	191	-	78	-	269	-

Adaptado de Tarallo e Duarte (1988, p. 51)

A escolaridade, como apontam os autores, associada à faixa etária do falante, é um fator importantíssimo na compreensão da permanência de variabilidade em certos contextos linguísticos. Segundo os autores, o traço [+animado] do objeto associado a estruturas simples não poderia ser considerado decisivo na sua realização fonológica. A análise dos fatores sociais mostra, segundo os autores, que o falante mais escolarizado, particularmente aquele que se situa em uma faixa etária mais alta, prefere a anáfora zero ao pronome lexical. Também se nota a preferência por sintagmas nominais lexicais ao

uso do pronome lexical, o que sugere que a categoria vazia e o sintagma nominal lexical são importantes estratégias de esquiva ao uso do clítico e ao uso do pronome lexical (Tarallo e Duarte 1988).

Ainda é necessário considerar a atuação dos efeitos estilísticos na produção de uma variável. Para Tarallo e Duarte (1988), o grau de formalidade do contexto de fala pode “fornecer elementos relativos ao sentimento do falante por determinadas formas variantes” (Tarallo e Duarte, 1988, p. 51), permitindo observar se alguma delas está em situação de mudança. Testes de produção e de percepção de uma variável, conforme os autores, “permitem comparar a produção mais espontânea do falante durante uma entrevista com sua produção em situação mais formal” (Tarallo e Duarte, 1988, p. 51).

Tarallo e Duarte (1988) ressaltam que, em estruturas simples, com tempos simples do indicativo, a aceitação do pronome lexical pelos informantes mais escolarizados é menor. Conforme os autores, a tolerância do pronome lexical em “Eu vi *ele* ontem” é muito menor do que em frases como (12) “Eu acho *ele* simpático”, “Eu gostaria de ter visto *ele*” e (14) “Eu vi *ele* sair de casa”. Desse modo, “sem consciência do fato, o falante aceita o pronome lexical exatamente naquelas estruturas de processamento sintático mais complexo” (Tarallo e Duarte, 1988, p. 54) – por exemplo, *semiclausa*⁴⁹ ou *port-manteau* sintático⁵⁰, frases em 12 e 14, respectivamente –, julgando-as mais “naturais” e menos “sofisticadas” do que aquelas que apresentam o clítico.

Já a anáfora zero do objeto [-animado], segundo os autores, passa quase inteiramente despercebida pelos falantes, sendo aceita naturalmente em sentenças como as seguintes:

(12) Quando você entregou os livros a Maria?

Entreguei (e) ontem.

(13) E as cartas?

Coloque (e) no correio, por favor!

(14) Que tal o filme?

Achei (e) ótimo.

⁴⁹ Segundo Matsumoto, “*semi-clause* pode consistir em um predicado verbal [...], nominal [...] ou adjetival [...] apenas” (Matsumoto, 2003, p. 52). Trecho original: “[...] a semi-clause may consist of a verbal predicate ([PVP]), a nominal predicate ([PNP]), or an adjectival predicate ([PAP]) only” (Matsumoto, 2003, p. 52).

⁵⁰ Neste caso, significa que porta duas funções; no exemplo “Eu vi *ele* sair de casa”, *ele* é tanto objeto da primeira oração quanto sujeito segunda.

(15) é uma questão de tempo. É só deixar (e) passar.

Adaptado de Tarallo e Duarte (1988, p. 54)

Os autores constataam que os índices mais baixos de aceitação da categoria vazia com traço [+animado] do objeto são dos informantes com nível de escolaridade mais alto, já que as construções, das quais eles próprios fazem uso na fala natural, causam estranheza, como:

(16) O que será que houve com a Maria?

Não tenho visto (e) ultimamente.

(17) No princípio ele não concordava comigo, mas depois eu convenci (e) de que ele não devia fazer aquilo.

Adaptado de Tarallo e Duarte (1988, p. 55)

Segundo Duarte (1989), o clítico tende a ser substituído, no PB, pelo pronome lexical, por SNs anafóricos e pelo objeto nulo. Gravações de fala natural obtidas por meio de entrevista com 50 paulistanos nativos e da linguagem da televisão formaram o *corpus* utilizado em seu trabalho. As variantes são as seguintes: clítico acusativo, pronome lexical, SNs anafóricos (SNs lexicais plenos e SNs lexicais com determinante modificado), demonstrativo *isso*, objeto nulo.

Tabela 18: Distribuição dos dados computados segundo a variante usada

Variante	Ocorrências	%
Clítico	97	4,9
Pronome lexical	304	15,4
[SNe]	1235	62,6
SNs anafóricos	338	17,1
Total	1974	100,0

Adaptado de Duarte (1989, p. 21)

A autora sustenta que, no português falado no Brasil, paralelamente à queda dos clíticos há uma elevação do uso do pronome lexical nessa posição e preponderância indubitável da categoria vazia.

Os condicionamentos linguísticos apresentados em seu trabalho são de natureza morfológica, sintática e semântica. No plano morfológico, a forma do verbo revela que, do total dos clíticos do *corpus*, 39 (40,2%) são proclíticos, em um tempo simples do indicativo, e 58 (59,8) são enclíticos (Duarte 1989). É nulo o uso do clítico com imperativo, tempos compostos e locuções verbais com gerúndio. O pronome lexical ocorre mais frequentemente em tempos simples, imperativo e locuções com infinitivo e gerúndio. A categoria vazia supera as demais variantes, independentemente da forma verbal, perdendo apenas para os SNs anafóricos nas construções com gerúndio.

No plano sintático, foram levadas em consideração pela autora a regência do verbo e a estrutura projetada pelo verbo.

Tabela 19: Distribuição das variantes usadas segundo a estrutura sintática da frase

Estrutura da frase	Variantes									
	Clítico		Pronome lexical		SN		[SNe]		Total	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%
OD (SN)	80	5,4	207	14,1	267	18,2	917	62,3	1471	100,0
OD (S')	2	1,3	-	-	30	19,0	126	79,7	158	100,0
OD (SN) + PRED.	7	5,9	42	35,6	14	11,9	55	46,6	118	100,0
OD (S') + PRED.	-	-	-	-	2	15,4	11	84,6	13	100,0
OD (SN) + OI (SN)	2	1,7	5	4,2	19	16,1	92	78,0	118	100,0
OD (S') + OI (SN)	-	-	-	-	-	-	16	100,0	16	100,0
OD (SN) + OI (S')	5	21,8	9	39,1	2	8,7	7	30,4	23	100,0
OD (SN) + S'	1	1,8	41	71,9	4	7,0	11	19,3	57	100,0
Total	97	-	304	-	338	-	1235	-	1974	-

Adaptado de Duarte (1989, p. 23)

Nas estruturas simples (SVO), sendo o objeto um SN, a autora observa que o objeto nulo se sobressai (62,3%). Com objeto sentencial, o apagamento (79,7%) tem como concorrente apenas os SNs anafóricos (19%). Nas estruturas mais complexas, com predicativo, tende-se à realização fonológica do objeto, principalmente o pronome lexical (35,6%), quando SN. A categoria vazia ainda está presente (46,6%). Sendo o objeto um S', o uso do objeto nulo sobe (84,6%), sendo novamente seu único concorrente o SN anafórico (15,4%). Nas construções com objeto sentencial

preposicionado e nas estruturas reduzidas de infinitivo e gerúndio, o verbo da subordinada projeta uma estrutura com agente, que é o objeto da matriz (*port-manteau* sintático). A função do SN sujeito/agente determina uma maior tendência à realização do objeto, preferencialmente por pronome lexical.

No plano semântico, é considerado o traço [\pm animado] do objeto. O uso do clítico e do pronome lexical é associado ao traço [+animado] do objeto, sendo o traço [-animado] associado ao objeto nulo e aos SNs anafóricos. Segundo a autora, somente nas estruturas simples o traço [+animado] não é decisivo na realização fonológica (56,6%) ou não fonológica (43,4%) do objeto. Contrariamente, nas demais configurações, esse traço é condicionamento muito importante, que favorece a realização pelo pronome lexical (54,5% das orações com predicativo e 64,9% das estruturas complexas) e inibe o uso de [SNe]. O traço [-animado], sem sombra de dúvidas, favorece o apagamento do objeto, ocorrendo a categoria vazia em 76,8% das estruturas simples, 78,5% das estruturas com predicativo e 100% das complexas.

Tabela 20: Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto

Traço	Variantes							
	clítico		pronome lexical		SN		[SNe]	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%
[+animado]	76	78,4	281	92,4	99	29,3	293	23,7
[-animado]	21	21,6	23	7,6	239	70,7	942	76,3
Total	97	100,0	302	100,0	338	100,0	1235	100,0

Adaptado de Duarte (1989, p. 24)

Cyrino (1990a) fez um estudo diacrônico abrangendo os clíticos do PB. A autora observa um aumento na ocorrência do objeto nulo concomitantemente com a perda dos clíticos de 3ª pessoa. Segundo a autora, a ocorrência de pronomes lexicais em função de objeto começa a aparecer a partir do século XIX.

De acordo com Cyrino (1997), o primeiro clítico do PB a cair em desuso foi o clítico neutro⁵¹. Sua ocorrência estava em variação com o objeto nulo, que, para Mattos e Silva (2001), é utilizado como estratégia de esquiva. Frases como “Maria é inteligente,

⁵¹ Nunes (1996) observa que os clíticos de 3ª pessoa não obedecem à distribuição dos demais clíticos, talvez por esse motivo estes pronomes tenham sido os primeiros a desaparecer.

e Jane também *o é*⁵² são, segundo Cyrino (1997), cada vez mais substituídas por “Maria é inteligente, e Jane também é”⁵³.

Segundo Mattos e Silva (2004),

Quanto aos pronomes complementos clíticos, sobretudo os de terceira pessoa – *o, a, os, as* – estão sendo eliminados no Português Brasileiro, preferindo-se, em seu lugar, ou o sintagma nominal pleno ou, embora estigmatizado pelos altamente escolarizados, o pronome sujeito correspondente, o chamado *ele acusativo* ou ainda o apagamento do pronome complemento, estratégia de esquiva muito freqüente (- *Seu filho estava no Shopping. Eu vi seu filho lá ou ...eu vi ele lá ou ...eu vi lá*). O apagamento do objeto direto pronominal clítico é corrente no Português Brasileiro, movimento inverso ao preenchimento do sujeito. (Mattos e Silva, 2004, p. 144)

Cyrino (1997) afirma que a opção pelo objeto nulo veio a obscurecer a evidência positiva necessária para a criança determinar a gramática. A partir da ausência de evidência robusta, “a criança inovou as possibilidades de objeto nulo no PB e, conseqüentemente, houve uma mudança no paradigma pronominal da língua” (Cyrino, 1997, p. 200), motivada pela mudança diacrônica. O objeto nulo no PB é resultado de reconstrução quando seu antecedente é [-animado], porque, conforme a autora, a criança estendeu para o objeto direto com antecedente [+específico/referencial, -animado] a possibilidade de elipse, restrita anteriormente a elipses sentenciais, ou objetos específicos/referenciais. Esse fato, para a autora, evidencia uma mudança diacrônica, ou seja, uma alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto, configurando, assim, uma mudança paramétrica. A mudança paramétrica, assim como ocorreu com o objeto nulo, pode estar, segundo a autora, em curso no que se refere ao pronome tônico em função acusativa, também podendo alterar a configuração do preenchimento do objeto direto no PB, originando, dessa maneira, uma inovação no que diz respeito à possibilidade de os pronomes plenos poderem figurar como complementos verbais.

Segundo Cyrino (1996), “se as línguas variam por ter parâmetros fixados de modo diverso, a mudança diacrônica se caracterizaria pela alteração na fixação desses parâmetros” (Cyrino, 1996, p. 163). Contudo, o fenômeno se processaria através de pequenas mudanças, começando com as construções que se tornariam cada vez mais raras, não sendo totalmente eliminados da língua (ou seja, o sistema ainda permite tais construções), até a reanálise diacrônica (Roberts 1993 *apud* Cyrino 1996)⁵⁴.

⁵² Exemplo de Cyrino (1997).

⁵³ Exemplo de Cyrino (1997).

⁵⁴ ROBERTS, I. *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Foris, 1993.

Ainda no tocante à mudança paramétrica, Cyrino (1997) assume que:

A mudança paramétrica observada no século XX, e mostrada como uma mudança radical, catastrófica é, portanto, a alteração no paradigma pronominal para as posições de objeto [...]. Observamos que, no século XX, para essas posições, temos um objeto nulo quando o antecedente é sentencial/predicado, ao passo que no século XVI, essa posição poderia ser preenchida por um clítico neutro. Quando o antecedente do objeto é um NP [-animado], temos um objeto nulo (reconstrução de NP, em minha análise). Quando não é esse o caso, há o preenchimento da posição por um pronome tônico (antecedente [+animado]), pelo demonstrativo “isso” ou por repetição de NP. (Cyrino, 1997, p. 186)

Para Oliveira (2007)⁵⁵, como afirmado anteriormente, os clíticos acusativos de 3ª pessoa no PB precisam de material fonológico que os suceda. A inovação na direção de cliticização não permite, para a autora, o licenciamento do *onset* da sílaba do clítico acusativo de 3ª pessoa, desaparecendo do sistema, ao contrário do que ocorre em francês e espanhol, que têm, respectivamente, *le* e *lo*. No português, somente após algumas formas verbais o *onset* é visível (por exemplo, *pegá-lo/la*, *viram-no/na*).

Já Correa (1990) sustenta que os clíticos aparecem primeiro na escrita e só começam a aparecer na fala de crianças após alguns anos de escolaridade, sendo que sua frequência aumenta tanto na fala quanto na escrita à medida que aumenta o grau de instrução, sendo mais frequente na modalidade escrita da língua. Na escrita, os objetos nulos tendem a ser do tipo proposicional, clítico que, segundo Cyrino (1994, 1996), teria sido o primeiro a desaparecer do sistema.

Camargo (2007), por sua vez, alega que o clítico *o* é o preferido em contextos formais de língua escrita, em detrimento do *te* e do *lhe*, havendo um aumento de seu uso conforme aumenta o tempo de instrução formal – o que revela a atuação da escola em sua aprendizagem.

As ocorrências das variantes do objeto direto anafórico são, para o autor, portanto, resultado de uma mudança gramatical em curso e não apenas de uma simples variação na língua. Para Nunes (1996), tendo em vista que o PE e o PA exibem cliticização da direita para a esquerda, posição esta também de Camargo (2007), pode-se tomar a cliticização da esquerda para a direita como uma inovação. Uma maneira para identificar o momento dessa mudança, segundo Nunes (1996), pode ser viabilizada por um mapeamento diacrônico da variação verbo + clítico vs. clítico + verbo, tendo em

⁵⁵ Para Oliveira (2007), uma vez que a gramática permitia ora o preenchimento, ora o não preenchimento da posição do clítico, um outro fator que não o sintático pode ter influenciado neste caso, provavelmente o componente fonológico da linguagem.

vista que sentenças com clíticos em posição inicial seriam, conforme o autor, um indício dessa mudança.

Ainda de acordo com Nunes (1996), as crianças do início do século XIX adquiriram um sistema de cliticização da esquerda para a direita, não havendo, dessa forma, meio de o *onset* da sílaba ser licenciado. Nessa situação, as crianças poderiam reanalisar os clíticos como sílabas sem *onset*, poderiam reformular o sistema fonológico introduzindo novas maneiras para licenciar o *onset* ou poderiam adquirir uma gramática sem clíticos acusativos de 3ª pessoa. A hipótese de Nunes (1996) é justamente a última. Esse sistema inovador abriu caminho para duas novas construções que substituiriam a antiga construção com clíticos acusativos de 3ª pessoa, quais sejam, construções com objeto nulo e construções com o pronome tônico na função de objeto direto. Para Cyrino (1994), a mudança na direção de cliticização já teria ocorrido no século XVIII. Para Nunes (1996), a cliticização fonológica não poderia ser da direita para a esquerda simplesmente porque não há material ao qual o clítico acusativo pudesse se fixar (cf. Oliveira 2007).

A mudança na direção de cliticização fonológica, conforme Cyrino (1994), “pode ter sido o fator que levou o falante a escolher a opção ‘elipse’ ao invés da opção ‘clítico’, visto que ambas as opções são permitidas pela sintaxe” (Cyrino, 1994, p. 186). A insurgência do pronome tônico se dá, conforme a autora, com o início da queda do clítico cujo antecedente é um NP [+específico].

Galves (2001 *apud* Simões 2010) acredita que os clíticos de 3ª pessoa não fazem mais parte da gramática dos falantes do PB, que sua ocorrência é devido a um vestígio de estágios anteriores na língua. Esses clíticos não pertenceriam mais à competência dos falantes do PB por não serem adquiridos naturalmente, já que sua inserção no léxico é tardia e ocorre durante a escolarização (cf. Nunes 1996, Duarte 1989, entre outros).

De acordo com a autora, tendo em vista que o clítico acusativo de 3ª pessoa é o único que tem um comportamento diferente dos demais (cf. Nunes 1996) – o que seria incompatível com uma língua que exige uma concordância fraca⁵⁶, tal como passou a ser o PB –, a sua permanência e colocação diferenciada apenas se justificaria por ser proveniente de estágios anteriores da língua, e sua manutenção se daria por meio de

⁵⁶ Conforme a autora, o PB apresenta concordância fraca tanto morfológica quanto interpretativamente. Sua fraqueza morfológica é visível na perda do morfema de 2ª pessoa (-s). Sua fraqueza interpretativa aparece na possibilidade de interpretação indeterminada do sujeito nulo das frases com tempo, além da tendência a preencher a posição sujeito com sujeito lexical (cf. Tarallo 1983 *apud* Cyrino 1996).

processo formal de aprendizagem. De um ponto de vista sintático, o desaparecimento dos clíticos núcleos é assim explicado pelo enfraquecimento da concordância.

Castilho (2010) alega que a perda do clítico *o* é acompanhada de dois ganhos: *ele* e *lhe*, que antes funcionavam como sujeito e objeto indireto, respectivamente, agora assumem também a função acusativa.

Cyrino (1996) constata que, enquanto o falante de nível superior evita o pronome lexical e dá preferência ao clítico, ocorre o oposto com o falante de nível fundamental. Já a categoria vazia não está condicionada a esse fator, pois se dá, segundo a autora, quase sempre na mesma proporção nos dois níveis de escolaridade.

A ocorrência de todas essas variáveis está, para a autora, prevista no sistema linguístico, sendo, contudo, o fato de o falante não estar condicionado a convenções, normas e regras gramaticais que viabiliza a realização da categoria vazia e do pronome lexical em detrimento do clítico. No caso do objeto nulo, segundo a hipótese da autora, o falante teria escolhido a opção “silêncio” *versus* a opção “pronome” (ou a opção “repetição de DP/NP”) para reduzir uma redundância no discurso.

Para Corrêa (1991), os clíticos são “aprendidos” na escola e sua aprendizagem coincide com a aquisição da concordância. Quanto ao objeto nulo, seu antecedente está, frequentemente, fora do período, no discurso; quando no discurso, está quase sempre nas orações coordenadas. Diferentemente do objeto direto preenchido, o objeto nulo quase não ocorre em final de oração, mostrando, conforme o autor, que não pode aparecer em posição de foco (final da oração), por se constituir em informação dada.

Oliveira (2007) sustenta que a quase não ocorrência da variante clítico nos dados da 1ª série (10%), de crianças com 6 anos de idade, evidencia que os clíticos de 3ª pessoa realmente não fazem parte da gramática nuclear da língua e, sim, são adquiridos na escola, através do ensino formal. Os dados do *corpus* do trabalho de Oliveira (2007) sugerem, para a autora, que a manutenção dessas formas no PB atual se deve exclusivamente à ação normativa da escola, pois à medida em que aumentam os anos de escolarização, a tendência ao uso do clítico acusativo tem um ligeiro aumento: 34% nos dados da 4ª série, contra apenas 8% na 1ª série. Na visão da autora, isso indica também que o uso dos clíticos acusativos se dá primeiramente na linguagem escrita, via instrução formal.

Cyrino (1996) data a nova construção com objeto nulo como sendo da segunda metade do século XIX, período em que os pronomes tônicos começam a ocupar a função de objeto direto. Interessante observar, segundo a autora, que o surgimento de

ambas as construções, com objeto nulo e com pronome tônico, segue-se ou é simultâneo à mudança na direção de cliticização, que presumivelmente se deu no início do século XIX.

Acreditamos, conforme Nunes (1996), que o pronome tônico como objeto direto tenha origem na queda dos clíticos (assim como o objeto nulo, conforme apontado por Cyrino 1990a), quando houve uma mudança na direção de cliticização, que passou a ser da esquerda para a direita (Nunes 1996). Na próxima subseção, faz-se necessário um levantamento sobre o que é dito na literatura a respeito do pronome lexical em função acusativa.

1.3.2 O pronome tônico como objeto direto

1.3.2.1 O caso dos pronomes *você* e *a gente*⁵⁷

Muitos trabalhos têm se dedicado a explicar a substituição de alguns pronomes por outros no PB atual. Esse é o caso de pesquisas como as de Ramos (1997), Perini (2002), Vitral (1996), Vitral e Ramos (2006), Petersen (2008), Vitral e Ramos (2008), Castilho (2010), Nascimento (2010), Bagno (2011) e Othero (2013), no que tange aos pronomes *você* e *cê*, e Zilles (2002, 2005, 2007, 2007, 2012), no que tange ao pronome *a gente*. Revisitamos um pouco sobre o que trazem alguns desses trabalhos.

No que se refere ao pronome *você*⁵⁸, este vem ganhando destaque no quadro pronominal do PB (cf. Othero, 2013), e é justamente por isso que decidimos incluí-lo nas análises que se seguem (no Capítulo 3), além de sua frequência ser atestada em todas as regiões do Brasil (Ilari & Basso 2006, Moura Neves 2008, Castilho 2010 *apud* Othero 2013, entre outros). *Você*, de acordo com Nascentes (1956, p. 114), “representa contração da locução substantiva **vossa mercê**, fórmula de tratamento originariamente aplicada a reis”. Ao pronominalizar-se, passou de tratamento real a tratamento empregado com inferiores⁵⁹. Sobre a evolução do pronome, admite o autor:

⁵⁷ De acordo com Moura Neves (2000), mesmo que a forma *a gente* indique sempre o envolvimento da 1ª pessoa, apresenta características de indeterminação do sujeito. Outras formas, como *o cara*, *o pessoal*, *a pessoa*, para essa autora, também fazem referência genérica. Porém, devido ao tempo e à natureza deste trabalho, não nos ateremos a essas formas.

⁵⁸ De acordo com Nascentes (1956), por falta de estudos cronológicos, é difícil afirmar a data da aparição do pronome *você* tanto no Brasil quanto em Portugal. “Em todo o caso, pode-se afirmar com segurança que já existia nos fins do século XVIII” (Nascentes, 1956, p. 117).

⁵⁹ Quanto ao pronome *você* ser usado como forma de tratamento a inferiores, assim se manifesta Nascentes (1956): “Degradou-se, fonética e semanticamente, a tal ponto que mutilou extraordinariamente

O uso constante trouxe à expressão **vossa mercê** duas alterações primordiais, mais tarde seguidas de outras: a ênclise fez desaparecer o **a** do pronome e o **r** foi absorvido pelo som seguinte (cfr. **persona-pessoa**). **Vossa mercê** se transformou em **vossemecê**. De **vossemecê** se passou a **vosmecê** e desta forma por intermédio das formas hipotéticas **vosm'cê** e **voscê**, se fez **você**, que ainda se alterou para **ocê** e finalmente para **cê**. (Nascentes, 1956, p. 117)

Assim como Nascentes (1956), Castilho (2010), Bagno (2011), entre outros, consideram que as formas *ocê* e *cê* são a evolução natural desse pronome, que completariam sua história evolutiva na língua (*vossa mercê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*).

Já para Othero (2013), pode-se afirmar que *cê* não é uma simples evolução de *você* – como, segundo o autor, é tacitamente aceito nos estudos pronominais em PB –, nem seu correspondente clítico, mas sim “**um novo tipo de pronome**, de uso especializado, com características sintáticas e prosódicas próprias” (Othero, 2013, p. 137). Ou seja, “ainda que o pronome *você* esteja passando por um processo de gramaticalização – como atestam os diversos trabalhos de Vitral e Ramos, por exemplo –, o pronome *cê* tem uso restrito como pronome pessoal, pois pode figurar apenas em alguns contextos sintáticos e prosódicos restritos” (Othero, 2013, p. 137), isto é, na visão do autor, o pronome *você*, portanto, não dará lugar ao *cê*. Para reforçar essa ideia, o autor baseia seu estudo nos testes sintáticos apresentados em Vitral e Ramos (2006), de onde conclui que *cê* tem comportamento sintático e prosódico bem peculiar: é um pronome especializado para a função de sujeito do verbo em PB, que tem força acentual intermediária entre um tônico e um clítico. O autor verifica que, como um clítico, ele não pode ser usado sozinho (em uma estrutura de topicalização, por exemplo) e precisa de um elemento prosódico em quem se apoiar, sendo a direção de cliticização em PB (da esquerda para a direita) respeitada pelo *cê*. Entretanto, por ter um pouco mais de força acentual do que os clíticos, para o autor, esse pronome não precisa formar um grupo prosódico com seu elemento regente e aceita elementos interpolados – como “**Cê** vive bem no RS”; “**Cê não** vive bem no RS”; “***Não cê** vive bem no RS” (exemplos de Othero, 2013, p. 139).

a sua forma e, de tratamento real, pronominalizando-se, chegou a tratamento empregado com inferiores. Sim, pois hoje em dia, embora **você** se empregue de igual para igual, é usado com pessoas de condição inferior e muitas vezes pejorativamente, para indicar que a pessoa a quem se dirige a fala, não merece o tratamento de **Sr.**

Tem também valor afetivo. Num conjunto, trata-se de **Sr.** aquele de quem se quer guardar distância e de **você** aquele a quem se quer dar uma prova de estima.” (Nascentes, 1956, p. 114 – grifos no original)

Já no que se refere ao pronome *a gente*, segundo Zilles (2007), seu incremento como pronome pessoal de 1ª pessoa do plural é um dos processos de reorganização gramatical em curso no PB (Schmitz 1973; Omena 1996a, 1996b; Omena e Braga 1996; Lopes 2003; Zilles 2005).

Para Zilles (2007), que estuda a gramaticalização⁶⁰ desse pronome sob uma perspectiva laboviana,

o encaixamento lingüístico de *a gente*, a exemplo do que ocorreu com a introdução de *você/vocês*, também está, indiretamente, acarretando mudança no paradigma da concordância verbal, apontando para sua redução, já que o mais freqüente é encontrarmos o novo pronome seguido de verbo na 3ª pessoa do singular. Contudo, há registros de uso do pronome *a gente* acompanhado de verbo na 1ª pessoa do plural.⁶¹ (Zilles, 2007, p. 30)

Além desse aspecto de encaixamento, a autora menciona outro, que se refere ao parâmetro do sujeito nulo, já que, segundo Duarte (1996, 2000) e Simões (2006), entre outros, o PB estaria se encaminhando para o progressivo preenchimento do sujeito. Conforme Zilles (2007), notam-se no processo novos pronomes da língua, que fazem sua concordância ou com a 3ª pessoa do singular (*você, a gente*), ou com a 3ª pessoa do plural (*vocês*) e são altamente preenchidos, mesmo nos contextos de nulo no PE, justamente por derivarem de sintagmas nominais. A autora dá exemplos de orações subordinadas como “*naquele tempo você/a gente só podia sair quando você/a gente terminava o trabalho*” e explica que, sem o pronome na subordinada, haveria ambigüidade, já que também se poderia interpretar como “*naquele tempo você só podia sair quando o trabalho terminava*”. O objeto nulo, ainda no que se refere ao encaixamento lingüístico de *a gente*, seria, para a autora, uma inovação sintática do PB em relação ao PE que reforça a necessidade de explicitar o sujeito, se não pela desinência, pelo uso de pronome ou SN.

⁶⁰ A autora adota a definição de gramaticalização de Heine (2003), ou seja, é um **conjunto de mudanças**, minimamente descrito por quatro mecanismos:

“a) **Dessemantização**: redução semântica, ‘*bleaching*’, perda de conteúdo semântico;

b) **Extensão**: generalização contextual, uso em novos contextos;

c) **Decategorização**: perda de propriedades morfossintáticas características das formas-fonte, incluindo a perda do *status* de palavra independente própria da cliticização e da afixação;

d) **Erosão**: redução fonética, perda de substância fonética.” (Zilles, 2007, p. 29 – grifos no original)

Neste trabalho, não pretendemos discorrer sobre esses mecanismos, apenas os mencionaremos quando necessário.

⁶¹ A autora cita como exemplo a canção denominada Inútil (“Inútil/A gente somos inútil”), do grupo Ultraje a Rigor, em que ora ocorre concordância com *a gente*, ora ocorre concordância com *nós* (“Tem gringo pensando que nós é indigente”).

A autora conclui, então, que a mudança que introduz *a gente* no sistema pronominal não ocorre isoladamente. Não obstante sua motivação possa estar em outros subsistemas da língua, no caso, ao que parece, na mudança do paradigma verbal, há também motivação intrínseca ao processo, “pois não é surpreendente que uma palavra como *gente* seja a fonte para essa mudança” (Zilles, 2007, p. 31).

A autora atenta para o fato de que, geralmente, têm-se nas línguas como fontes para pronomes indefinidos nomes genéricos como *homem*, *povo* e *pessoa* (Castilho, 1997 *apud* Zilles 2007). Com o pronome *a gente* não foi diferente, tendo sua gramaticalização começado com seu uso como pronome indefinido, expressão indeterminada com sentido genérico, no século XVI, em substituição ao uso de *homem* ~ *ome*⁶² (Lopes 2001 *apud* Zilles 2007⁶³). Para a compreensão desse processo de gramaticalização de *a gente*, segundo Zilles (2007), as características intrínsecas do item lexical são relevantes.

A primeira delas é o sentido original do substantivo latino: *gens*, *géntis* significava *povo*, tendo, inerentemente, um traço semântico de pluralidade e um traço de pessoa (ser humano). No entanto, o substantivo *gente* era um nome coletivo, fator decisivo para assumir, posteriormente, como pronome indefinido, o valor [+genérico], correspondente ao significado de “toda e qualquer pessoa”. (Zilles, 2007, p. 31-32)

No caso em estudo, o substantivo *gente* perde o traço de povo (dessemantização), porém mantém o de pessoa (Zilles 2007). Essa condição, segundo Borges (2004), dá azo à posterior mudança semântica relacionada com a possibilidade de *a gente* expressar *pessoa do discurso: eu e tu, eu e outras pessoas*. O pronome *a gente* também perde propriedades morfossintáticas (de categorização). Zilles (2007) mostra a fixação da sequência *a gente*, em que há restrições combinatórias: *a boa gente*, por exemplo, não corresponde ao uso como pronome, e sim como substantivo; **A gente, gaúchos, temos muito orgulho*, não é possível nem com o sentido genérico, nem com o sentido pessoal. Ainda sobre a decategorização, bem explica Lopes (2003 *apud*

⁶² A autora esclarece que, “apesar de ainda não haver clareza sobre a razão dessa substituição, é fácil reconhecer que este desaparecimento corresponde ao estágio final do processo unidirecional de gramaticalização. Por outro lado, a emergência de *a gente* representa claramente a renovação do processo, correspondendo a um novo ciclo” (Zilles, 2007, p. 32).

⁶³ LOPES, Célia R. S.. O percurso de *a gente* em tempo real de longa duração. In: *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 2001. v. II, tomo I – Primeiros estudos. p. 127-148.

Zilles 2007)⁶⁴ que, no caso desse pronome, ocorrem a perda do plural gramatical (*as gentes* não tem o significado de primeira pessoa do plural, e sim de *as pessoas*)⁶⁵ e a perda do gênero feminino (inerente ao substantivo *gente*), sendo que o predicativo do pronome passa a assumir o gênero do referente, como ocorre com o pronome *nós*⁶⁶.

Pode haver também redução fonética, perda de substância fonética (erosão). A autora apura que se tem observado que a forma *a gente* pode ser realizada como *a gente*, *ahente*, *a'ente* e *'ente* (Guy 1981; Menon 1996; Zilles 2002):

(18) *amanhã a'ente vai lá*

(19) *depois 'ente pega o ônibus e vai*⁶⁷

Adaptado de Zilles (2007, p. 33)

Ao considerar que a maioria (32/36) dos falantes das amostras de seu trabalho são pessoas com instrução universitária, Zilles (2007) constata que o uso de *a gente*, na fala, não é estigmatizado; contudo, ainda não tem prestígio oficial, “sendo considerado pouco apropriado em textos escritos formais, como requerimentos, teses e dissertações, textos jurídicos, procurações, editais, alvarás, atestados, declarações, escrituras, leis e boletins de ocorrência [...]”⁶⁸ (Schmitz, 2006, p. 44 *apud* Zilles 2007⁶⁹).

⁶⁴ LOPES, Célia R. S. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português*. Madrid: Iberoamericana, 2003.

⁶⁵ Para ilustrar esse caso, Zilles (2007) extrai alguns exemplos de Fischer (2004):

“*Board – Palavra que tem sido muito usada hoje em dia, tempo de globalização dos mercados, o Terceiro Mundo entregando de bandeja o patrimônio nacional para a grana internacional, essas coisas, e usada no sentido inglês mesmo, de conselho, direção, as gentes que mandam em uma empresa, os chefões.*” (Fischer, 2004, p. 44 *apud* Zilles 2007).

⁶⁶ (5) *a gente está muito cínico, assim muito na retaguarda (falante do gênero feminino, referindo-se a quem num determinado partido político)* (RSPOA31, l. 900). (Zilles, 2007, p. 33)

⁶⁷ É interessante notar, segundo Zilles (2007), uma interdependência da erosão com a posição de sujeito, tendo em vista que não se encontram ocorrências como **Ele viu 'ente lá* (Zilles 2002; Borges 2004). A autora alude que aí há um paralelismo entre esta redução e a redução de *você(s)* para *'cê(s)*, vindo a reforçar a ideia de que a gramaticalização é uma mudança altamente encaixada no sistema linguístico.

⁶⁸ Moura Neves (2003, p. 25 *apud* Zilles 2007) diz que *a gente*, com valor de pronome pessoal pleno (*eu + tu*), aparece em textos de literatura infantil, como em *Tchau*, de Bojunga (BOJUNGA, Lygia. *Tchau*. 18. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001). Em uma conversa entre mãe e filha, esta diz àquela: “Sozinha como? e eu? e o Donatelo? *a gente* tá sempre junto, não tá?”. A essa altura, Zilles (2007) questiona: “Este e outros tantos casos de *a gente* neste e em outros livros contribui para a perda do estigma da forma pronominal com referência específica? Ou, ao contrário, contribui para que a mesma seja percebida como marcada, própria apenas para certos contextos?” (Zilles, 2007, p. 39). Ainda segundo a autora, *a gente* também se faz presente em textos que dão voz a crianças e criam vozes dirigidas a elas, como no conto de Carlos Drummond de Andrade (1989) intitulado “Na escola”. A fala é dirigida pela professora aos alunos: “Muito bem. Será uma espécie de plebiscito. A palavra é complicada, mas a coisa é simples. Cada um dá sua opinião, *a gente soma* as opiniões, e a maioria é que decide”. Logo depois, a fala do aluno, em que, segundo Zilles (2007, p. 39), “a sintaxe da falta de concordância espelha a subversão da ordem proposta”: “– Legal! – exclamou Jorgito. – Uniforme está superado, professora. A senhora vem de calça comprida, e *a gente aparecemos* de qualquer jeito”. A autora aponta que “o novo pronome aparece sobejamente em

1.3.2.2 O caso do pronome *ele*

Nunes (1996) propõe que o pronome tônico em função acusativa tem origem na queda dos clíticos⁷⁰, assim como o objeto nulo (conforme apontado por Cyrino 1990a), quando houve uma mudança na direção de cliticização, que passou a ser da esquerda para a direita. Nesta subseção, veremos o que se diz a respeito desse pronome como objeto direto.

Segundo Cyrino (1997), desde a segunda metade do século XIX os pronomes tônicos começam a substituir o clítico acusativo quando o seu antecedente é [+animado]; portanto, o aumento no uso de pronomes tônicos em função de objeto está relacionado à perda dos clíticos (Pagotto 1992, 1994, Cyrino 1996, Nunes 1996).

Observa-se, portanto, que o pronome pleno vem ganhando espaço dentro do PB, em detrimento do clítico⁷², embora, segundo Kato (2002), ainda seja o objeto nulo a estratégia preferida pelos falantes.

textos publicitários e em correspondência comercial, como nos dois exemplos que seguem, aleatoriamente colhidos: na correspondência do Banco Santander Banespa, de dezembro de 2006, lê-se: ‘A sua prosperidade, *a gente* vai celebrar juntos’; no informativo entregue juntamente com o cartão do assinante do jornal *Correio do Povo*, em 2005, lê-se: ‘É um grande prazer ter você junto com *a gente*’” (Zilles, 2007, p. 39-40).

⁶⁹ SCHMITZ, John R. Coisa da gente. *Revista Língua Portuguesa*, a. I, n. 11, p. 44-46, 2006.

⁷⁰ É importante ressaltar que, de acordo com Nunes (1996), o pronome tônico na posição de objeto direto é agramatical no PE.

⁷² Um dos traços mais característicos do PB, segundo Camara Jr. (2004[1972]), é justamente o uso de *ele* (e suas variantes) como um acusativo. O autor afirma que o ensino escolar o condena, pois *ele* (do latim *ille*) é um caso sujeito em relação às formas átonas do caso regime – *o* para o acusativo e *lhe* para o dativo. Na literatura, conforme o autor, tal construção caracteriza a linguagem do povo, como um indício de nível social.

Contudo, é um traço típico do PB oral de todos os níveis sociais, evitado somente em situações em que o falante sente “responsabilidade de homem instruído”, não chegando a eliminá-lo por completo (Camara Jr., 2004[1972]). De acordo com o autor, no PE, *ele* se encontra fora do caso-sujeito somente como forma tônica introduzida por preposição, já que apenas para a 1ª e 2ª pessoas do singular existe uma forma distinta do nominativo (*eu: mim; tu: ti*). Para Camara Jr. (2004[1972]), pode-se dizer que o emprego do *ele* acusativo é uma extensão do uso de *ele* como uma forma tônica do caso regime.

Segundo o autor, é isso que se encontra, algumas vezes, no PA (*vi ela, nom temo ty*, em vez de *vi-a, nom te temo*). Conclui-se, logo, segundo o autor, que no Brasil há uma sobrevivência dessa antiga construção, que desapareceu no PE. Conforme Camara Jr. (2004[1972]), nota-se que essa construção limita-se à forma *ele*, sendo necessário explicar por que não se encontra o mesmo com as formas *mim* e *ti*. Cunha e Cintra (2007) apontam que é muito frequente o uso do pronome *ele(s)*, *ela(s)* como objeto direto (Vi *ele*) na fala vulgar e familiar do Brasil. Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, deve ser hoje evitada. Para Azeredo (2008), as formas *ele/ela/eles/elas/nós/vós* podem funcionar, no “registro informal”, como objeto direto. Segundo Castilho (2010), os pronomes pessoais são bastante suscetíveis a mudanças, o que se evidencia, sobretudo, em sua modalidade falada, com fortes consequências na estrutura sintática da língua, podendo o pronome “*ele*” atuar também como objeto direto. Perini (2010) também se manifesta a esse respeito, observando que os pronomes que não têm formas oblíquas (*ele/ela, vocês, eles/elas*) são usados em todas as funções sintáticas. Os pronomes que mudam de forma, ou seja, assumem forma oblíqua, obedecem à seguinte regra: são usadas as formas retas em função de sujeito, enquanto as formas *me, te, lhe* e *se* são usadas em função de objeto.

A respeito do pronome *ele*, de acordo com Camara Jr. (2004[1972]), deve-se “estabelecer que não se trata do emprego do caso-sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos”. Para o autor, o *ele* do PB se aproximou deles, separando-se do sistema de pronomes pessoais, em que há uma flexão casual. Diz-se, segundo o autor,

ele anda, falo a ele, vejo ele, exatamente como *Pedro anda, falo a Pedro, vejo Pedro*, em vez de – *ele anda, falo-lhe* ou *falo a ele* e *vejo-o*, enquanto para a primeira pessoa, por exemplo, usa-se sempre flexões casuais – *eu ando, me fala* ou *fala a mim* e *me vê*. (Camara Jr., 2004[1972], p. 98)

Para o autor, essa inovação é estrutural, dissociando o pronome de 3ª pessoa do sistema casual de pronomes pessoais.

Segundo o autor, *ele* já se assemelhava aos demonstrativos e aos nomes por se acrescentar a este pronome desinências de feminino e plural (*ele, -a, es; este, -a, -es; lobo, -a, -os, -as*), enquanto *eu* e *tu* não têm gênero e têm plurais heteronímicos (*nós* e *vós*, respectivamente), além do fato de que o pronome de 3ª pessoa está ligado aos nomes, sendo um substituto para estes; ao contrário, os pronomes de 1ª e 2ª pessoas não se referem a um nome, mas às pessoas do discurso.

Há, segundo Camara Jr. (2004[1972]), uma diferença semiótica entre o pronome de 3ª pessoa e os da 1ª e 2ª, e isso explica sua ausência em muitas línguas do passado ou atuais. Conforme esse autor, o que se vê é um demonstrativo, como em latim. A criação do pronome de 3ª pessoa resulta de um grande enfraquecimento do valor dêitico, passando-se a ver nele uma forma separada dos demonstrativos.

Nota-se, segundo Camara Jr. (2004[1972]), portanto, que *ele* se firmou como uma forma sintática invariável, que, como os nomes e os demonstrativos, pode-se empregar em todos os casos, mesmo no acusativo, tomando o lugar deixado vazio por *o*. Tem-se, assim, para o sujeito falante e para o sujeito ouvinte um sistema pronominal (caso sujeito *eu*: caso regime átono *me*; caso sujeito *você* ou *senhor*: caso regime átono *lhe*), mas para a 3ª pessoa a palavra fixa *ele*, que tanto pode ser um nominativo como um acusativo, assim como os nomes e os demonstrativos e, como eles, é introduzido por preposição para o dativo (*a ele*) e o genitivo (*dele*).

Pelo exposto até o momento, verifica-se que os clíticos estão caindo em desuso e que existem diferentes estratégias para suprir a perda desses pronomes. A manutenção dos clíticos que permanecem, como apontam os trabalhos estudados, é devida à ação

normativa da escola, uma vez que esses estudos mostram que os clíticos são adquiridos em fase escolar, e seu uso aumenta proporcionalmente aos anos de instrução do falante.

Nesta dissertação, convergimos com as conclusões desses estudos. Nossa hipótese é a de que os clíticos estão caindo em desuso (conforme Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros) e que o pronome tônico em função de objeto é a estratégia usada para suprir essa perda, fazendo com que o PB volte a ter a ordem SVO.

Propomos análises via Teoria da Otimidade para explicar o fenômeno da ordem pronominal. Antes de nos debruçarmos sobre as análises, precisamos conhecer os postulados e embasamentos da teoria em questão. Vamos a ela.

CAPÍTULO 2: TEORIA DA OTIMIDADE

Este capítulo é dedicado a tratar dos principais aspectos da Teoria da Otimidade (Prince e Smolensky 1993; McCarthy e Prince 1993), mais especificamente no que tange à sua aplicação à sintaxe.

A Teoria da Otimidade (OT) é uma teoria gerativista que não pressupõe princípios ou regras; ela admite restrições. Porém, diferentemente de outras teorias, as restrições em OT são violáveis, fato este que não implica agramaticalidade. Cada língua particular, nesta teoria, é o resultado do ranqueamento de um conjunto de restrições hierarquizadas. As restrições são universais, ou seja, estão presentes em todas as línguas; o que muda de língua pra língua é a ordem de sua hierarquização.

Segundo McCarthy (2002, p. 1), “a OT é inerentemente tipológica: a gramática de uma língua inevitavelmente incorpora afirmações sobre as gramáticas de todas as línguas”⁷³. Para o autor, essa junção do individual e do universal é a ideia central da teoria.

McCarthy (2002, p. 3) afirma que “muitas teorias da linguagem são descritas como operacionais, baseadas em regras, ou transformacionais, pois pegam um *input* e aplicam algum procedimento que o modifica em um *output*”⁷⁴. Porém, a primeira ação da OT é comparativa, já que o *output* é o membro ótimo de uma série de formas candidatas a *output*.

Conforme o autor, os candidatos são comparados paralelamente, sujeitando-se a uma hierarquia de restrições violáveis que avaliam a forma do candidato e sua relação com o *input*. Os candidatos inevitavelmente diferem na performance em várias restrições. De dois candidatos o mais harmônico, para McCarthy (2002, p. 3), “é aquele que atua melhor na restrição mais alta do *ranking*”⁷⁵. O *output* – o candidato mais harmônico ou ótimo – é o que é mais harmônico em todas as suas competições com outros candidatos.

⁷³ No original: “OT, though, is inherently typological: the grammar of one language inevitably incorporates claims about the grammars of all languages. This joining of the individual and the universal, which OT accomplishes through ranking permutation, is probably the most important insight of the theory” (McCarthy, 2002, p. 1).

⁷⁴ No original: “Many theories of language can be best described as operational, rule based, or transformational: they take an input and apply some procedure that changes it into an output” (McCarthy, 2002, p. 3).

⁷⁵ No original: “[...] is the one that performs better on the highest-ranking constraint [...]” (McCarthy, 2002, p. 3).

Para melhor entendermos a questão do ranqueamento e da otimidade dos candidatos, vejamos um exemplo hipotético:

Tableau I

	RESTRA	RESTRB
CANDIDATO 1	*	
☞ CANDIDATO 2		*

No *Tableau I*, temos a **RESTRA** e a **RESTRB**, e estão concorrendo a *output* os candidatos 1 e 2. O candidato 1 viola a **RESTRA** (sinalizado por *), enquanto o candidato 2 viola a **RESTRB**. Porém, o fato de o candidato 2 ter violado a **RESTRB** não o torna agramatical, pois a **RESTRA**, mais alta na hierarquia, foi respeitada, o que faz com que ele se torne o candidato ótimo (sinalizado por ☞). Por sua vez, o candidato 1 desobedece a **RESTRA**, o que faz com que ele se torne agramatical, mesmo tendo respeitado a **RESTRB**. Nota-se que o simples fato de a **RESTRA** ser ranqueada acima da **RESTRB** faz com que o candidato ótimo seja aquele que obedece a **RESTRA**. Ou seja: não importa que o candidato 2 tenha violado a **RESTRB**, que está em uma posição mais baixa no *ranking*, pois esse candidato respeitou a restrição mais alta. Contrariamente, não importa que o candidato 1 tenha respeitado a **RESTRB**, já que desrespeitou a restrição mais alta na hierarquia, o que faz com que ele não possa ser o candidato ótimo.

Do *Tableau I* podemos concluir que o ranqueamento é como segue:

(1) **RESTRA** >> **RESTRB**.

Lê-se da seguinte maneira: é melhor que se obedeça a **RESTRA**, não se tornando agramatical o candidato que desrespeite apenas a **RESTRB**.

2.1 Instrumentos básicos da Teoria da Otimidade: GEN, EVAL, CON

A OT opera com um conjunto de instrumentos básicos, a partir dos quais se fazem as análises linguísticas (Costa 2001a).

2.1.1 Gerador (GEN)

Nesta teoria, a seleção de *outputs* é feita comparando-se vários candidatos potencialmente gramaticais (Costa, 2001a). O Gerador (GEN) permite gerar as expressões linguísticas que farão parte do conjunto de candidatos a serem avaliados. Vejamos um exemplo:

(2) a. [api]

b. [papi]

c. \emptyset

d. [ai]

e. [ipi]

...

Exemplo adaptado de Costa (2001a, p. 18)

De acordo com Costa (2001a), a lista de possíveis *outputs* em (2) apresenta somente expressões que respeitam propriedades fonológicas conhecidas. Nenhum dos *outputs* corresponde a uma forma não linguística ou que não respeite propriedades fonológicas conhecidas.

Para McCarthy (2002), GEN tem duas funções intimamente relacionadas: constrói formas de candidatos a *output*, tais como palavras ou sentenças, e especifica a relação entre as formas de candidatos a *output* e o *input*.

GEN é universal, ou seja, conforme McCarthy (2002), as formas de candidato que emite para dado *input* são as mesmas em todas as línguas, sendo esses candidatos muito diferentes. Afirma o autor que “essa propriedade do GEN tem sido chamada de *inclusividade* ou *liberdade de análise*”⁷⁶ (McCarthy, 2002, p. 8). Para o autor, justamente por GEN ser universal é que deve fornecer candidatos variados o suficiente para ajustar todas as maneiras nas quais as línguas podem diferir. Um exemplo dado por McCarthy (2002) é baseado no fato de que línguas discordam quanto à silabificação da sequência de consoantes *br* (português *alge.bra* vs. árabe *jab.rī*); então, GEN gerará candidatos que se diferenciam ao longo dessa dimensão, deixando a escolha do candidato ótimo ao *ranking* das restrições de cada língua particular.

⁷⁶ No original: “This property of GEN has been called *inclusivity* or *freedom of analysis*” (McCarthy, 2002, p. 8).

Sendo GEN o mesmo em todas as línguas, pode parecer um bom lugar para se depositar uma grande variedade de universais fixos (McCarthy 2002). Outro exemplo fornecido pelo autor é que nenhuma língua conhecida silabifica “br” intervocálico como *algebr.a, por isso não seria preciso incorporar essa observação em GEN. Essa estratégia, de acordo com o autor, é uma “continuação natural de várias décadas de teorização linguística que tem procurado documentar várias restrições universais e refinar a afirmação delas”⁷⁷ (McCarthy, 2002, p. 8). Todavia, McCarthy (2002) afirma que há aqui um defeito. “Conectar universais no GEN é inevitavelmente uma questão de estipulação de força bruta, sem esperança de explicação ou conexão a outras questões – é o fim da questão em vez do início”⁷⁸ (McCarthy, 2002, p. 8-9). O autor garante que lidar com a maioria dos universais em OT tendo em vista a ideia mais importante da teoria, qual seja, interação de restrições por meio de ranqueamento, é o caminho correto. Derivando universais e tipologia da interação de restrições, na visão do autor, é uma maneira de se assegurar que existem conexões entre as propriedades universais da linguagem e entre variação linguística, sendo que ambas seguem de propriedades de ranqueamento de restrições.

2.1.2 Evaluator (EVAL)

Evaluator (EVAL) “recebe a série de candidatos de GEN, avalia-a usando alguma hierarquia de restrições e seleciona seu membro mais harmônico ou ótimo para ser o *output* da gramática”⁷⁹ (McCarthy, 2007, p. 4); é o componente das restrições que põe em ordem os candidatos da série inteira (Prince e Smolensky, 1993). O candidato que apresentar alguma restrição que o favoreça dominando cada restrição de outro candidato será selecionado por EVAL como ótimo.

McCarthy (2002), para explicar a noção de EVAL, supõe uma hierarquia H de restrições para uma língua. Para usar H a fim de selecionar o membro mais harmônico de uma série de candidatos, a OT invoca a função EVAL, que dá sentido à relação de dominância “>>”, generalizando a comparação de pares a maiores (possivelmente

⁷⁷ No original: “[...] is a natural continuation of several decades of linguistic theorizing that has sought to document various universal constraints and refine the statement of them” (McCarthy, 2002, p. 8).

⁷⁸ No original: “Hardwiring universals into GEN is inevitably a matter of brute-force stipulation, with no hope of explanation or connection to other matters – it is the end of discussion rather than the beginning” (McCarthy, 2002, p. 8-9).

⁷⁹ No original: “EVAL receives the candidate set from GEN, evaluates it using some constraint hierarchy, and selects its **most harmonic** or **optimal** member as the output of the grammar” (McCarthy, 2007, p. 4 – grifos no original).

infinitas) séries de candidatos. A função EVAL, segundo o autor, retorna a série de candidatos como uma ordem parcial, colocando seu membro mais harmônico, ou seja, o verdadeiro *output*, no topo da hierarquia.

O autor ressalta que, em teoria, não há garantia de que EVAL retornará sempre um único membro mais harmônico da série de candidatos. McCarthy (2002) supõe um exemplo em que dois candidatos incorrem em marcas de restrições idênticas de todas as restrições. Nesse caso, para o autor, EVAL será incapaz de decidir entre eles, e se nenhum outro candidato é mais harmônico, ambos serão ótimos. A variação dentro da língua, portanto, deve ser observada nessa situação, conforme o autor. Na prática, para o autor, contudo, essa possibilidade pode não ser fácil de perceber. A série de restrições universais é rica o suficiente para que EVAL retorne um único vencedor. Por essa razão, segundo o autor, variação dentro da língua tem sido usualmente analisada de outras maneiras.

2.1.3 Conjunto de restrições violáveis (CON) e hierarquização

De acordo com Costa (2001a), das expressões linguísticas criadas por GEN apenas uma será a forma gramatical em uma dada língua⁸⁰. Essas expressões, segundo o autor, formam um conjunto de representações candidatas a serem gramaticais. O conjunto de expressões criadas por GEN é denominado candidatos. Esses candidatos são avaliados em paralelo por um conjunto de restrições. Vejamos um exemplo do autor:

(3) a. Ataque: todas as sílabas começam por uma consoante. (Prince e Smolensky, 1993)

b. Fidelidade: *inputs* e *outputs* são idênticos. (McCarthy e Prince, 1994)

Adaptado de Costa (2001a, p. 19)

A restrição **ATAQUE** avalia a estrutura silábica. Conforme afirma Costa (2001a), uma restrição dessa natureza é necessária em qualquer modelo que tente explicar o fato de algumas línguas não apresentarem sílabas com ataques vazios.

⁸⁰ É importante frisar que, neste trabalho, as formas não ótimas também irão nos interessar, visto que são compreendidas como formas variantes e/ou menos aceitáveis do que o *output*.

Por sua vez, a restrição **FIDELIDADE** exige que os candidatos não se diferenciem do seu *input* ou estrutura subjacente. Uma restrição dessa natureza é, segundo o autor, necessária em qualquer modelo que se preocupe em evitar disparidades desnecessárias entre estruturas subjacentes e representações finais.

A OT difere dos demais modelos por considerar que as restrições são violáveis, ou seja, no caso de um candidato desrespeitar uma restrição, esse fato não acarreta sua agramaticalidade (Costa, 2001a). Porém, segundo o autor, a violabilidade das restrições não se dá gratuitamente. Uma restrição pode ser violada se permitir que outra restrição seja satisfeita. Para que essa interação entre restrições em conflito funcione, as restrições devem ser hierarquizadas. As diferentes maneiras como as restrições são hierarquizadas definem as várias gramáticas particulares. A hierarquização das restrições é representada em (4) através do símbolo >>:

(4) Ataque >> Fidelidade

Adaptado de Costa (2001a, p. 21)

Conforme a noção de violabilidade (o fato de o candidato desobedecer uma restrição não implica necessariamente sua agramaticalidade), a hierarquização em (4) mostra que é mais importante satisfazer os requisitos impostos por **ATAQUE** do que se obter um *output* idêntico ao *input*, ou seja, não há problema em **FIDELIDADE** ser violada se o candidato respeitar **ATAQUE** (Costa, 2001a).

Cada língua tem seu próprio *ranking* de restrições, sendo a única coisa na gramática que é de língua particular: GEN, EVAL e as restrições são universais (McCarthy 2007). O componente universal de restrição é chamado CON. Se o *ranking* de CON universal é a única diferença entre as gramáticas, para o autor, consequentemente todas as restrições em CON estão presentes em todas as línguas. Somente o *ranking* é diferente.

2.2 Representação

A seleção do candidato ótimo é apresentada em um *tableau*:

Tableau II

(T1) Input/api/

	ATAQUE	FIDELIDADE
☞ a. papi		*
b. api	!*	

Adaptado de Costa (2001a, p. 21)

Costa (2001a) explica a leitura da tabela da seguinte maneira: na linha superior, apresentam-se as restrições, ordenadas da esquerda para a direita, de acordo com a hierarquização de cada língua. A primeira coluna contém os candidatos a serem avaliados. As outras colunas apresentam os resultados da avaliação. O símbolo ☞ indica o candidato gramatical ou ótimo. O asterisco (*) marca cada violação das restrições. O sinal de exclamação (!) indica o ponto em que uma dada violação é fatal para o candidato. As partes sombreadas das tabelas mostram que, no momento em que os candidatos estão a ser avaliados pelas restrições, já violaram fatalmente uma dada restrição, *i.e.*, estas restrições são irrelevantes para a decisão.

Todavia, conforme McCarthy (2002), conflito não é a única relação possível entre duas restrições, mas é a única que serve como base para um argumento de *ranking* válido. Nas situações mostradas em (2a-c), não há conflito entre as restrições e, então, não há base para ranqueá-las.

Tableau III

(2) a. C1 e C2 concordam

	C1	C2
i. ☞ Cand _{Opt}		
ii. Cand _{Comp}	*	*

Tableau IV

b. C1 não distingue os candidatos (ambos obedecem-no)

	C1	C2
i. ☞ Cand _{Opt}		
ii. Cand _{Comp}		*

Tableau V

c. C1 não distingue os candidatos (ambos violam-no)

	C1	C2
i. \otimes Cand _{Opt}	*	
ii. Cand _{Comp}	*	*

Adaptado de McCarthy, 2002, p. 5

Segundo a explicação do autor, esses *tableaux* separam as colunas das restrições com uma linha pontilhada para mostrar que provavelmente nenhuma restrição domina a outra. Esses *tableaux* não vão sustentar um argumento de *ranking* porque, conforme o autor, C1 e C2 concordam em eliminar Cand_{Comp} (2a) ou um deles avalia ambos os candidatos como igualmente bons ou maus (2b-c).

McCarthy (2002) aponta que, quando uma restrição é violada em vários lugares diferentes no candidato ou é violada gradientemente, será atribuída mais de uma marca de violação ao candidato. Em OT, afirma o autor, violações múltiplas de qualquer origem são usualmente tratadas como a mesma, pois o que importa é a melhor ou pior performance.

Prince e Smolensky (1993 *apud* McCarthy 2002) apresentam a técnica de cancelamento. As marcas de violação que dois candidatos compartilham podem ser ignoradas ou canceladas se e somente se um *tableau* compara apenas dois candidatos. A avaliação dos candidatos é feita, dessa forma, levando-se em consideração as marcas que não são compartilhadas. Um exemplo dado pelos autores pode ser visto em (2c): ambos os candidatos compartilham a violação na coluna C1. Essas marcas compartilhadas podem ser canceladas, reduzindo (2c) a (2b). Dessa maneira, percebe-se que C1 não contribui na seleção do candidato ótimo. Embora esse exemplo envolva uma única violação, a marca de cancelamento é também útil quando candidatos incorrem em múltiplas violações: se um candidato tem três marcas de violação de alguma restrição e outro candidato tem cinco, a marca de cancelamento reduz isto a zero e dois, respectivamente (McCarthy, 2002). A teoria prima pela comparação, e não pela contagem.

2.3 Premissas básicas da OT

Nesta parte do trabalho, apresentaremos as propriedades fundamentais da OT, quais sejam, universalidade, violabilidade, hierarquização, inclusividade e paralelismo (conforme Costa, 2001a).

2.3.1 Universalidade

Em OT, todas as restrições são universais, ou seja, são válidas para todas as línguas (Costa, 2001a). Devem estar presentes na hierarquização que define qualquer gramática. Assim sendo, não é possível propor análises para uma língua recorrendo a restrições que sejam operativas apenas nessa língua (Costa 2001a). Essa premissa, segundo Costa (2001a), exige cuidado na formulação das restrições, dado que elas não podem referir aspectos inerentes a um grupo apenas (Costa, 2001a).

2.3.2 Violabilidade

Conforme McCarthy (2002), o *output*, muitas vezes, acaba desobedecendo pelo menos uma das restrições mais baixas da hierarquia, já que as restrições são violáveis. Para o autor, pode-se fazer uma analogia entre otimidade e ética: nesse caso, otimidade se assemelha mais com relativismo moral ou as três leis da robótica⁸¹ do que com os 10 mandamentos. A ideia aqui é sobre ser o melhor entre uma escolha de opções, não sobre ser objetivamente perfeito⁸² (McCarthy 2002).

2.3.3 Hierarquização

A OT postula que as gramáticas particulares são as diferentes hierarquizações do conjunto universal de restrições. A hierarquização, além de definir as gramáticas

⁸¹ As três leis da robótica:

1. Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano sofra algum mal.
2. Um robô deve obedecer às ordens que lhe sejam dadas por seres humanos, exceto nos casos em que tais ordens entrem em conflito com a Primeira Lei.
3. Um robô deve proteger sua própria existência desde que tal proteção não entre em conflito com a Primeira e Segunda Leis. (*Handbook of robotics* apud McCarthy, 2002, p. 44-45)

⁸² Para Othero (2009), os princípios da OT podem ser aplicados a outras áreas, e não somente a domínios linguísticos. O autor faz uma comparação entre as três leis da robótica e a OT em seu artigo “Optimality theory and the three laws of robotics”, disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/000985>>.

possíveis, justifica a violabilidade das restrições (Costa 2001a). Na OT, a hierarquização é constante para uma mesma língua.

Segundo Costa (2001a), outros modelos teóricos não contemplam a noção de hierarquização. Um exemplo dado por Costa (2001a) é o modelo de Princípios e Parâmetros, que não admite hierarquização de princípios. Aqui, segundo o autor, a ideia de hierarquização é dispensável, visto que os princípios e regras desse modelo não são violáveis. A violação, portanto, acarreta agramaticalidade.

Assim, conforme McCarthy (2002), a gramática de uma língua é um *ranking* de restrição específico. O *ranking* de uma língua particular é o mais importante e talvez único método em OT para explicar como e por que as línguas se diferenciam umas das outras. O *ranking* em uma língua particular é, na teoria, a ordenação total de uma série de restrições universais (McCarthy 2002).

2.3.4 Inclusividade

O conjunto de candidatos gerados, de acordo com Costa (2001a), contém apenas expressões linguísticas, não comportando expressões ou análises que não respeitem as propriedades da linguagem. O conjunto de condições gerais de boa formação é que determina que expressões e análises são incluídas no conjunto (Costa 2001a). Já que as restrições avaliam um conjunto de candidatos, este conjunto deve ser gerado e delimitado de alguma maneira.

2.3.5 Paralelismo

A seleção dos candidatos é feita comparando-se todos os candidatos em paralelo relativamente a todas as restrições (Costa 2001a). Isso significa, para Costa (2001a), que não se recorre a níveis intermediários de representação, fazendo com que a OT seja um modelo representacional. Ao contrário, em modelos derivacionais, a avaliação do resultado da aplicação de regras se dá ciclicamente, depois de aplicada cada regra (Costa, 2001a). Conforme o autor, desse modo, não é possível uma comparação em paralelo dos *outputs* finais das derivações, apenas dos níveis intermediários de representação. Além do mais, afirma Costa (2001a) que um modelo derivacional possibilita que o resultado da aplicação de uma regra condicione a aplicação de outra. Dado o pressuposto sobre paralelismo na OT, conforme o autor, não é possível que o

resultado da avaliação por uma restrição condicione o resultado da avaliação por outra restrição. Mesmo que interajam e estejam em conflito, cada restrição avalia os candidatos independentemente das outras restrições.

2.4 Arquitetura básica da OT

Os elementos universais núcleos da arquitetura da OT estão resumidos em (5):

(5)	<i>INPUT</i>	informação sobre a estrutura argumental
	GEN	gera todos os candidatos possíveis a <i>output</i>
	CANDIDATOS	candidatos a <i>output</i> , gerados por GEN
	EVAL	avalia os candidatos a <i>output</i> de acordo com o conjunto de condições de boa formação ou restrições (CON)
	<i>OUTPUT</i>	candidato ótimo

Adaptado de McCarthy (2002, p. 10)

A arquitetura pode ser lida da seguinte forma: GEN recebe um *input* e gera uma série de candidatos dependentes do *input*. Por sua vez, EVAL aplica a hierarquia de restrições da língua particular a esta série de candidatos e seleciona seu membro mais harmônico, que será o *output*, devendo ser uma forma fonológica de superfície, uma estrutura de superfície sintática ou algum outro objeto linguístico (McCarthy 2002).

2.5 A Teoria da Otimidade aplicada à sintaxe

Em sintaxe, há poucos trabalhos que se valem da OT, ao contrário da fonologia. Uma das razões para essa diferença, conforme Costa (2001a), tem a ver com o fato de a sintaxe não ter tido grande preocupação com questões de natureza tipológica. Além disso, mais que em outros domínios, a agramaticalidade das frases sempre foi explicada como consequência da violação de um determinado princípio (Costa 2001a). Os primeiros trabalhos de aplicação da OT à sintaxe, segundo o autor, são de Grimshaw (1997) e Legendre (1993).

Em nosso trabalho, nos voltaremos ao estudo do PB. Em línguas como a nossa, a ordem das palavras é variável. Costa (2001a) traz alguns exemplos do PE.

(20) O Paulo comeu a sopa.

(21) a. O Paulo, a sopa comeu.

b. A sopa, o Paulo comeu.

c. A sopa, comeu o Paulo.

d. Comeu o Paulo a sopa.

e. Comeu a sopa o Paulo.

Adaptado de Costa (2001a, p. 86)⁸³

Porém, como afirma o autor, a variação de ordem não é livre. A posição dos vários constituintes, para Costa (2001a), é condicionada pela sua função discursiva.

Em seu trabalho, Costa (2001a) considera o caso dos sujeitos e dos objetos, separadamente.

No que tange aos sujeitos, constata o autor que os que têm funções discursivas diferentes, em português, ocupam posições diferentes. A parte da resposta que repete informação da pergunta constitui informação velha (tópico) e a parte da resposta que responde à pergunta constitui informação nova (foco). Costa (2001a) observa que os sujeitos ficam prepostos ao verbo sempre que constituem informação velha (22). Sendo foco da frase, ficam pospostos ao verbo (23). A única exceção, segundo o autor, é quando a frase toda está em foco (24). O sujeito, nesse caso, apesar de constituir informação nova, vem preposto ao verbo:

⁸³ É importante lembrar que os exemplos de Costa (2001a) são do PE, podendo haver diferenças no PB. Acreditamos que dificilmente no PB seriam empregadas as frases (21a), (21c), (21d) e (21e).

(22) a. A: O que é que o Paulo fez?

a'. B: O Paulo partiu a janela.

a''. B: *O Paulo, a janela partiu.

a'''. B: *Partiu o Paulo a janela.

a'''' . B: Partiu a janela o Paulo.

b. A: O que é que o Paulo partiu?

b'. B: O Paulo partiu a janela.

b''. B: *O Paulo, a janela partiu.

b'''. B: *Partiu o Paulo a janela.

b'''' . B: Partiu a janela o Paulo.

(23) a. A: Quem partiu a janela?

a'. B: Partiu a janela o Paulo.

a''. B: *Partiu o Paulo a janela.

a'''. B: *O Paulo partiu a janela.

a'''' . B: *O Paulo, a janela partiu.

b. A: Quem partiu o quê?

b'. B: Partiu o Paulo a janela.

b''. B: *Partiu a janela o Paulo.

b'''. B: *O Paulo partiu a janela.

b'''' . B: *O Paulo a janela partiu.

(24) A: O que é que aconteceu?

B: O Paulo partiu a janela.

B: *O Paulo, a janela partiu.

B: *Partiu o Paulo a janela.

B: Partiu a janela o Paulo.

Adaptado de Costa (2001a, p. 87)⁸⁴

⁸⁴ Para o PB, em (22), a'''' e b'''' seriam agramaticais; em (23), a' e b' seriam agramaticais e a'' e b'' seriam gramaticais; em (24), apenas a 1ª frase seria gramatical.

No que tange à diferença entre (23a) e (23b), Costa (2001a) assume que esta reside no estatuto do objeto direto. Se for informação nova, tem-se a ordem VSO. Se for informação velha, tem-se VOS.

Costa (2001a) afirma que os sujeitos pré-verbais ocupam a posição de Spec, IP, enquanto os sujeitos pós-verbais ocupam a posição Spec, VP. Se é assim, segundo o autor, pode-se estabelecer a seguinte relação entre posição sintática e função discursiva:

- Sujeitos que introduzem informação nova ocupam a posição de Spec, VP;
- Sujeitos que introduzem informação já referida no discurso ocupam a posição de Spec, IP.
(Costa, 2001a, p. 88)

A partir disso, o autor sustenta que é possível afirmar que o português é uma língua orientada para o discurso, já que a posição ocupada pelos sujeitos depende de sua função discursiva.

Em outras línguas, como no inglês, o autor aponta que não se observa esse tipo de orientação. Por exemplo, em língua inglesa, os sujeitos ocupam a posição de Spec, IP, independentemente da sua função discursiva.

(25) A: What did John do?

B: John broke the window.

(26) Who broke the window?

B: a. John broke the window.

b. *Broke the window John.

c. *Broke John the window.

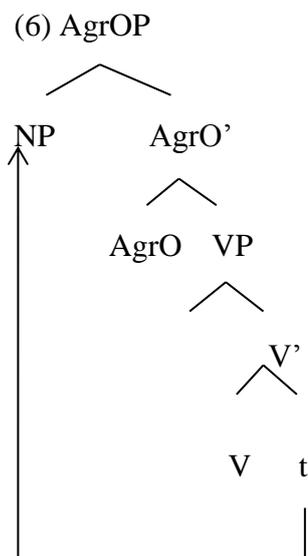
Adaptado de Costa (2001a, p. 88)

Em (25), o autor ensina que o sujeito corresponde à informação já referida, ocupando, assim como no português, a posição de Spec, IP. Já em (26), o sujeito, mesmo introduzindo informação nova, não pode ocorrer na posição de Spec, VP, ao contrário do português (Costa 2001a).

Explica o autor que, no inglês, a posição do sujeito, quando comparada ao que acontece em português, é ambígua, tendo em vista que não é possível deduzir sua função discursiva a partir da sua posição na frase. Para Costa (2001a), pode-se dizer, então, que o inglês não é uma língua orientada para o discurso.

O autor propõe que a variação observada entre as duas línguas é o resultado de diferentes hierarquizações de restrições em conflito.

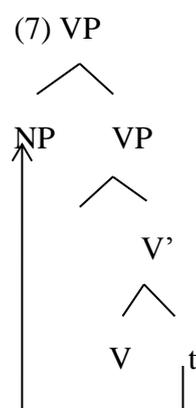
Já quanto à posição de objeto, Costa (2001a) assume que os objetos nominais recebem Caso na posição de especificador da categoria funcional AgrO (Chomsky, 1993).



Adaptado de Costa (2001a, p. 91)

Sustenta o autor que só devem ser movidos para essa posição os objetos que necessitem receber Caso. Logo, o movimento de objetos preposicionais não é necessário.

Os objetos, na opinião do mesmo autor, também podem ser movidos para uma posição de adjunção ao VP, movimento conhecido como *scrambling*.



Adaptado de Costa (2001a, p. 91)

A diferença entre a construção de *scrambling* e o movimento para Caso, explica o autor, é o fato de aquela ser movimento para uma posição de adjunção, podendo afetar tanto objetos preposicionados como objetos nominais. Ainda, o que desencadeia o movimento de objetos para essa posição, conforme o autor, não é Caso, e sim a necessidade de os retirar da posição mais à direita da frase. Um sujeito focalizado aparece mais à direita da frase, logo é natural que os elementos que surgem nessa posição sejam interpretados como foco. Não sendo um objeto focalizado, ele pode ser movido para uma posição mais à esquerda por meio de *scrambling*, para que não seja interpretado como foco (Costa 2001a).

No que se refere ao *input*, conforme Grimshaw (1997), Grimshaw e Samek-Lodovici (1998) (*apud* Costa 2001a), entre outros, este consiste em uma lista de informações de natureza léxico-semântica. Está especificada no *input*, por exemplo, conforme os autores, toda a informação relativa à estrutura argumental de um verbo. Todavia, esse tipo de informação não é representada na estrutura sintática.

(8) ver (x, y)

(Costa 2001a, p. 101)

Essa representação, conforme Costa (2001a), é tradicionalmente assumida para a entrada lexical de um verbo transitivo, explicitando o número de argumentos. No *input*, também é representada a informação de natureza semântica e discursiva:

(9) ver (x, y), Foco = x

(Costa, 2001a, p. 101)

O tempo da frase também é indicado no *input*:

(10) ver (x, y), Foco = x, T = passado

(Costa, 2001a, p. 101)

Supõe-se na OT (Costa 2001a) que se atribui ao *input* o papel que, em outros modelos, é desempenhado por componentes de natureza semântica, como a forma lógica.

Em suma, a OT é uma teoria que difere dos modelos anteriores principalmente pelo fato de haver violabilidade em suas restrições, estas universais, ou seja, presentes em todas as línguas. Nesse modelo, as restrições são ranqueáveis, lembrando que as diferentes hierarquizações das restrições geram as gramáticas de língua particular. Faz-se de extrema importância ressaltar também que, nessa teoria, o candidato ótimo não satisfaz, necessariamente, todas as restrições.

Neste capítulo, primeiramente, buscamos traçar os postulados e embasamentos da OT, mostrando como se dá uma análise por meio dessa teoria e apontando exemplos que aparecem na literatura. Posteriormente, partimos para a relação entre OT e sintaxe, e aí vimos que não existem muitos trabalhos nesse ramo da linguística (apontamos anteriormente possíveis motivos para isso). Esperamos que esta dissertação possa, de fato, contribuir para a literatura quase escassa que adota a OT em sua análise sintática.

Há na literatura restrições em OT aplicadas à sintaxe com as quais podemos analisar o PB. No capítulo que segue, apresentaremos essas restrições, partindo para as análises da ordem pronominal do PB via OT.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DA ORDEM PRONOMINAL DO PB VIA TEORIA DA OTIMIDADE

Este capítulo é dedicado a análises dos pronomes pessoais do PB falado via OT, tendo sempre em mente e como base a nossa intuição do falante nativo. Concentrar-nos-emos nos pronomes em função de objeto direto do verbo em orações simples, com foco informacional no objeto direto e no sujeito.

Esta pesquisa procura mostrar a mudança que vem ocorrendo no quadro pronominal do PB. Como vimos no Capítulo 1, em um determinado momento de sua história (até o século XIX), o PB apresentava como regra pronominal a ênclise, mantendo a ordem SVO, portanto. Em um momento posterior (segunda metade do século XIX), a regra passou a ser a próclise, acarretando uma mudança na ordem do sistema, que passou de SVO para SOV, nos casos em que um pronome era usado como objeto do verbo. Em um terceiro momento, no PB atual, o sistema parece estar tentando recuperar a ordem SVO. É possível afirmar isso observando frases como “A Maria viu *ele*” no PB oral, que equivale a “A Maria viu-*o*” e “A Maria *o* viu”, em momentos anteriores da língua. Para que a ordem SVO volte a ser realizada, há dois caminhos possíveis: ou o PB volta a usar a ênclise (ex.: “A Maria viu-*o*”); ou substitui-se o clítico e usa-se, em seu lugar, o pronome tônico em função de objeto (ex.: “A Maria viu *ele*”). Investigaremos também, neste capítulo, qual a estratégia adotada pelo PB para retomar a ordem SVO. A nossa hipótese, como afirmado anteriormente, é a de que o pronome tônico em função de objeto é a estratégia usada para suprir a perda dos clíticos (cf. Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros), fazendo com que o PB volte a ter a ordem SVO. Para embasar e explicar essa hipótese, faremos análises via OT.

As primeiras análises aqui apresentadas dão conta da ordem pronominal até a metade do século XIX, em que imperava a ênclise (Cyrino 1990a, 1990b, Castilho 2010). A seguir, apresentamos, por meio de *tableaux*, a mudança na direção de cliticização, que acarretou a troca da ênclise pela próclise. Por fim, seguem-se as análises referentes ao PB atual, em que se observa uma preferência pelo uso do pronome tônico em função de objeto, especialmente no caso do pronome de 3ª pessoa.

Atualmente, no PB, conforme apontado no início deste trabalho, há três estratégias para se usar o pronome na função de objeto:

a) Pronome proclítico (cf. Nunes 1996, Pagotto 1996, Galves 2001, Vieira 2002, 2003, Brisolara 2008, Castillo 2010, Perini 2010, entre outros);

b) Pronome tônico (cf. Kato 2002, Castilho 2010, Perini 2010, Othero 2012, entre outros);

c) Pronome nulo (cf. Galves 1989, Cyrino 1990a, 1990b, 1993, 1994, Corrêa, 1991, entre outros).

Aqui, interessa-nos, especialmente, a estratégia (b). Isso porque, como mencionamos anteriormente, acreditamos que o PB esteja tentando retomar sua ordem canônica; por isso, a estratégia usada é adotar o pronome tônico em função de objeto – o que acarreta o desaparecimento dos pronomes clíticos do quadro pronominal. Trataremos de mostrar algumas análises para embasar o nosso pensamento a respeito dessa estratégia, que, cremos, está sendo usada atualmente no PB.

Tendo em vista que os pronomes de 1ª e 2ª pessoas e os pronomes de 3ª pessoa se comportam de maneiras distintas, nesta parte do trabalho, faz-se de extrema importância ressaltar as diferenças entre eles. Retomamos, neste momento, parte da discussão sobre o pronome *ele* em função acusativa.

Conforme abordado no Capítulo 1, Camara Jr. (2004[1972]) constata que o uso de *ele* (e suas variantes) como acusativo já se encontrava no PA (conforme o exemplo *vi ela, nom temo ty*, em vez de *vi-a, nom te temo*), concluindo, portanto, que no Brasil há uma sobrevivência dessa construção antiga, que desapareceu no PE. Segundo o autor, o pronome *ele* já se assemelhava aos demonstrativos e aos nomes por aceitar desinências de feminino e plural (*ele, -a, -es; este, -a, -es; lobo, -a, -os, -as*), ao contrário dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas *eu* e *tu*, que não têm gênero e têm plurais heteronímicos (*nós* e *vós*, respectivamente). Outra semelhança entre o pronome de 3ª pessoa e os nomes seria o fato de que esse pronome serve de substituto para os substantivos (na verdade, para os sintagmas nominais, que são encabeçados por substantivos) enquanto os pronomes de 1ª e 2ª pessoas se referem às pessoas do discurso, e não a um nome.

Há também, ainda segundo Camara Jr. (2004[1972]), uma diferença semiótica entre o pronome de 3ª pessoa e os da 1ª e 2ª, fato este que explicaria sua ausência em muitas línguas do passado ou atuais: tem-se, no caso do pronome de 3ª pessoa, conforme esse autor, um demonstrativo, como em latim. O aparecimento desse pronome resulta de um grande enfraquecimento do valor dêitico, passando-se a ver nele uma forma separada dos demonstrativos.

Para Camara Jr. (2004[1972]), *ele* firmou-se como uma forma sintática invariável, podendo, assim como os nomes e os demonstrativos, ser empregada em todos os casos, inclusive no acusativo, ocupando o lugar deixado vazio pelo clítico *o*. Assim, tem-se, conforme o autor, para o sujeito falante e para o sujeito ouvinte um sistema pronominal (caso sujeito *eu*: caso regime átono *me*; caso sujeito *você* ou *senhor*: caso regime átono *lhe*), mas para a 3ª pessoa a palavra fixa *ele*, que tanto pode ser um nominativo como um acusativo, como os nomes e os demonstrativos e, como eles, é introduzido por preposição para o dativo (*a ele*) e o genitivo (*dele*).

Baseando-nos no que diz Camara Jr. (2004[1972]), podemos esquematizar os pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do PB como segue:

Pronomes de 1ª e 2ª pessoas

Eu (singular) *s *a⁸⁵ – nós (plural)

Tu (singular) *s *a – vocês (plural)

Pronome de 3ª pessoa

Ele (singular) +s +a⁸⁶ – Eles (plural), ela (feminino), elas (plural feminino) =
nome

Ilustramos o emprego desses pronomes com os exemplos a seguir:

(27) A: Quem a Maria viu ontem?

B: A Maria viu o João. (sintagma nominal)

B: A Maria viu o rapaz. (sintagma nominal)

B: A Maria viu ele.

B: ?A Maria viu eu.

B: ?A Maria viu tu.

Podemos observar que o pronome *ele*, no exemplo dado, substitui o sintagma [o João], a princípio, sem acarretar estranhamento. Já quando se troca o sintagma pelos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, há um estranhamento, pelo menos em um primeiro momento, e aqui se aplica a explicação dada por Camara Jr. (2004[1972]): *ele* em

⁸⁵ *s: não aceita desinência de plural; *a: não aceita desinência de feminino.

⁸⁶ +s: aceita desinência de plural; +a: aceita desinência de feminino.

função acusativa não causa estranhamento por se assemelhar aos demonstrativos e aos nomes, aceitando desinências de feminino e plural, enquanto os pronomes de 1ª e 2ª pessoas *eu* e *tu* não têm gênero e apresentam plurais heteronímicos, ou seja, a eles não se podem acrescentar as desinências que se acrescentam ao pronome *ele* e aos nomes. Logo, o pronome de 3ª pessoa se torna um substituto para os nomes; os pronomes de 1ª e 2ª pessoas, por sua vez, por não se referirem a um nome, mas tão somente às pessoas do discurso, acabam não sendo bons substitutos para sintagmas nominais.

A explicação dada pelo autor também pode ser observada quando se substitui o sintagma pelos seus respectivos plurais:

(28) A: Quem a Maria viu ontem?

B: A Maria viu o João e o Pedro. (sintagma nominal)

B: A Maria viu os rapazes. (sintagma nominal)

B: A Maria viu eles. (plural de *ele*)

B: ?A Maria viu nós. (plural de *eu*)

Nota-se, nos exemplos apresentados, que ao pronome de 3ª pessoa apenas se acrescenta a desinência de plural; quanto aos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, a troca pelos plurais heteronímicos é obrigatória, e, mesmo assim, não são tão bons na substituição de sintagmas como o pronome *ele* (e seus derivados).

O fato de o pronome *ele* aceitar desinências de feminino e de plural, o que faz com que se pareça com um nome e o torna um bom substituto para este, mostra, mais uma vez, que os pronomes clíticos estão caindo em desuso e seu lugar está sendo preenchido pelo pronome tônico correspondente (cf. Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros). Essa substituição pode ser claramente observada pelo uso do pronome de 3ª pessoa, em que está praticamente extinto o clítico *o*. Isso tudo (que pode ser claramente observado no PB oral) vai ao encontro do que já dizia Camara Jr. (2004[1972]).

O mesmo vai acontecer, cremos, com os pronomes de 1ª e 2ª pessoas (os falantes passarão a usar *eu* no lugar de *me* e *tu* no lugar de *te*). Pode ser que a substituição dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas pelos pronomes plenos demore um pouco mais de tempo para se manifestar, até porque, nesses casos, os pronomes são pronomes de fato – diferentemente do caso do *ele* (cf. Camara Jr. 2004[1972]); tudo indica que a semelhança entre o pronome de 3ª pessoa e os substantivos tenha contribuído para que *ele* rapidamente tomasse o lugar do clítico *o*. Logo, a mudança no sistema pronominal,

em que houve a substituição do clítico pelo pronome tônico, acreditamos, começou com o pronome de 3ª pessoa, posteriormente podendo se estender aos demais pronomes. Por isso é que percebemos que estamos vivendo uma fase do PB em que são aceitas tanto as construções com os clíticos quanto as construções com pronome tônico. Pelo fato de os pronomes de 1ª e 2ª pessoas não apresentarem as mesmas características do pronome *ele*, por serem pronomes de fato, sem desinência de feminino e com plurais heteronímicos, justifica-se a demora desse “salto” de nominativo para nominativo-acusativo, que, justificadamente, começou com o *ele* (por apresentar propriedades nominais).

Adiante, veremos que o mesmo se dá com os pronomes *você* e *a gente*. Imaginamos que, nesse caso, assumindo a ideia de Camara Jr. (2004[1972]), o *você* e o *a gente* também não vão causar estranhamento quando em função de objeto porque, assim como *ele*, por terem origem em expressões nominais, apresentam características nominais – no caso de *você*, apresenta desinência de plural (ao contrário de *tu* e *eu*).

Neste momento, faz-se necessário, portanto, apresentar análises via OT para explicar esse fenômeno. Começamos com os pronomes em função de objeto em orações simples com foco no objeto. A próxima subseção tem por objetivo mostrar a mudança da ênclise para a próclise (por volta da metade do século XIX), ou seja, atém-se ao PA.

3.1 Análises dos pronomes do PB via OT

Nesta parte do trabalho, vamos analisar a ordem pronominal do PB no que tange à sua modalidade oral no sul do Brasil. Esta parte do trabalho se volta para a disputa entre próclise e ênclise ocorrida até a metade do século XIX. As análises apresentadas nesta subseção levam em conta sentenças com foco no objeto.

3.1.1 Próclise x ênclise

Esta subseção pretende mostrar as mudanças ocorridas na ordem pronominal do PB até a metade do século XIX, quando, segundo Castilho (2010), a próclise se tornou a regra geral. As análises aqui feitas procuram mostrar a mudança de ênclise para a próclise e, posteriormente, a oscilação entre próclise e pronome pleno.

Para procedermos às análises, precisamos contextualizar os pronomes em orações. Para que as orações façam sentido, é necessário inseri-las em uma situação de

comunicação. Imaginemos uma situação em que uma pessoa chamada Paulo olha para uma foto com várias pessoas. Dentre elas, está uma que saiu com a Maria na noite anterior – e o Paulo sabe quem é. Então, pergunta-se ao Paulo “Quem a Maria viu ontem?”, e o Paulo responde (a), (b) ou (c), apontando para o sujeito na foto. Vejamos:

(29) Quem a Maria viu ontem? (A Maria viu o João/A Maria viu o rapaz).

a) A Maria o viu.

b) A Maria viu-o.

c) A Maria viu ele.

Como discutiremos ao longo deste capítulo, das frases acima, (a) é usada em contextos formais ou ultraformais, já que emprega o clítico antecedendo o verbo. Quanto ao exemplo (b), podemos dizer que praticamente não é usado, tendo em vista que a próclise é a regra do PB atual. Por sua vez, a frase (c) é bastante usada em contextos em que a fala não é monitorada, ou seja, em situações informais, pois emprega o pronome tônico em função acusativa.

De acordo com Castilho (2010), conforme visto no Capítulo 1, ao longo da história do português, observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos. A mudança na direção de cliticização, conforme o autor, “se deu a partir da segunda metade do século XIX, época em que Cyrino (1997) encontrou as primeiras ocorrências de próclise a imperativo afirmativo” (Castilho, 2010, p. 303). Dessa maneira, começaremos nossas análises focando nas orações que apresentam pronomes clíticos, para tentarmos mostrar essa mudança da ênclise para a próclise.

Para que passemos às análises via OT, é necessário conhecermos algumas restrições relevantes ao fenômeno, na gramática do PB. Uma restrição que se faz importante neste momento é **STAY**⁸⁷:

STAY: movimentos não são permitidos⁸⁸⁻⁸⁹.

STAY é uma restrição que diz que não se devem movimentar elementos dentro da frase, ou seja, “mantenha a ordem sintática básica das sentenças da língua” (Othero e

⁸⁷ Também conhecida como “Não mover” e “Economy”.

⁸⁸ Restrição baseada em Othero & Menuzzi (2009) e Othero & Figueiredo Silva (2012).

⁸⁹ Ou, de maneira mais formal: atribua uma marca de violação para cada elemento que não seguir a ordem canônica da língua.

Menuzzi, 2009, p. 39). Considerando que o PB é uma língua SVO, o *tableau* para os exemplos em (29) que apresentam clítico pode ser assim apresentado:

Tableau 1

Quem a Maria viu ontem? (Foco no objeto)

	STAY
a. A Maria <u>o</u> viu.	*
☞ b. A Maria viu- <u>o</u> .	

No *Tableau 1*, a primeira frase viola a restrição **STAY**, não podendo, portanto, ser o candidato ótimo. O segundo candidato, por sua vez, respeita **STAY**. Podemos concluir, assim, que o candidato que respeita a restrição **STAY** é o candidato ótimo. Porém, é muito difícil apontar um candidato vencedor levando-se em conta apenas uma restrição. É interessante mostrar as restrições interagindo para que possamos, mais tarde, observar a mudança em curso. Por isso, apenas a restrição **STAY** não é suficiente para a escolha do candidato ótimo, sendo necessário o emprego de mais restrições.

Para tentar explicar os exemplos anteriormente citados, propomos aqui mais uma restrição:

ALINHEFOCO: um constituinte que é foco informacional deve ocupar a posição mais à direita da frase⁹⁰⁻⁹¹.

Essa restrição diz respeito à posição que o foco informacional deve ocupar na estrutura sintática, no caso do PB, devendo se manter mais à direita da frase. De acordo com Othero & Figueiredo Silva (2012, p. 124), a restrição **ALINHEFOCO**

diz respeito à posição que um constituinte focalizado ocupa na frase. Ela é baseada no princípio de organização sintática da frase em sua relação com a organização de sua estrutura informacional. É sabido que, em frases declarativas, as línguas tendem a organizar sintaticamente os elementos TÓPICO – FOCO (grosso modo, informação velha – informação nova) da esquerda para a direita (em TO, há restrições que exprimem esse princípio nos trabalhos de Grimshaw & Samek-Lodovici 1995, 1998, Costa 2001b, entre outros).

⁹⁰ Restrição baseada em Grimshaw e Samek-Lodovici (1995, 1998), Costa (2001b), entre outros.

⁹¹ Ou, de maneira mais formal: atribua uma marca de violação para cada elemento que for foco e não estiver mais à direita.

Aplicamos, então, esta restrição ao *tableau*:

Tableau 2

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO
a. A Maria <u>o</u> viu.	*	*
☞ b. A Maria viu- <u>o</u> .		

O primeiro candidato viola tanto a restrição **STAY** quanto a restrição **ALINHEFOCO**, já que apresenta ordem SOV (violando **STAY**) e seu foco não é o elemento mais à direita (violando **ALINHEFOCO**). O segundo candidato não viola nenhuma das restrições, pois apresenta ordem SVO e mantém o foco à direita. Observamos a partir desse *tableau* que apenas as duas restrições levantadas até aqui não dão conta de mostrar a mudança da ordem pronominal, visto que o primeiro candidato desrespeita ambas as restrições, fato que o impede de ser o *output* da gramática mesmo que se mude a hierarquia das restrições (o que se será importante mais à frente).

Faz-se necessário, novamente, investigar outras restrições para tentar dar conta de uma análise adequada da colocação pronominal em PB atual:

DIREÇÃOCLITICIZAÇÃO (DIRCL): em PB, a direção do clítico é da esquerda para a direita⁹²⁻⁹³.

Essa restrição diz que, em PB, o clítico deve anteceder o verbo, ou seja, a próclise é a regra geral do PB. Se o *output* apresentar um caso de ênclise, estará violando a restrição.

Inserindo mais essa restrição ao *tableau*, podemos analisar as frases anteriormente citadas da seguinte maneira:

⁹² Restrição baseada em Nunes 1991.

⁹³ Ou, de maneira mais formal: atribua uma marca de violação para cada elemento clítico que não apresentar ordem proclítica.

Tableau 3

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
a. A Maria <u>o</u> viu.	*	*	
☞ b. A Maria viu- <u>o</u> .			*

Conforme o *Tableau 3*, podemos concluir que o candidato (b) é o candidato ótimo, já que viola apenas a restrição mais baixa na hierarquia, enquanto o candidato (a) viola duas das três restrições, incluindo a restrição mais alta na hierarquia.

A análise feita até aqui contemplou apenas o pronome clítico de 3ª pessoa, que sabemos ser diferente dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas. Logo, é importante que se façam análises incluindo todos os pronomes pessoais.

Os exemplos são destacados a seguir (tendo-se sempre em mente que os exemplos respondem à pergunta “Quem a Maria viu ontem?”):

1ª pessoa singular

A Maria me viu.

A Maria viu-me.

2ª pessoa singular

A Maria te viu.

A Maria viu-te.

1ª pessoa plural

A Maria nos viu.

A Maria viu-nos.

2ª pessoa do plural

A Maria vos viu.

A Maria viu-vos.

3ª pessoa plural

A Maria os viu.

A Maria viu-os.

Tableau 4

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
a. A Maria <u>me</u> viu.	*	*	
☞ b. A Maria viu- <u>me</u> .			*

Tableau 5

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
a. A Maria <u>te</u> viu.	*	*	
☞ b. A Maria viu- <u>te</u> .			*

Tableau 6

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
a. A Maria <u>nos</u> viu.	*	*	
☞ b. A Maria viu- <u>nos</u> .			*

Tableau 7

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
a. A Maria <u>vos</u> viu.	*	*	
☞ b. A Maria viu- <u>vos</u> .			*

Tableau 8

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
a. A Maria <u>os</u> viu.	*	*	
☞ b. A Maria viu- <u>os</u> .			*

Podemos observar que os *Tableaux* 3 a 8 mostram o mesmo resultado: que o candidato ótimo é aquele em que consta o pronome em posição enclítica. Esse é o

resultado de a restrição **STAY** ser a mais alta na hierarquia. Ou seja, os *tableaux* apontam que é mais importante respeitar a ordem canônica do PB (**STAY**) do que respeitar a direção de cliticização (**DIRCL**)

Até aqui, as análises apontaram para o candidato ótimo até a metade do século XIX, em que imperava a ênclise (Castilho, 2010). Tomando-se por base que a análise aqui feita esteja correta, a hierarquia para o PB até metade do século XIX é a seguinte:

STAY >> ALINHEFOCO >> DIRCL.

Tendo em vista que houve uma mudança na direção do clítico, como muito enfatizado em linhas anteriores, são necessárias algumas análises para tentar explicar esse fato. Nas análises a seguir, usaremos as restrições apresentadas anteriormente. Para que a mudança possa ser observada, é necessário mexermos na hierarquia de restrições para verificar o que acontece, logo invertemos o lugar das restrições **STAY** e **DIRCL**.

Tableau 9

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria <u>me</u> viu.		*	*
b. A Maria viu- <u>me</u> .	*		

Tableau 10

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria <u>te</u> viu.		*	*
b. A Maria viu- <u>te</u> .	*		

Tableau 11

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria <u>o</u> viu.		*	*
b. A Maria viu- <u>o</u> .	*		

Tableau 12

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria <u>nos</u> viu.		*	*
b. A Maria viu- <u>nos</u> .	*		

Tableau 13

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria <u>vos</u> viu.		*	*
b. A Maria viu- <u>vos</u> .	*		

Tableau 14

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria <u>os</u> viu.		*	*
b. A Maria viu- <u>os</u> .	*		

Do *Tableau* 9 ao 14, notamos que o simples fato de alterar a ordem das restrições da hierarquia aponta um resultado diferente: sendo a **DIRCL** a restrição mais alta, o candidato ótimo é aquele que apresenta ordem proclítica, e não mais aquele que apresenta ordem enclítica, como foi mostrado nos *Tableaux* 1 ao 8. Assim, podemos concluir que, a partir da metade do século XIX, houve uma reorganização das restrições da hierarquia do PB, em que a direção da cliticização (**DIRCL**) passou a ser mais importante do que a ordem canônica SVO (**STAY**) – como apontam as análises nos *tableaux* –, fazendo com que a próclise virasse a regra geral do PB, conforme já atestado por muitos autores. Esses *tableaux* mostram, portanto, a gramática consolidada do PB atual, já que não existe oscilação quanto à posição dos clíticos, ou seja, não se usa ora próclise, ora ênclise; a próclise é categórica, não permitindo a gramática que o uso do clítico posposto ao verbo.

Se a análise aqui feita estiver correta, a hierarquia para o PB a partir da metade do século XIX é a seguinte:

DIRCL >> ALINHEFOCO >> STAY.

Até aqui, o estudo elucidou via OT a mudança na direção de cliticização ocorrida em meados do século XIX. Não podemos esquecer que a ideia central desta dissertação é abordar o uso do pronome pleno em função de objeto. É sobre esse aspecto que nos debruçamos a partir de agora.

3.1.2 Próclise x pronome pleno

Como discutimos anteriormente, o PB está em uma fase em que tende a eliminar os clíticos e, em seu lugar, usar pronomes plenos em função de objeto. Nesta parte do trabalho, tomamos as análises que mostram essa tendência no PB atual. Também no PB atual o pronome de 2ª pessoa do plural *vós*, como apontam muitos estudos – e como veremos mais adiante –, caiu em desuso. Porém, outros pronomes (*você*, *cê*⁹⁴ e *a gente*) ganham espaço na língua.

⁹⁴ Existem diferentes pontos de vista sobre o pronome *cê*. Segundo Vitral (1996), Ramos (1997), Perini (2002) e Bagno (2011), *cê* deve ser considerado um pronome clítico, assim como *me*, *te* ou *se*. Por outro lado, pela análise de Petersen (2008), *cê* deve ser entendido como um pronome fraco. Por fim, autores como Othero (2013) e Nascimento (2010) entendem que *cê* não é um pronome clítico prototípico como

Como vimos no Capítulo 1, é importante utilizarmos em nossas análises os pronomes *você* e *a gente*, já que são amplamente usados em contextos de fala, substituindo os pronomes *tu* e *nós*, respectivamente. A partir de agora, incluiremos esses pronomes nos *tableaux* para análise, pois buscamos, com este estudo, analisar a substituição do clítico pelo pronome pleno. Serão feitas análises com foco no objeto e com foco no sujeito, a fim de se constatar se há distinção na hierarquia de restrições ao se mudar o foco informacional.

É importante ressaltar que os pronomes *você* e *a gente* têm propriedades parecidas com as do pronome de 3ª pessoa *ele*. Esses pronomes se assemelham aos nomes pelo fato de que derivam de expressões nominais (como abordado no Capítulo 1), apresentando, no caso de *ele* e *você*, plurais com o acréscimo de -s (*eles* e *vocês*, respectivamente).

Antes de passarmos às análises, esclarecemos que, pelo fato de os pronomes de que aqui tratamos apresentarem diferenças, resolvemos classificá-los em dois grupos: pronomes de fato (ou genuínos) – *eu*, *tu*, *nós* e seus respectivos clíticos, *me*, *te* e *nos* – e pronomes com características nominais (ou atípicos) – *você*, *ele*, *a gente* e seus respectivos plurais, no caso dos dois primeiros (*vocês* e *eles*). As análises seguem fazendo essas distinções.

3.1.2.1 Foco no objeto

a) Pronomes de fato (*eu*, *tu*, *nós*, *me*, *te*, *nos*)

Como muito enfatizado no decorrer deste trabalho, os pronomes do PB apresentam disparidades entre si. Essas diferenças podem ser observadas ao compararmos os pronomes de 1ª e 2ª pessoa com o de 3ª pessoa, por exemplo. Os pronomes de 1ª e 2ª pessoa, conforme Camara Jr. (2004[1972]), apresentam plurais heteronímicos e não têm gênero, ao contrário do pronome de 3ª pessoa, que, assemelhando-se aos nomes, apresenta gênero e plural ao se acrescentarem as respectivas desinências (*ele* + a = *ela*; *ele* + s = *eles*). Daí percebe-se que os pronomes de 1ª e 2ª pessoas são pronomes de fato, pois apresentam, para cada um dos casos (nominativo e acusativo), formas diferentes, ao passo que o pronome *ele*, além de

me, *te* ou *se*, por exemplo, ainda que não defendam seu *status* de pronome tônico ou fraco. Neste trabalho, não pretendemos debater o *status* do pronome *cê*.

nominativo, faz as vezes de acusativo (forma fixa que se emprega tanto nominativo como no acusativo, conforme Camara Jr. 2004[1972]).

Nesta parte do trabalho, pretendemos mostrar que, assim como o pronome *ele* ocupa posição nominativa da frase, os pronomes *eu*, *tu* e *nós* estão indo pelo mesmo caminho, ou seja, cada vez mais é aceito que os pronomes plenos de 1ª e 2ª pessoas sejam empregados como objeto do verbo. Como aparentemente a mudança não está implementada nesses casos, há oscilação entre o uso do clítico e o uso do pronome pleno. Almejamos, então, mostrar essa flutuação por meio de *tableaux*. Para as análises que se seguem, utilizaremos as restrições apontadas anteriormente.

Tableau 15

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .	- ⁹⁵		
b. A Maria <u>me</u> viu.		*	*
c. A Maria viu- <u>me</u> .	*		

Tableau 16

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	DIRCL	ALINHEFOCO
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .		-	
b. A Maria <u>me</u> viu.	*		*
c. A Maria viu- <u>me</u> .		*	

⁹⁵ O hífen significa “não se aplica”.

Tableau 17

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .	-		
b. A Maria <u>me</u> viu.		*	*
c. A Maria viu- <u>me</u> .	*	*	

Tableau 18

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .			-
b. A Maria <u>me</u> viu.	*	*	
c. A Maria viu- <u>me</u> .			*

Tableau 19

Quem a Maria viu ontem?

	ALINHEFOCO	STAY	DIRCL
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .			-
b. A Maria <u>me</u> viu.	*	*	
c. A Maria viu- <u>me</u> .			*

Tableau 20

Quem a Maria viu ontem?

	ALINHEFOCO	DIRCL	STAY
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .		-	
b. A Maria <u>me</u> viu.	*		*
c. A Maria viu- <u>me</u> .		*	

Tableau 21

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .	-		
b. A Maria <u>te</u> viu.		*	*
c. A Maria viu- <u>te</u> .	*		

Tableau 22

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	DIRCL	ALINHEFOCO
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .		-	
b. A Maria <u>te</u> viu.	*		*
c. A Maria viu- <u>te</u> .		*	

Tableau 23

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .	-		
b. A Maria <u>te</u> viu.		*	*
c. A Maria viu- <u>te</u> .	*	*	

Tableau 24

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .			-
b. A Maria <u>te</u> viu.	*	*	
c. A Maria viu- <u>te</u> .			*

Tableau 25

Quem a Maria viu ontem?

	ALINHEFOCO	STAY	DIRCL
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .			-
b. A Maria <u>te</u> viu.	*	*	
c. A Maria viu- <u>te</u> .			*

Tableau 26

Quem a Maria viu ontem?

	ALINHEFOCO	DIRCL	STAY
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .		-	
b. A Maria <u>te</u> viu.	*		*
c. A Maria viu- <u>te</u> .		*	

Tableau 27

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .	-		
b. A Maria <u>nos</u> viu.		*	*
c. A Maria viu- <u>nos</u> .	*		

Tableau 28

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	DIRCL	ALINHEFOCO
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .		-	
b. A Maria <u>nos</u> viu.	*		*
c. A Maria viu- <u>nos</u> .		*	

Tableau 29

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	ALINHEFOCO	STAY
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .	-		
b. A Maria <u>nos</u> viu.		*	*
c. A Maria viu- <u>nos</u> .	*	*	

Tableau 30

Quem a Maria viu ontem?

	STAY	ALINHEFOCO	DIRCL
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .			-
b. A Maria <u>nos</u> viu.	*	*	
c. A Maria viu- <u>nos</u> .			*

Tableau 31

Quem a Maria viu ontem?

	ALINHEFOCO	STAY	DIRCL
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .			-
b. A Maria <u>nos</u> viu.	*	*	
c. A Maria viu- <u>nos</u> .			*

Tableau 32

Quem a Maria viu ontem?

	ALINHEFOCO	DIRCL	STAY
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .		-	
b. A Maria <u>nos</u> viu.	*		*
c. A Maria viu- <u>nos</u> .		*	

Dos *Tableaux* 15 a 32 podemos notar que não há oscilação da gramática, sendo apontado sempre como *output* o candidato (a), não importando a ordem das restrições. Isso, aparentemente, poderia pôr em xeque a ideia anteriormente mencionada de que, no PB atual, no tocante aos pronomes de 1ª e 2ª pessoa, estão atuando duas gramáticas, uma que aponta como *output* o candidato que apresenta o pronome tônico em função de objeto e outra que aponta como *output* o candidato que apresenta pronome proclítico. Percebemos que as restrições que antes serviam para explicar a mudança da ênclise para a próclise não dão conta da flutuação dessas gramáticas, excluindo a possibilidade de próclise no PB atual. Por observarmos que essa oscilação realmente ocorre no PB e pretendendo dar conta do fenômeno, sugerimos uma nova restrição:

***PRONOME NOMINATIVO POSIÇÃO OOD (*PRONOPOD):** proibido usar pronome nominativo em função de objeto direto⁹⁶.

Essa restrição é baseada no que estipula a gramática normativa: os pronomes nominativos devem ser usados em função de sujeito, enquanto os acusativos devem ser empregados na função de objeto. Ou seja, o emprego de pronome nominativo em função acusativa acarreta obrigatoriamente agramaticalidade. Como o PB apresenta pronomes específicos para cada um dos casos (nominativo e acusativo), seria de se esperar que cada um assumisse seu papel sintático correspondente.

A partir de agora, aplicaremos tal restrição aos *tableaux* a fim de que consigamos resolver o problema de o candidato ótimo sempre ser o mesmo

⁹⁶ Ou, de maneira mais formal: atribua uma marca de violação para cada elemento nominativo em posição de objeto direto.

independentemente da hierarquia das restrições; almejamos, logo, mostrar a oscilação das duas gramáticas existentes no PB atual, uma que admite próclise e a outra que admite pronome pleno como objeto.

Tableau 33

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	*PRONOPOD	STAY	ALINHEFOCO
a. A Maria viu <u>eu</u> .	-	*		
☞ b. A Maria <u>me</u> viu.			*	*
c. A Maria viu- <u>me</u> .	*			

Tableau 34

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. A Maria viu <u>eu</u> .	-			*
b. A Maria <u>me</u> viu.		*	*	
c. A Maria viu- <u>me</u> .	*			

Tableau 35

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	*PRONOPOD	STAY	ALINHEFOCO
a. A Maria viu <u>tu</u> .	-	*		
☞ b. A Maria <u>te</u> viu.			*	*
c. A Maria viu- <u>te</u> .	*			

Tableau 36

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONoPOD
☞ a. A Maria viu <u>tu</u> .	-			*
b. A Maria <u>te</u> viu.		*	*	
c. A Maria viu- <u>te</u> .	*			

Tableau 37

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	*PRONoPOD	STAY	ALINHEFOCO
a. A Maria viu <u>nós</u> .	-	*		
☞ b. A Maria <u>nos</u> viu.			*	*
c. A Maria viu- <u>nos</u> .	*			

Tableau 38

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONoPOD
☞ a. A Maria viu <u>nós</u> .	-			*
b. A Maria <u>nos</u> viu.		*	*	
c. A Maria viu- <u>nos</u> .	*			

Os Tableaux 33 a 38 mostram que, no PB atual, de fato existem duas gramáticas atuando: uma gramática que diz que é melhor se usar o pronome nominativo em função

de objeto direto, acarretando ordem SVO; e outra que diz que é melhor manter a próclise ao verbo, acarretando ordem SOV. Notamos que só é possível chegarmos a essa conclusão inserindo a restrição ***PRONOPOD** aqui proposta por nós. Sem essa restrição, ficaríamos presos a uma gramática que tem como *output* o pronome pleno como acusativo, o que, como vimos no Capítulo 1, é inconcebível para alguns falantes do PB. Também sem essa restrição teríamos que afirmar que a próclise seria tomada como agramatical no PB atual, o que seria um absurdo, tendo em vista que, para a maioria dos falantes, essa é a opção mais utilizada. Logo, a restrição ***PRONOPOD** dá conta de explicar por que se usa ora próclise, ora pronome pleno em função de objeto: na verdade, o pronome pleno em função acusativa está bem empregado quando o pronome é o de 3ª pessoa, e a justificativa para isso é toda a discussão de Camara Jr. (2004[1972]) sobre esse pronome ser atípico. Assim, essa inovação começou com esse pronome e está em fase de se estender aos demais, porém não está totalmente implementada no caso dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, por esses serem pronomes de fato – não apresentando as características nominais de *ele (você e a gente)* –, o que dificultaria essa alteração. Pelo fato de a mudança não estar totalmente implementada no que diz respeito a esses pronomes, existem duas gramáticas atuando no PB, o que justifica a flutuação, a oscilação de gramáticas, ora se empregando a próclise, ora se empregando pronome pleno. No futuro, cremos, a gramática dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas será a mesma do pronome de 3ª pessoa, quando, enfim, a mudança já esteja totalmente implementada, fazendo com que uma das gramáticas desapareça – a que estipula como *output* a próclise, cremos. Ou seja, daqui a algumas décadas, talvez, o pronome pleno em função acusativa se sobressairá à próclise, quando, enfim, uma das gramáticas esteja de fato consolidada no PB, cessando a oscilação, retornando a ordem SVO.

Tomando-se por base que a análise aqui feita esteja correta, as hierarquias para o PB atual no que se refere aos pronomes de fato quando o foco recai sobre o objeto são as seguintes:

DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO. (favorecendo a próclise)

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD. (favorecendo o pronome pleno em função de objeto)

Passamos, agora, à análise dos pronomes com características nominais (*você, ele, a gente, vocês, eles*).

b) Pronomes com características nominais (*você, ele, a gente, vocês, eles*)

Na subseção anterior, abordamos os pronomes de fato (*eu, tu, nós, me, te, nos*), fazendo análises com foco no objeto. Pudemos observar que, inserindo uma nova restrição às análises (***PRONOPOD**), conseguimos mostrar e explicar a oscilação existente no PB atual, em que, dependendo da hierarquia de restrições, obtemos dois candidatos gramaticais, ora próclise, ora pronome pleno, o que, acreditamos, é observado no PB oral atualmente. O mesmo falante pode apresentar essa oscilação, o que mostra que a mudança que se deu com o pronome de 3ª pessoa ainda não está bem “acomodada” entre os pronomes de fato, mas que poderá ser implementada no futuro, excluindo-se a possibilidade de próclise.

Nesta subseção, trataremos dos pronomes com características nominais (*você, ele, a gente, vocês, eles*). Aplicaremos, aqui, as mesmas análises feitas na subseção anterior, para averiguar se o que ocorre com os pronomes de fato é aplicável aos pronomes atípicos. Os *tableaux* a seguir apresentam as mesmas restrições usadas nas análises anteriores.

Tableau 39

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. A Maria viu <u>você</u> .	-			*
b. A Maria <u>te</u> viu.		*	*	
c. A Maria viu- <u>te</u> .	*			

Tableau 40

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. A Maria viu <u>ele</u> .	-			*
b. A Maria <u>o</u> viu.		*	*	
c. A Maria viu- <u>o</u> .	*			

Tableau 41

Quem a Maria viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. A Maria viu <u>a gente</u> .	-			*
b. A Maria <u>nos</u> viu.		*	*	
c. A Maria viu- <u>nos</u> .	*			

Pelos *Tableaux* 39 a 41 percebemos que nos casos dos pronomes com características nominais não há oscilação entre pronomes plenos e próclise, diferentemente do que ocorre com os pronomes de fato. Acreditamos que os *tableaux* mostram exatamente o que se passa no PB atual: estão extintas do PB oral frases como “A Maria o viu”; usa-se, em seu lugar, “A Maria viu ele”. Isso mostra, como muito lembrado em linhas anteriores, que, além de os clíticos estarem desaparecendo do PB, a implementação do pronome pleno em função acusativa no que respeita os pronomes atípicos está bem implementada na nossa língua. Ou seja, não há oscilação entre próclise e pronome pleno, como há com os pronomes genuínos; a implementação começou com esses pronomes atípicos, já está implementada e agora está se propagando nos casos dos pronomes de fato, ainda não bem “acomodada”, o que resulta na oscilação entre próclise e pronome pleno. No caso dos pronomes atípicos, usar a próclise, com o

clítico, na linguagem falada, torna-se praticamente agramatical⁹⁷, é extremamente artificial, caindo em total desuso.

Até aqui, nossas análises comportaram o foco no objeto, e daí algumas conclusões podem ser extraídas: (i) no que tange aos pronomes de fato, o PB admite duas gramáticas, uma que diz que deve se usar próclise e outra que diz que se deve usar pronome tônico em função acusativa, resultando na atuação, ora de uma, ora de outra, o que acarreta oscilação entre as gramáticas, admitindo-se no PB oral o emprego de ambas; (ii) no que se refere aos pronomes com características nominais, estes são empregados tanto em caso nominativo como em caso acusativo. O PB, nesses casos, não admite oscilação entre próclise e pronome tônico, sendo a próclise agramatical quando empregada na oralidade. Os *Tableaux* 39 a 41 mostram que apenas o candidato com pronome pleno é gramatical, ou seja, para esses pronomes, há apenas uma gramática atuando; apenas a opção com pronome tônico é gramatical no PB oral.

Supondo que a análise aqui feita esteja correta, a hierarquia para o PB atual no que se refere aos pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o objeto é a seguinte:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

Na próxima subseção, faremos as mesmas análises, porém com foco no sujeito, a fim de esclarecermos se existe diferença quanto a esses pronomes quando mudamos o foco informacional. Novamente separamos os pronomes de fato dos pronomes com características nominais, para que possamos, ao final do capítulo, estabelecer comparações entre eles.

3.1.2.2 Foco no sujeito

Nesta subseção, temos por objetivo verificar se há diferença na hierarquia das restrições do PB quando mudamos o foco informacional do objeto para o sujeito da frase. Também pretendemos averiguar se há oscilação entre as gramáticas quando o

⁹⁷ Para Duarte (1989), “a noção de variante estigmatizada muda conforme o contexto. Usar o clítico em situações informais é uma atitude tão estigmatizada quanto usar o pronome lexical em situações formais” (Duarte, 1989, p. 32).

foco informacional recai sobre o sujeito (assim como ocorre com os pronomes de fato quando o foco recai no objeto direto).

a) Pronomes de fato (*eu, tu, nós, me, te, nos*)

Até aqui, abordamos os pronomes de fato (*eu, tu, nós, me, te, nos*) e os pronomes com características nominais (*você, ele, a gente, vocês, eles*), fazendo análises com foco no objeto. Observamos que existe uma oscilação no PB atual no que se refere aos pronomes de fato, em que, dependendo da hierarquia de restrições, geram-se dois candidatos gramaticais, ora próclise, ora pronome pleno, o que, acreditamos, é observado no PB oral atualmente. Conforme atestado anteriormente, inclusive a mesma pessoa pode apresentar essa oscilação, o que mostra que a mudança que se deu com o pronome de 3ª pessoa ainda não está bem “acomodada” entre os pronomes de fato, mas que poderá se implementar no futuro, deixando-se de lado a próclise. Quanto aos pronomes com características nominais, estes não apresentam oscilação entre pronomes plenos e próclise, diferentemente do que ocorre com os pronomes de fato. Isso mostra, como mencionado anteriormente, que, além de os clíticos estarem caindo em desuso no PB, a inovação do pronome pleno em função acusativa no que respeita aos pronomes atípicos já está implementada na nossa língua, isto é, não há oscilação entre próclise e pronome pleno, como há com os pronomes genuínos; há apenas uma gramática atuando nos casos de 3ª pessoa. A inovação começou com esses pronomes atípicos, está implementada e agora está se alastrando para os casos que comportam os pronomes de fato; não estando (a inovação) ainda bem “acomodada”, gera oscilação entre próclise e pronome pleno.

Nesta subseção, trataremos dos pronomes de fato (*eu, tu, nós, me, te, nos*) quando o foco recai no sujeito, e não mais no objeto. Aplicaremos, aqui, as mesmas análises feitas na subseção anterior, para constatar se o que ocorre com o foco no objeto ocorre com o foco no sujeito. Os *tableaux* a seguir apresentam as mesmas restrições usadas nas análises anteriores.

Tableau 42

Quem te viu ontem?

	DIRCL	*PRONOPOD	STAY	ALINHEFOCO
a. <u>A Maria</u> viu eu.	-	*		*
☞ b. <u>A Maria</u> me viu.			*	*
c. <u>A Maria</u> viu-me.	*			*

Tableau 43

Quem me viu ontem?

	DIRCL	*PRONOPOD	STAY	ALINHEFOCO
a. <u>A Maria</u> viu tu.	-	*		*
☞ b. <u>A Maria</u> te viu.			*	*
c. <u>A Maria</u> viu-te.	*			*

Tableau 44

Quem nos viu ontem?

	DIRCL	*PRONOPOD	STAY	ALINHEFOCO
a. <u>A Maria</u> viu nós.	-	*		*
☞ b. <u>A Maria</u> nos viu.			*	*
c. <u>A Maria</u> viu-nos.	*			*

Interessante é o que se pode extrair dos *Tableaux* 42 a 44: quando mudamos o foco do objeto para o sujeito, a oscilação de gramáticas desaparece, ou seja, só é possível empregar o pronome proclítico, a opção com pronome tônico se torna

agramatical. Se antes, com o foco no objeto, tinha-se flutuação, agora, com foco no sujeito, ela desaparece, e a opção que se mantém é a próclise. Esse é o resultado de a restrição ***PRONOPOD** estar mais alta na hierarquia do que a restrição **ALINHEFOCO**.

Se a análise aqui feita estiver correta, a hierarquia para o PB atual no que se refere aos pronomes de fato quando o foco recai sobre o sujeito é a seguinte:

DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO.

Tendo isso em mente, precisamos averiguar o que acontece com os pronomes atípicos, já que a mudança aqui tratada começou com eles. É o que faremos a seguir.

b) Pronomes com características nominais (*você, ele, a gente, vocês, eles*)

Na subseção anterior, abordamos os pronomes de fato (*eu, tu, nós, me, te, nos*), fazendo análises com foco no sujeito e verificamos que a oscilação antes encontrada com o foco no objeto desaparece quando o foco recai sobre o sujeito. Nesta parte do trabalho, almejamos verificar o que ocorre com os pronomes atípicos, já que, como se afirmou anteriormente, a implementação do pronome pleno começou nos casos de 3ª pessoa.

Trataremos dos pronomes com características nominais (*você, ele, a gente, vocês, eles*) quando o foco recai no sujeito, e não mais no objeto. Aplicaremos, aqui, as mesmas análises feitas na subseção anterior, para constatar se o que ocorre com o foco no objeto ocorre com o foco no sujeito. Os *tableaux* a seguir apresentam as mesmas restrições usadas nas análises anteriores.

Tableau 45

Quem me viu ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. <u>A Maria</u> viu você.	-		*	*
b. <u>A Maria</u> te viu.		*	*	
c. <u>A Maria</u> viu-te.	*		*	

Tableau 46

Quem viu o João ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. <u>A Maria</u> viu ele.	-		*	*
b. <u>A Maria</u> o viu.		*	*	
c. <u>A Maria</u> viu-o.	*		*	

Tableau 47

Quem viu a gente ontem?

	DIRCL	STAY	ALINHEFOCO	*PRONOPOD
☞ a. <u>A Maria</u> viu a gente.	-		*	*
b. <u>A Maria</u> nos viu.		*	*	
c. <u>A Maria</u> viu-nos.	*		*	

A partir dos *Tableaux* 45 a 47, podemos constatar o que já disseram vários autores que foram citados no decorrer deste trabalho (como Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros): os clíticos estão perdendo lugar para os respectivos pronomes plenos, o

que faz com que a ordem SVO seja novamente a preferida em PB. Quando o foco recai no sujeito, os pronomes de fato se comportam, mais uma vez, diferentemente dos pronomes atípicos, já que estes conservam a ordem SVO, gerando como único candidato ótimo aquele que apresenta o pronome pleno; e aqueles têm como *output* da gramática o candidato que apresenta próclise, desta vez sem oscilações entre próclise e pronome pleno, como se pode ver quando o foco é o objeto. Esse é o resultado da reorganização da hierarquia de restrições do PB, que está em constante mudança. Nos casos em que a restrição ***PRONOPOD** está mais alta na hierarquia, a próclise prevalece; quando a restrição **ALINHEFOCO** vem antes de ***PRONOPOD**, há prevalência de pronome pleno.

Essas análises mostram que as construções com pronome pleno já estão bem implementadas no sistema pronominal do PB, pois claro está que, no PB falado, por exemplo, não se usa mais o clítico *o*, como atestam os *Tableaux* 39 a 41. No entanto, construções com *eu* e *tu* ainda são variáveis. Isso porque o ranqueamento ainda está flutuante, como se pode depreender dos *Tableaux* 33 a 38, que apontam que tanto as construções com os clíticos quanto as construções com os pronomes plenos estão vivas na língua. Outra conclusão a que podemos chegar é que a disputa da ênclise *vs.* próclise foi resolvida; mas a da próclise *vs.* pronome pleno ainda está acontecendo.

Daí conclui-se que no PB a reorganização das restrições ainda está em andamento, pois notamos que ora a ordem canônica é respeitada, fazendo com que o pronome tônico se sobressaia, ora a ordem canônica é desrespeitada, fazendo com que a próclise saia vencedora.

Assumindo que a análise aqui feita esteja correta, a hierarquia para o PB atual no que se refere aos pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o sujeito é a seguinte:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

Acreditamos que, em todos os casos, inclusive com os pronomes *eu*, *tu* e *nós*, na gramática do futuro, a ordem preferida será SVO. Para alguns falantes nativos, frases como “A Maria viu eu” e “A Maria viu tu” podem não soar tão bem como “A Maria viu ele”. Isso porque, cremos, a implementação do pronome pleno como objeto tenha se dado, primeiramente, com o pronome *ele* (que vimos ser diferenciado dos demais) e,

posteriormente, se espalhado pelo quadro pronominal. Pelo que mostram as análises e pela nossa intuição de falantes nativos, acreditamos que em breve não haja estranhamento quando se empregarem os pronomes *eu* e *tu* como objeto direto, tal como ocorre com o pronome *ele*.

Por todo exposto, chega-se à conclusão que as hierarquias para o PB nos dias atuais são as seguintes:

(i) Pronomes de fato quando o foco recai sobre o objeto:

(a) **DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO**. (favorecendo a próclise)

(b) **DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD**. (favorecendo o pronome pleno em função de objeto)

(ii) Pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o objeto:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

(iii) Pronomes de fato quando o foco recai sobre o sujeito:

DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO.

(iv) Pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o sujeito:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

Neste momento, faz-se de extrema importância ressaltar uma conclusão à que chegamos: pela comparação das ordens de restrições, observamos que a hierarquia dos pronomes atípicos do PB já chegou aos pronomes genuínos, e isso pode ser constatado ao olharmos para a oscilação das gramáticas desses pronomes com foco no objeto: eles apresentam duas hierarquias, e uma delas (ib) é justamente a hierarquia dos pronomes atípicos, de onde podemos depreender (e constatar, como foi dito anteriormente) que a

mudança de fato se iniciou com o pronome de 3ª pessoa e está se estendendo aos pronomes genuínos, daí a oscilação.

Por isso, é legítimo afirmar que a gramática atual, que já admite pronomes plenos em função acusativa, será a gramática do futuro, em que cada vez mais o pronome pleno ganhará espaço, recuperando a ordem canônica do PB (SVO), que foi deixada de lado quando a próclise venceu a ênclise em meados do século XIX.

CONCLUSÃO

Este trabalho investigou a ordem pronominal do PB atual, tendo como base para as análises a OT.

Primeiramente, fizemos um levantamento bibliográfico a respeito dos pronomes pessoais do PB sincrônica e diacronicamente, estudando as diferentes configurações pronominais que o português apresentava em épocas passadas e na época atual.

Vimos que até o século XIX a ênclise era o padrão tanto do PE quanto do PB. No entanto, na metade do século XIX, houve uma mudança na direção de cliticização fonológica do PB, que passou a ser da esquerda para a direita, acarretando uma alteração no padrão pronominal, que passou de ênclise para próclise. Tendo como padrão a ênclise, o PB apresentava a ordem canônica (SVO). Com a alteração para a próclise, a ordem passou a ser SOV.

Entretanto, no PB atual, percebe-se que a ênclise é praticamente inexistente, mantendo-se apenas em contexto formais. A próclise, o pronome lexical em função de objeto e o objeto nulo são as opções mais empregadas atualmente.

Nos últimos tempos, tem-se observado o contínuo emprego de pronome pleno em função acusativa, especialmente com o pronome de 3ª pessoa. Esse fato nos levou a investigar mais a fundo seu uso em detrimento dos clíticos. Nossa hipótese era que o PB está tentando recuperar sua ordem canônica, perdida com a mudança da direção do clítico, e, para isso, o pronome lexical estaria sendo usado em função de objeto direto para, assim, reestabelecer-se a ordem SVO.

Essa investigação nos possibilitou chegar a algumas conclusões, que destacamos a seguir.

Observamos, primeiramente, que a maioria das regras estabelecidas pelos gramáticos no que se refere à ordem pronominal se aplica somente em situações formais, não ocorrendo em uma conversação não monitorada e em situações de informalidade, em que verificamos, atualmente, ser bastante usado o pronome lexical em função acusativa.

Com relação aos clíticos, não há consenso em relação ao seu estatuto. Neste trabalho, não tivemos a intenção de nos posicionar a esse respeito, tendo em vista que há uma diversidade de pesquisas sobre o tema e os autores divergem entre si. O comportamento misto dos clíticos é, portanto, um desafio tanto para sua definição quanto para seu estabelecimento na hierarquia prosódica (cf. Guzzo 2012).

As primeiras análises aqui apresentadas deram conta da ordem pronominal até a metade do século XIX, em que imperava a ênclise (Castilho 2010). Logo depois, apresentamos a mudança na direção de cliticização, que acarretou a troca da ênclise pela próclise. Por fim, seguiram-se as análises referentes ao PB atual, em que se observou uma preferência pelo uso do pronome tônico em função de objeto, especialmente no caso do pronome de 3ª pessoa.

Vimos que o fato de o pronome *ele* aceitar desinências de feminino e de plural – o que faz com que se pareça com um nome e o torne um bom substituto para este – mostrou, mais uma vez, que os pronomes clíticos estão caindo em desuso e seu lugar está sendo preenchido pelo pronome tônico correspondente (cf. Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros). Essa substituição pôde ser claramente observada pelo uso do pronome de 3ª pessoa, em que está praticamente extinto o clítico *o*. Isso tudo (que pode ser claramente observado no PB oral) vai ao encontro do que já dizia Camara Jr. (2004[1972]).

Acreditamos que o mesmo possa acontecer (e já está acontecendo, em algumas situações), cremos, com os pronomes de 1ª e 2ª pessoas (os falantes poderão usar *eu* no lugar de *me* e *tu* no lugar de *te*). Talvez a substituição dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas pelos pronomes plenos demore um pouco mais de tempo para se manifestar, até porque, nesses casos, os pronomes são pronomes de fato – diferentemente do caso do *ele* (cf. Camara Jr. 2004[1972]); tudo indica que a semelhança entre o pronome de 3ª pessoa e os substantivos tenha contribuído para que *ele* rapidamente tomasse o lugar do clítico *o*. Logo, a mudança no sistema pronominal, em que houve a substituição do clítico pelo pronome tônico, acreditamos, começou com o pronome de 3ª pessoa, posteriormente estendendo-se aos demais pronomes. Por isso é que percebemos que estamos vivendo uma fase do PB em que podem ser aceitas tanto as construções com os clíticos quanto as construções com pronome tônico. Pelo fato de os pronomes de 1ª e 2ª pessoas não apresentarem as mesmas características do pronome *ele*, por serem pronomes de fato, sem desinência de feminino e com plurais heteronímicos, justifica-se a demora desse “salto” de nominativo para nominativo-acusativo, que, justificadamente, começou com o *ele* (por apresentar propriedades nominais).

Notamos que o mesmo se dá com os pronomes *você* e *a gente*. Imaginamos que, nesse caso, assumindo a ideia de Camara Jr. (2004[1972]), o *você* e o *a gente* também não causam estranhamento quando em função de objeto porque, assim como *ele*, por

terem origem em expressões nominais, apresentam características nominais – no caso de *você*, apresenta desinência de plural (ao contrário de *tu* e *eu*).

Para as análises da ordem pronominal até o século XIX, constatamos que o candidato ótimo é aquele em que consta o pronome em posição enclítica. Logo, esse é o resultado de a restrição **STAY** ser a mais alta na hierarquia. Ou seja, os *Tableaux* 3 a 8 apontam que é mais importante respeitar a ordem canônica do PB (**STAY**) do que respeitar a direção de cliticização (**DIRCL**).

Entendemos que, se a análise aqui feita estiver correta, a hierarquia para o PB até metade do século XIX é a seguinte:

STAY >> ALINHEFOCO >> DIRCL.

Tendo em vista que houve uma mudança na direção de cliticização, como muito enfatizado em linhas anteriores, foram necessárias algumas análises para mostrar esse fato. Para que a mudança pudesse ser observada, foi necessário mexer na hierarquia de restrições para verificar o que acontece, por isso invertemos o lugar das restrições **STAY** e **DIRCL**.

Dos *Tableaux* 9 ao 14, notamos que o simples fato de alterar a ordem das restrições da hierarquia apontou um resultado diferente: sendo a **DIRCL** a restrição mais alta, o candidato ótimo é aquele que apresenta ordem proclítica, e não mais aquele que apresenta ordem enclítica, como foi mostrado nos *Tableaux* 1 ao 8. Assim, pudemos concluir que, a partir da metade do século XIX, houve uma reorganização das restrições da hierarquia do PB, em que a direção da cliticização (**DIRCL**) passou a ser mais importante do que a ordem canônica SVO (**STAY**), como apontam as análises nos *tableaux*. Isso fez com que a próclise virasse a regra geral do PB, conforme já atestado por muitos autores. Esses *tableaux* mostraram, portanto, a gramática consolidada do PB atual, já que aparentemente não existe oscilação quanto à posição dos clíticos, ou seja, não se usa ora próclise, ora ênclise; a próclise é categórica, não permitindo a gramática o uso do clítico posposto ao verbo.

Sugerimos, pois, que a hierarquia para o PB a partir da metade do século XIX é a seguinte:

DIRCL >> ALINHEFOCO >> STAY.

Tendo em mente que a ideia central desta dissertação é abordar o uso do pronome pleno em função de objeto, demos início a essa investigação. Pelo fato de os pronomes que aqui tratamos apresentarem diferenças, resolvemos classificá-los em dois grupos: pronomes de fato (ou genuínos) – *eu, tu, nós* e seus respectivos clíticos, *me, te e nos* – e pronomes com características nominais (ou atípicos) – *você, ele, a gente* e seus respectivos plurais, no caso dos dois primeiros (*vocês e eles*).

Dos *Tableaux* 15 a 32 pudemos notar que não houve oscilação da gramática, sendo apontado sempre como *output* o candidato (a), não importando a ordem das restrições. Isso, aparentemente, poderia pôr em xeque a ideia anteriormente mencionada de que, no PB atual, no tocante aos pronomes de 1ª e 2ª pessoa, estão atuando duas gramáticas, uma que aponta como *output* o candidato que apresenta o pronome tônico em função de objeto e outra que aponta como *output* o candidato que apresenta pronome proclítico. Percebemos, então, que as restrições que antes serviam para explicar a mudança da ênclise para a próclise pareciam não dar conta da flutuação dessas gramáticas, excluindo a possibilidade de próclise no PB atual. Por observarmos e acreditarmos que essa oscilação realmente ocorre no PB e pretendendo dar conta do fenômeno, sugerimos uma nova restrição:

***PRONOME NOMINATIVO POSIÇÃO OOD (*PRONOPOD):** proibido usar pronome nominativo em função de objeto direto.

Essa restrição foi baseada no que estipula a gramática normativa: os pronomes nominativos devem ser usados em função de sujeito, enquanto os acusativos devem ser empregados na função de objeto. Ou seja, o emprego de pronome nominativo em função acusativa acarreta obrigatoriamente agramaticalidade.

Aplicamos tal restrição aos *tableaux* a fim de resolver o problema de o candidato ótimo sempre ser o mesmo independentemente da hierarquia das restrições; almejamos mostrar a oscilação das duas gramáticas existentes no PB atual, uma que admite próclise e a outra que admite pronome pleno como objeto.

Os *Tableaux* 33 a 38 mostraram que, no PB atual, parecem existir duas gramáticas atuando: uma gramática que diz que é melhor usar o pronome nominativo em função de objeto direto, acarretando ordem SVO; e outra que diz que é melhor manter a próclise ao verbo, acarretando ordem SOV. Notamos que só é possível chegarmos a essa conclusão inserindo a restrição ***PRONOPOD** aqui proposta por nós.

Sem essa restrição, ficaríamos, a princípio, presos a uma gramática que tem como *output* o pronome pleno como acusativo, o que, como vimos no Capítulo 1, é inconcebível para alguns falantes do PB. Também sem essa restrição teríamos que afirmar que a próclise seria tomada como agramatical no PB atual, o que seria um absurdo, tendo em vista que, para a maioria dos falantes, essa é a opção mais utilizada. Logo, a restrição ***PRONOPOD** parece dar conta de explicar por que se usa ora próclise, ora pronome pleno em função de objeto: na verdade, o pronome pleno em função acusativa está bem empregado quando o pronome é o de 3ª pessoa, e a justificativa para isso é toda a discussão de Camara Jr. (2004[1972]) sobre esse pronome ser atípico. Assim, essa inovação começou com esse pronome e está em fase de se estender aos demais, porém não está totalmente implementada no caso dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas, por esses serem pronomes de fato – não apresentando as características nominais de *ele (você e a gente)* –, o que dificultaria essa alteração. Pelo fato de a mudança não estar totalmente implementada no que diz respeito a esses pronomes, existem duas gramáticas atuando no PB, o que justifica a flutuação, a oscilação de gramáticas, ora se empregando a próclise, ora se empregando pronome pleno. No futuro, cremos, a gramática dos pronomes de 1ª e 2ª pessoas poderá ser a mesma do pronome de 3ª pessoa, quando, enfim, a mudança já estiver totalmente implementada, fazendo com que uma das gramáticas desapareça – a que estipula como *output* a próclise. Ou seja, daqui a algumas décadas, talvez, o pronome pleno em função acusativa se sobressairá à próclise, quando, enfim, uma das gramáticas estará de fato consolidada no PB, cessando a oscilação, retornando a ordem SVO.

Assumindo que a análise aqui feita esteja correta, as hierarquias para o PB atual no que se refere aos pronomes de fato quando o foco recai sobre o objeto são as seguintes:

DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO. (favorecendo a próclise)

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD. (favorecendo o pronome pleno em função de objeto)

Pelos *Tableaux* 39 a 41 percebemos que nos casos dos pronomes com características nominais não há oscilação entre pronomes plenos e próclise, diferentemente do que ocorre com os pronomes de fato. Acreditamos que os *tableaux* mostraram exatamente o que se passa no PB atual: estão extintas do PB oral frases

como “A Maria o viu”; usa-se, em seu lugar, “A Maria viu ele”. Isso mostrou, como muito lembrado em linhas anteriores, que, além de os clíticos estarem desaparecendo do PB, a implementação do pronome pleno em função acusativa no que respeita os pronomes atípicos está bem implementada na nossa língua. Ou seja, não há oscilação entre próclise e pronome pleno, como há com os pronomes genuínos; a implementação começou com esses pronomes atípicos, já está implementada e agora está se propagando nos casos dos pronomes de fato, ainda não bem “acomodada”, o que resulta na oscilação entre próclise e pronome pleno. No caso dos pronomes atípicos, usar a próclise, com o clítico, na linguagem falada, torna-se praticamente agramatical, é extremamente artificial, caindo em total desuso.

Até aí, nossas análises comportaram o foco no objeto, e daí algumas conclusões puderam ser extraídas: (i) no que tange aos pronomes de fato, o PB parece admitir duas gramáticas, uma que diz que deve se usar próclise e outra que diz que se deve usar pronome tônico em função acusativa, resultando na atuação ora de uma, ora de outra, o que acarreta oscilação entre as gramáticas, admitindo-se no PB oral o emprego de ambas; (ii) no que se refere aos pronomes com características nominais, estes são empregados tanto em caso nominativo como em caso acusativo. O PB, nesses casos, não admite oscilação entre próclise e pronome tônico, sendo a próclise agramatical quando empregada na oralidade. Os *Tableaux* 39 a 41 mostraram que apenas o candidato com pronome pleno é gramatical, ou seja, para esses pronomes, há apenas uma gramática atuando; apenas a opção com pronome tônico é gramatical no PB oral.

Se a análise aqui feita estiver correta, a hierarquia para o PB atual no que se refere aos pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o objeto é a seguinte:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

Depois da análise com o foco informacional no objeto, colocamos o foco no sujeito, a fim de esclarecermos se existia diferença quanto a esses pronomes quando mudamos o foco informacional. Novamente separamos os pronomes de fato dos pronomes com características nominais, para que pudéssemos estabelecer comparações entre eles.

Interessante é o que se pôde extrair dos *Tableaux* 42 a 44: quando mudamos o foco do objeto para o sujeito, a oscilação de gramáticas, a princípio, não mais ocorre, ou

seja, só é possível empregar o pronome proclítico; a opção com pronome tônico se torna agramatical. Se antes, com o foco no objeto, tinha-se flutuação, agora, com foco no sujeito, ela desaparece, e a opção que se mantém é a próclise. Esse é o resultado de a restrição ***PRONOPOD** estar mais alta na hierarquia do que a restrição **ALINHEFOCO**.

Baseando-nos na análise aqui feita, a hierarquia para o PB atual no que se refere aos pronomes de fato quando o foco recai sobre o sujeito é a seguinte:

DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO.

A partir dos *Tableaux* 45 a 47, que tratam dos pronomes atípicos, pudemos constatar o que já disseram vários autores que foram citados no decorrer deste trabalho (como Duarte 1989, Nunes 1996, entre outros): os clíticos estão perdendo lugar para os respectivos pronomes plenos, o que faz com que a ordem SVO seja reestabelecida em PB. Quando o foco recai no sujeito, os pronomes de fato se comportam, mais uma vez, diferentemente dos pronomes atípicos, já que estes conservam a ordem SVO, gerando como único candidato ótimo aquele que apresenta o pronome pleno; e aqueles têm como *output* da gramática o candidato que apresenta próclise, desta vez sem oscilações entre próclise e pronome pleno, como se pode ver quando o foco é o objeto. Esse é o resultado da reorganização da hierarquia de restrições do PB, que está em constante mudança. Nos casos em que a restrição ***PRONOPOD** está mais alta na hierarquia, a próclise prevalece; quando a restrição **ALINHEFOCO** vem antes de ***PRONOPOD**, há prevalência de pronome pleno.

Essas análises sugerem que as construções com pronome pleno de 3ª pessoa já estão bem implementadas no sistema pronominal do PB, pois claro está que, no PB falado, por exemplo, não se usa mais o clítico *o*, como atestam os *Tableaux* 39 a 41. No entanto, construções com *eu* e *tu* ainda são variáveis. Isso porque o ranqueamento ainda está flutuante, como se pode depreender dos *Tableaux* 33 a 38, que apontam que tanto as construções com os clíticos quanto as construções com os pronomes plenos estão vivas na língua. Outra conclusão a que podemos chegar é que a disputa da ênclise vs. próclise foi resolvida; mas a da próclise vs. pronome pleno ainda está acontecendo.

Daí concluímos que no PB a reorganização das restrições ainda está em andamento, pois notamos que ora a ordem canônica é respeitada, fazendo com que o pronome tônico se sobressaia, ora a ordem canônica é desrespeitada, fazendo com que a próclise saia vencedora.

Sugerimos que a hierarquia para o PB atual no que se refere aos pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o sujeito é a seguinte:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

Acreditamos que, em todos os casos, inclusive com os pronomes *eu*, *tu* e *nós*, na gramática do futuro, a ordem preferida será a SVO. Para alguns falantes nativos, frases como “A Maria viu eu” e “A Maria viu tu” podem não soar tão bem como “A Maria viu ele”. Isso porque, cremos, a implementação do pronome pleno como objeto tenha se dado, primeiramente, com o pronome *ele* (que vimos ser diferenciado dos demais) e, posteriormente, se espalhado pelo quadro pronominal. Pelo que sugerem as análises e a intuição de falantes nativos, pode ser que em breve não haja estranhamento quando se empregarem os pronomes *eu* e *tu* como objeto direto, tal como ocorre com o pronome *ele*.

Por todo exposto, chegamos às hierarquias para o PB nos dias atuais:

(i) Pronomes de fato quando o foco recai sobre o objeto:

(a) **DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO.** (favorecendo a próclise)

(b) **DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.** (favorecendo o pronome pleno em função de objeto)

(ii) Pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o objeto:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

(iii) Pronomes de fato quando o foco recai sobre o sujeito:

DIRCL >> *PRONOPOD >> STAY >> ALINHEFOCO.

(iv) Pronomes com características nominais quando o foco recai sobre o sujeito:

DIRCL >> STAY >> ALINHEFOCO >> *PRONOPOD.

É importante ressaltar que, pela comparação das ordens de restrições, verificamos que a hierarquia dos pronomes atípicos do PB já chegou aos pronomes genuínos, e isso pode ser constatado ao olharmos para a oscilação das gramáticas desses pronomes com foco no objeto: eles apresentam duas hierarquias, e uma delas (ib) é justamente a hierarquia dos pronomes atípicos, de onde podemos depreender (e constatar, como foi dito anteriormente) que a mudança parece ter se iniciado com o pronome de 3ª pessoa e está se estendendo aos pronomes genuínos, daí a oscilação.

Por isso, acreditamos ser possível afirmar que a gramática atual, que já admite pronomes plenos em função acusativa, será a gramática do futuro, em que cada vez mais o pronome pleno ganhará espaço, recuperando a ordem canônica do PB (SVO), que foi deixada de lado quando a próclise venceu a ênclise em meados do século XIX.

Esperamos que este trabalho possa servir como uma pequena contribuição para a literatura a respeito. O tema aqui abordado, sabemos, já é bem discutido na literatura; portanto, não tivemos a pretensão de esgotar o tema nesta simples pesquisa e conhecemos os limites do presente estudo. É importante que outros trabalhos venham depois para corroborar ou refutar o que aqui foi dito. Contextos com mais tipos de orações (orações complexas, orações com dois verbos plenos, orações complexas com pronome objeto/sujeito) seriam o ideal para prosseguir à investigação. Testes com falantes nativos do PB dariam maior segurança às análises. Aplicar a restrição sugerida aqui por nós a outras línguas também seria de grande valor. Mas essas são ideias para um projeto futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Stephen R. Clitics. Yale University, 2010. Disponível em: <http://cowgill.ling.yale.edu/sra/clitics_ms.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2014.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Na escola. Para gostar de ler: crônicas*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Atualizada pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BISOL, L. O clítico e seu status prosódico. *Revista de Estudos de Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, v.9, n.1, p. 5-30, 2000.
- _____. Os constituintes prosódicos. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005a. p. 243-279.
- _____. O clítico e seu hospedeiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 40, n. 3, p. 163-184, setembro, 2005b.
- BORGES, P. R. S. *A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRISOLARA, Luciene Bassols. Os clíticos pronominais do português brasileiro e sua prosodização. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: _____. *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2009 (1970).

CAMARGO JR., A. R. A realização do objeto direto em referência ao interlocutor. Dissertação de Mestrado. DLCV/FFLCH/USP. São Paulo, 2007.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 19, p. 25-64, 1997.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Nova minigramática da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHOMSKY, N. A minimalist program for linguistic theory. In: KENNETH, H.; KEYSER, S. J. *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993.

CORRÊA, V. R. Objeto nulo no português do Brasil. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1991.

COSTA, J. *Gramática, conflitos e violações: introdução à Teoria da Optimidade*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001a.

_____. The emergence of unmarked word order. In: LEGENDRE, G.; GRIMSHAW, J.; VIKNER, S. (Ed.). *Optimality-theoretic syntax*. Cambridge: MIT Press, 2001b.

CRYSTAL, D. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 6. ed. Blackwell Publishing, 2008[1980].

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 1994.

_____. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.

_____. O objeto nulo no português brasileiro. In: Eberhard Gärtner, Christine Hundte Axel Schönberger (org.). *Estudos de gramática portuguesa*. V. III. Frankfurt am Main, TFM, p. 61-73, 2000.

_____. Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE. In: GUEDES, M.; BERLINCK, R. de A.; MURAKAWA, C. de A. A. (org.). *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP,SP, Cultura Acadêmica, p. 53-79. 2006.

DUARTE, Maria Eugênia L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, L. F. *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: UNICAMP, 1989.

_____. Aspectos do sistema pronominal do português falado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL*. João Pessoa, PB, Brasil, 1996. p. 504-509.

_____. O português do Brasil no contexto das línguas românicas. *Actes du XXII e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Tübingen: Niemeyer, 2000. v. 2: Les nouvelles ambitions de la linguistique diachronique. p. 149-156.

FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de palavras & expressões estrangeiras*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GALVES, C. O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 17, p. 65-90, 1989a.

_____. Objet nul et structure de la proposition em portugais brélsien. *Revue des Langues Romanes*, 93, p. 305-336, 1989b.

_____. Ênclise e próclise: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? *DELTA*, 6, 2, p. 255-272, 1990.

_____. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

GALVES, C.; ABAURRE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba, T. de. et al. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

GRIMSHAW, J. Projections, heads, and optimality. *Linguistics Inquiry* 28(3), 1997.

GRIMSHAW, J.; SAMEK-LODOVICI, V. Optimal subjects. In: BECKAN, J. et al. (Ed.). *University of Massachussets occasional papers 18: papers in Optimality Theory*. GSLA, University of Massachussets, Amherst, 1995.

GRIMSHAW, J.; SAMEK-LODOVICI, V. Optimal subjects and subject universals. In: BARBOSA, P. et al. (Ed.). *Is the best good enough?* Optimality and competition in syntax. Cambridge: MIT Press, 1998.

GUZZO, N. B. Os clíticos do português brasileiro como entidades morfossintáticas e fonológicas. In: X Celsul, 2012, Cascavel, PR. *Anais do X Encontro do CELSUL*, 2012. v. 1. p. 1-11.

GUY, Gregory R. Linguistic variation in Brazilian Portuguese: Aspects of the phonology, syntax, and language history. Doctoral dissertation – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian; JANDA, Richard D. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 575-601.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

INKELAS, Sharon. *Prosodic Constituency in the Lexicon*. New York: Garland Publishing, 1990.

KATO, M. A. Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra: Portugal, v. XX, p. 101-122, 2002.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

MARTINS, A. M. Clíticos na história do português. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

MATSUMOTO, K. *Intonation units in Japanese conversation: syntactic, informational, and functional structures*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2003.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Reconfigurações sócio-culturais e linguísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. Comunicação ao II Congresso Internacional da Abralín. Fortaleza, 2001.

MCCARTHY, John J. *A thematic guide to Optimality Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. OT constraints are categorical. *Linguistics Department Faculty Publication Series*, Paper 52, 2003.

_____. What is Optimality Theory? *Linguistics Department Faculty Publication Series*, Paper 93, 2007.

MCCARTHY, John J.; PRINCE, A. *Prosodic Morphology I: constraint interaction and satisfaction*. Manuscrito, University of Massachusetts, Amherst, and Rutgers University, New Brunswick, N. J., 1993.

MENON, Odete P. da S. “A gente”: um processo de gramaticalização. *Estudos Lingüísticos*, n. 25, p. 622-628, 1996.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Guia de uso do português*. Confrontando regras e usos. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

_____. Os pronomes. In: ILARI, R; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil*, v. 3: classes de palavras e construções. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

NASCENTES, A. O tratamento de “você” no Brasil. *Revista Letras*, v. 5/6, 1956.

NASCIMENTO, I. B. Interpolação de constituintes entre “(vo)cê + verbo”. *Estudos Linguísticos*, 39 (2), 2010.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

NUNES, Jairo M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

OLIVEIRA, Solange Mendes. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n. 9, agosto de 2007.

OMENA, Nelize P. de. A referência à primeira pessoa do plural. In: SILVA, G. M. de Oliveira e; SCHERRE, M. M. P. (Ed.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Depto. de Lingüística e Filologia, UFRJ. 1996a. p. 183-216.

_____. As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: SILVA, G. M. de Oliveira e; SCHERRE, M. M. P. (Ed.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Depto. de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996b. p. 309-323.

_____. Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa. Dissertação de mestrado, PUCRS, Rio de Janeiro, 1978.

OMENA, Nelize P. de.; BRAGA, Maria Luiza. *A gente* está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T. et al. (Ed.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

OTHERO, G. A. Optimality theory and the three laws of robotics, 2009. Disponível em: disponível em: <<http://ling.auf.net/lingbuzz/000985>>. Acesso em: 9 mar. 2014.

_____. Revisitando o status do pronome *cê* no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 21, p. 135-156, 2013.

OTHERO, G. A.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Focalização em português: interface entre condições sintáticas, prosódicas e de estrutura informacional. In: CRUZ, Ronald Taveira da (Org.). *As interfaces da gramática*. 1. ed. Curitiba: CRV, v. I, 2012. p. 119-135.

OTHERO, G. A.; MENUZZI, S. M. Distribuição de elementos leves dentro do VP em português: interação entre Sintaxe, Prosódia e Estrutura Informacional em Teoria da Otimidade. *Fórum Linguístico*, v. 6, n. 1, 2009.

PAGOTTO, Emilio Gozze. A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1992.

_____. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos lingüísticos* 2: 49-68, 1998.

PEPERKAMP, Sharon Andrea. *Prosodic Word*. Ph.D. Dissertation. University of Amsterdam, 1997.

PEREIRA, M. G. D. A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil. Dissertação de Mestrado, PUCRJ, 1981.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. *Modern Portuguese: A Reference Grammar*. Yale University Press, 2002.

PETERSEN, C. A tripartição pronominal e o estatuto das proformas cê, ocê e você. *D.E.L.T.A.*, v. 24, n. 2, 2008.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. Rutgers University e University of Colorado-Boulder, 1993.

RAMOS, J. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: HORA, D. (Org.) *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.

ROUVERET, A. Cliticização e tempo no português europeu. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 17, p. 9-37, 1989.

SALVI, G. La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della penisola iberica. *Medioevo Romanzo* 15(2), p. 177-210, 1990.

SCHMITZ, John R. Coisa da gente. *Revista Língua Portuguesa*, a. I, n. 11, p. 44-46, 2006.

_____. The linguistic flexibility of 'a gente' in Portuguese. *Hispania*, p. 639-644, Sept. 1973.

SELKIRK, E. On prosodic structure and its relation to syntactic structure. In: FRETHERM, T. (Ed.). *Nordic Prosody II*. Trondheim: Tapir, 1978/1981, p. 111-140.

_____. The prosodic structure of function words. In: BECKAMN, J; DICKEY, L.W.; URBANCZYK, S. (Eds.) *Papers in Optimality Theory*. University of Massachusetts Occasional Papers 18. Amherst, MA: GLSA, 1996.

SIMÕES, A. M. Clítico, objeto nulo ou pronome tônico? Quanto e como a variação/mudança no paradigma do preenchimento pronominal do objeto acusativo de 3ª pessoa no português brasileiro se reflete na aquisição/aprendizagem do espanhol pelos aprendizes brasileiros ao longo das gerações. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TARALLO, F. Relativization strategies in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania, PhD dissertation, 1983.

VIEIRA, S. R. A ordem dos clíticos em lexias verbais simples nas variedades brasileira, europeia e moçambicana do português. *Anais do 5º Encontro do Celsul*, Curitiba, 2003.

_____. Colocação pronominal nas variedades européia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

VITRAL, L. A forma *cê* e a noção de gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Ano 5 (4), 1996.

VITRAL, L.; RAMOS, J. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.

VITRAL, L.; RAMOS, J. Réplica a Petersen (2008). A tripartição pronominal e o estatuto das proformas *Cê*, *Ocê* e *Você*. *D.E.L.T.A.*, v. 24, n. 2, 2008.

ZILLES, A. M. S. A língua que a gente fala no Brasil. In: GUEDES, Paulo Coimbra (Org.). *Educação Linguística e Cidadania*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 175-207.

_____. Grammaticalization of *a gente* as a cluster of changes: evidence from apparent and real time studies. *Fórum Linguístico* (UFSC. Impresso), v. 4, p. 13-46, 2007.

_____. Grammaticalization of ‘*a gente*’ in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania. *Working Papers in Linguistics* (Online), Philadelphia, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002.

_____. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de *a gente*? *Letras de Hoje*, v. 42, p. 27-44, 2007.

_____. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of ‘*a gente*’ in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change* (Print), Cambridge, v. 17, n. 1, p. 19-53, 2005.

ZWICKY, A. M. Clitics and particles. *Language*, v. 61, n. 2, p. 283-305, 1985.

_____. *On clitics*. Indiana University Linguistics Club. Fevereiro, 1977.

_____. What is a clitic? In: NEVIS, J. A.; JOSEPH, B. D.; WANNER, D.; ZWICKY, A. M. (Eds.). *Clitics: a comprehensive bibliography, 1892-1991*. Philadelphia: Benjamins, 1994.

ZWICKY, Arnold M.; PULLUM, Geoffrey K. Cliticization vs. inflection: English n't. *Language* 59, p. 502-513, 1983.